As modernizações e as racionalidades na agricultura e o uso do território: temporalidades e espacialidades no município de Ibiúna (SP)

Elisângela Couto

**São Paulo
2007**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

ELISÂNGELA COUTO

**As modernizações e as racionalidades na agricultura e o uso do
território: temporalidades e espacialidades no município de Ibiúna (SP)**

São Paulo

**Agosto
2007**

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 -	Vista do <i>shopping center</i> Ibiúna	42
Fotografia 02 -	Dois dos vários estabelecimentos localizados na rodovia Raposo Tavares	61
Fotografia 03 -	Instalações do Banco Itaú numa das principais ruas de Ibiúna	64
Fotografia 04 -	Primeiro e único semáforo da cidade instalado no final de 2006	65
Fotografia 05 -	Imobiliária localizada na rodovia Bunjiro Nakao	130
Fotografia 06 -	Um dos mais de 20 condomínios de luxo localizados em Ibiúna	132
Fotografia 07 -	Rua do mercado da Cantareira inundada	146
Fotografia 08 -	Propriedade do sr. Carlos Tikamori – plantação de hortaliças hidropônicas	174
Fotografia 09 -	Propriedade do sr. Carlos Tikamori – funcionária seleciona mudas	176
Fotografia 10 -	Uso do espaço utilizado para fins da atividade da caprinocultura	189
Fotografia 11 -	Uso do espaço utilizado para fins da atividade da estrutocultura	190
Fotografia 12 -	Um dos bares mais antigos do centro de Ibiúna	195
Fotografia 13 -	Rua XV de novembro – uma das principais ruas de Ibiúna	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 -	Município de Ibiúna – Estado de São Paulo	21
Mapa 02 -	Brasil – as grandes culturas comerciais – Ano 1999	96
Mapa 03 -	Difusão seletiva da modernização agrícola no território brasileiro – 1996	109
Mapa 04 -	Uso e ocupação do solo – Bacia de Itupararanga, região de Ibiúna	182

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01-	Emprego e rendimento. Participação dos empregos ocupados da agropecuária no total de empregos ocupados -2003 Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de Ibiúna	67
Gráfico 02-	Emprego e rendimento. Participação dos empregos ocupados do comércio no total de empregos ocupados -2003 Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de Ibiúna	67
Gráfico 03-	Brasil – evolução da população urbana e rural, 1950-2000	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	Brasil - Evolução da população urbana e rural, 1950 – 2000	88
Tabela 02 –	Brasil - Participação das regiões brasileiras no crédito agrícola, 1973 a 1977	98
Tabela 03 –	Brasil - Crédito de custeio – Financiamentos concedidos a agricultores e cooperativas, segundo atividades agrícolas e pecuárias, Safra : 2004/2005	101
Tabela 04 –	Brasil - Crédito de custeio – Financiamentos concedidos a agricultores e cooperativas, segundo as sete principais atividades agrícolas, Safra 2004/2005	102
Tabela 05 –	Brasil - Distribuição das Aprovações do BNDES nos Programas Agrícolas, 2006	103
Tabela 06 –	Brasil - Produção e vendas de máquinas automotrizes, 1960 a 2005	105
Tabela 07 –	Brasil - Redes internacionais presentes no país, 1998	116
Tabela 08 –	Ibiúna (SP) - Distribuição relativa do número de estabelecimentos segundo o tamanho, 1995/96	122
Tabela 09 –	Ibiúna (SP) - Média de estabelecimentos que possuem técnicas modernas na agricultura, 1995/1996	123
Tabela 10 –	Ibiúna (SP) - Crescimento demográfico do município, 1950 a 2000	131
Tabela 11 –	Produção dos EDRs Mogi das Cruzes e Sorocaba (%), 2005	143
Tabela 12 –	São Paulo - Maiores volumes de hortaliças comercializadas na CEAGESP/SP, 2004	150
Tabela 13 –	São Paulo - Comercialização na CEAGESP/SP dos produtos cultivados em Ibiúna	152
Tabela 14 –	São Paulo – Produtos que deram entrada na CEAGESP/SP, 2004 a 2006	152
Tabela 16 –	São Paulo - Porcentagem (%) da entrada dos produtos de Ibiúna (SP) em relação à quantidade total que entra na CEAGESP/SP, 2004-2006	153
Tabela 15 –	Ibiúna (SP) - Principais produtos com entrada na CAISP, 2005	162

LISTA DE SIGLAS

- AO - Agricultura Orgânica
- APAS - Associação Paulista de Supermercados
- APPOI - Associação dos Pequenos Produtores orgânicos de Ibiúna
- APPRI - Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna
- BCB - Banco Central do Brasil
- BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAC - Cooperativa Agrícola de Cotia
- CAISP - Cooperativa Agropecuária de Ibiúna – Estado de São Paulo
- CEAGESP - Companhia de Entrepósitos de Armazéns Gerais de São Paulo
- CEASAS - Centrais de Abastecimento e Serviços Auxiliares
- CC - Centrais de Compra
- CD - Centrais de Distribuição
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
- COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- CREAL - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DIRA - Divisão Regional Agrícola
- EDR - Escritório de Desenvolvimento Rural
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FUNAGRI - Fundo Geral para Agricultura e Indústria
- FUNDAG - Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola
- FUNDECE - Fundo de democratização do capital das empresas
- FUNFERTIL - Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos
- GEMAB - Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MODERAGRO - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
- MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
- NAE - Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
- PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
- PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SAA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
- SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SIMPRIFERT - Sindicato das Indústrias de Matéria Prima para Fertilizante
- SINAC - Sistema Nacional de Centrais de Abastecimentos
- SNCR - Serviço Nacional de Crédito Rural
- SUNAB - Superintendência Nacional de Abastecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

14

CAPÍTULO I. Técnica, normas e materialidade como instrumentos da racionalização dos objetos e ações em Ibiúna (SP)

27

- 1.1 - As instalação e a transição dos conteúdos técnicos, a partir das instituições
- 1.2 - As temporalidades em sucessão e coexistência: os usos do tempo e do espaço
- 1.3 - Novas ações e objetos técnicos reorganizadores de Ibiúna: o Estado e a Imigração japonesa como protagonistas

CAPÍTULO II. O Estado e as empresas na modernização agrícola do território e a inserção de Ibiúna nesse contexto

65

- 2.1 - Contexto histórico
- 2.2 - SNCR o crédito rural como impulsionador da modernização e seletividade na agricultura
- 2.3 - A continuidade dos programas de modernização agrícola e a concentração de créditos rurais nas regiões mais dinâmicas - período recente
- 2.4 - As novas normas agrícolas do território e os problemas dos usos do tempo e do espaço geográfico

CAPÍTULO III. As principais redes organizacionais de comercialização e a inserção dos agricultores de Ibiúna nesses circuitos

111

- 3.1 - Constituição do cinturão verde e seu deslocamento para Ibiúna
- 3.2 - A importância de Ibiúna para o abastecimento da CEAGESP
- 3.3 - A antiga CAC e a constituição da CAISP como impulsionadoras do setor de produção e comercialização no município
- 3.4 - Os mais recentes circuitos de produção e criação: hidroponia, orgânicos, caprinocultura e estrutocultura em Ibiúna
- 3.5 - os conflitos do passado que se estendem na contemporaneidade: produção do espaço desigual

Considerações finais

160

Referências

168

ELISÂNGELA COUTO

**Modernizações, racionalidades na agricultura e o uso do território: temporalidades
e espacialidades no município de Ibiúna (SP)**

**Dissertação apresentada ao Departamento de
Geografia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em Geografia**

**Área de Concentração: Geografia Humana
Orientador: Dr. Júlio César Suzuki**

**São Paulo
2007**

As minhas irmãs
Roberta e Renata

AGRADECIMENTOS

São tantos a quem devo agradecer!

Ao querido prof. Dr. Júlio César Suzuki pelo companheirismo e pelas orientações que possibilitaram a realização da pesquisa. Moço novo e corajoso. Aceitou o desafio de orientar alguém que chegara com idéias diferentes. Os conflitos e as cooperações sempre foram resolvidos de maneira harmônica e feliz! Obrigada pelo carinho e atenção.

À professora Dra. Rosa Ester Rossini pelas orientações ao longo do meu processo de formação acadêmica. Por ter me concedido uma bolsa de iniciação científica que me fez aproximar das questões que envolvem a pesquisa acadêmica e ter dado a possibilidade de conhecer caminhos novos.

À professora Dra. Maria Laura Silveira, pela dedicação e seriedade à ciência geográfica. Uma moça que dá continuidade a uma proposta do professor Milton Santos de entender as relações socioespaciais, partindo de uma visão atual, crítica e consciente da realidade brasileira.

Ao professor Glaucio José Marafon, por ter aceitado o convite para participar da banca.

Ao professor Franklin Leopoldo de Magalhães por ensinar a Filosofia de maneira tão singela e brilhante! Sempre calmo em suas aulas, me fazia refletir da importância de se entender a Verdade por trás dos fenômenos. Sinto um imenso prazer em ter assistido aos cursos ministrados por esse grandioso professor.

Aos amigos do coração Marcelo Myahira, Lúcio Cazuza, Carlos Rovaron, Andrézinho (da Agrária), Jonatas, Klebão, Edison Bicudo, Clarinha, Elisinha Freitas, Marcos Roseira e Almir Teixeira (grande músico) por terem tido participação nessa caminhada. Em qualquer lugar que eu esteja vocês sempre serão lembrados!

Ao inconstante, mas querido, Val, por ter um espírito imaginativo que possibilitou transformar simples idéias em ilustrações que se encontram ao longo do texto.

À grande irmã Roberta e a minha quase irmã Cris por terem proporcionado momentos de risos mesmo em situações difíceis. Meninas corajosas e livres!

Meu carinho especial para o Mário Lamas Ramalho, pessoa muito querida. Meu fiel escudeiro!

Um agradecimento em particular aos amigos Soraia Ramos e ao Fábio Contel pelas leituras da qualificação e da dissertação que evitaram maiores puxões de orelha!

Aos amigos do laboratório de Agrária, Rogério, Selitão, Viviane, Vivian, Evandro, Josoaldo, Rusvênia e o Samarone (sempre disposto a colaborar). À Magali, Carlos Pova, André Baldraia, Terezinha, Aline Lima, Elvis, Loildo, Thiago (dos mapas), Pedrão, Priscila, Elias Jabour, Marina ruiva, Pablão, Aninha linda, Eliza Almeida e Flávia Grim pelos momentos de grande descontração.

Um agradecimento mais que especial ao professor Armen Mamigonian que foi sempre um amigo apontando caminhos para a pesquisa. Agradeço também a todos os professores e orientandos do Laboratório de Planejamento Territorial e Ambiental e Geografia Política (LABOPLAN) que desde 2001, me acolheram com muito carinho. Responsabilidade e alegria traduzem as maiores qualidades das pessoas que freqüentam o laboratório. E uma sugestão: Que voltemos a pensar no II Encontro do pensamento de Milton Santos.

A todas as pessoas do Laboratório de Geografia Agrária que muito contribuíram nas discussões epistemológicas, nos debates dos projetos de pesquisa e com muita seriedade participam na formação acadêmica e existencial de todos os pesquisadores.

A todos os entrevistados desde aqueles da CEAGESP, até os agricultores localizados em Ibiúna, sempre muito dispostos a me receber, ao Edivan (Sindicato dos Trabalhadores de Ibiúna) por ser uma pessoa responsável e dedicada, ao pessoal do *Jornal Folha do Campo* de Ibiúna, aos engenheiros Carlos Rombini, João Borba e aos funcionários da CAISP.

A todos os funcionários da biblioteca da FFLCH. Às meninas da Secretaria da Pós-Graduação da Geografia, em especial a Ana e à Luciana (Lú querida). Ao Orlando, ao Tião e ao Marcos, vulgo o pentelho.

Ao CNPq pela concessão da bolsa que muito colaborou para a realização da pesquisa.

E por fim, agradeço a todos que não foram citados, devido minha grave crise de memória, porém serão lembrados sempre com muito carinho.

“É no coração do homem que reside
o princípio e o fim de todas as coisas”

Tolstoi

RESUMO

COUTO, E. As modernizações e as racionalidades na agricultura e o uso do território: temporalidades e espacialidades no município de Ibiúna (SP). 2007, 222 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Esse trabalho busca compreender os usos diferenciados que a agricultura empreende ao território, tornando-o cada vez mais fluido aos interesses dos grandes agentes corporativos. De maneira hierarquizada, esses agentes materializam suas intenções no território, visto enquanto um meio para atingir seus objetivos que perpassam por relações de poder pautadas, sobretudo, por fins mercadológicos. Todavia, os usos do território não são homogêneos uma vez que, as ações e os objetos propagam-se nos lugares a partir de relações de conflito e cooperação. Esse uso seletivo aponta para as funções que os lugares devem cumprir a partir das demandas nacionais e internacionais. Essa diferenciação de atividades agrícolas é notada em muitos lugares como é o caso do uso do espaço do município de Ibiúna (SP), constituído pela produção hortícola, mas que novas atividades começam a ganhar expressividade, tornando o espaço agrícola local ainda mais complexo. De um lado, a racionalização da agricultura tornou o território cada vez mais acrescido com os conteúdos da técnica, ciência e informação que possibilitaram importantes avanços nesse setor. Por outro lado, persistem os conflitos pelos quais passam os pequenos agricultores, envolvidos pela crescente normatização dada pelo Estado e pelo mercado, sem contudo, esses agentes fornecerem aparatos à sobrevivência dos agricultores em meio a esse processo.

Palavras chave – técnicas, racionalidades, modernização, temporalidades, normatização

ABSTRACT

– Department of Geography, University of São Paulo, São Paulo, 2007 COUTO, E. The modernization and the racionalization in agriculture and the usage of territory – the case of temporality uses and spaciality at the district of Ibiúna (SP). 2007, 222 p. Master dissertation.

This work intends to comprehend the so distinguished uses which agriculture enterprises on the territory, becoming increasingly fluid to the interests of the biggest corporative entrepreneurs. By hierarchical means, corporate agents materialize their intentions on territory, what is seen as a pathway through which they achieve their goals by using power relations ruled by market purposes on their favor. However, territory usage is not a homogeneous phenomenon once actions and objects are spread out through places from a core of relations of cooperation and conflict. This uneven usage directs specifics employments that must be accomplished, by places, attending to national and international demands. The agricultural activities differentiation can be noticed in several places of the territory, for instance, as in the use of the district area of Ibiúna's (SP) space, constituted by horticulture activities, that has been joined by new expressive activities which heightened its complexity. On the one side, the agricultural rationalization has caused the territory to evolve by the use of technical, informational, and scientific contents which made it possible to move the sector forward. On the other hand, the conflicts the farmers go through still persist, related to the growing normatization inflicted by the State and the market which give no support whatsoever to the survival of the farmers, who are immersed in a modernization process.

Key-words – territory, technical, rationalization, modernization, temporalities, normatization

RESUMÉ

COUTO, E. Les modernisations et les rationalités dans l'agriculture et l'usage du territoire : temporalités et espacialités dans la municipalité d'Ibiúna (SP). 2007, 222 p. Dissertation de « mestrado » - Département de géographie, Université de Sao Paulo, Sao Paulo, 2007.

Dans le présent travail on cherche à comprendre les divers usages que l'agriculture fait du territoire, en le rendant de plus en plus fluide à l'égard des grands acteurs corporatifs. D'une manière hiérarchisée, ces acteurs corporifient leurs soucis dans le territoire, saisi en tant qu'un moyen pour atteindre leurs buts entérinés par des relations basées, principalement, sur des fins marchandes. Cependant, les usages du territoire ne sont pas homogènes, vu que les actions et les objets se diffusent sur les lieux à partir de relations de conflit et coopération. Cet usage différencié tient aux fonctions que les lieux doivent assurer en fonction des demandes nationales et internationales. Cette différenciation des activités agricoles, nous l'a pouvons saisir dans divers lieux du territoire, comme c'est le cas de l'usage de l'espace dans la municipalité d'Ibiúna (Sao Paulo), constituée par des activités horticoles. De nouvelles activités acquièrent de l'importance et l'espace agricole local devient ainsi plus complexe. D'un côté, la rationalisation de l'agriculture a ajouté au territoire les contenus de la technique, la science et l'information, lesquels ont permis d'importantes avancées dans ce secteur. De l'autre côté, se consolident les conflits vécus par les petits producteurs qui subissent la grandissante normalisation créée par l'État et le marché. Ceux-ci ne fournissent pourtant pas les atouts nécessaires pour la subsistance des producteurs dans ce processus.

Mots-clé – territoire, techniques, rationalisation, modernisation, temporalités, normalisation

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as redes traduzem de forma simultânea como o espaço geográfico mundial torna-se cada vez mais conhecido pela humanidade e são, em grande parte, responsáveis pela difusão e transmissão de novos conteúdos transformadores dos espaços locais, coordenados por ações e contextos mundiais. Baseados na relação Dinheiro e Poder, os usos espaciais das redes permitem uma maior racionalidade do espaço geográfico tendo como alguns dos pilares mais importantes um crescente acúmulo de capitais destinados aos fins do sistema em questão, capitalista.

Uma maior racionalidade dada ao espaço geográfico teve início a partir do século XIX, época da Segunda Revolução Industrial, associada também como o período em que se constituíam o uso das máquinas e a divisão territorial do trabalho mais intensa. Anteriormente, o espaço geográfico mundial não era transformado radicalmente pela ação humana, o que permitiu que Milton Santos (1996) denominasse a fase anterior de meio natural ou pré-técnico. Contudo, as relações sociais no espaço geográfico tornaram-se marcadamente mais aceleradas a partir da segunda guerra mundial, mais especificamente após a década de 1970, o que Milton Santos denominou de período técnico-científico e informacional.

O território brasileiro acompanhou em graus diferenciados as transformações mundiais dadas pelo progresso científico e tecnológico, de acordo com a amplitude com que cada lugar recebia as inovações vindas dos países desenvolvidos. O território, a partir de políticas governamentais, tornava-se mais integrado nacionalmente, o que possibilitava maior racionalidade das ações no espaço geográfico brasileiro com objetivo de colocar o país na rota das modernizações tecnológicas. Assim, foi posta em prática uma série de políticas de planejamento, com o intuito de que uma vez modernizadas as estruturas econômicas, principalmente, o país seria capaz de desenvolver-se, inserir-se no contexto econômico mundial e tornar-se mais competitivo para então solucionar os problemas sociais.

Desse modo, a busca pelo equilíbrio da economia é uma constante nas políticas de desenvolvimento do país e se baseia na tese de que, uma vez resolvida a economia, consequentemente, os problemas sociais diminuirão. Contudo, o que se percebe é que a integração nacional territorial vem sendo alcançada, o que coloca o país com maiores possibilidades de inserção num mundo globalizado. Porém, há certo predomínio de

uma integração das 'coisas' enquanto a maioria da sociedade torna-se resíduo do processo de desenvolvimento econômico e modernizador.

No mundo contemporâneo, diante do fenômeno da reificação, as coisas ganham conteúdos que fazem transparecer certa autonomia em relação aos homens. Foi o que Kosik (1976) chamou de *pseudoconcreticidade*. Desse modo, no reino do imediato, do fenômeno, a economia e as finanças tornam-se os meios pelos quais os problemas relacionados à existência humana, sinônimo de necessidades e liberdades serão plenamente solucionados. Todavia, fenômeno e essência estão em diferentes níveis para o entendimento da realidade. O crescimento econômico enquanto impulsionador do desenvolvimento social está longe de diminuir as desigualdades sociais. Contudo, o discurso do imediatismo emplaca ideologias do crescimento como sinônimo de desenvolvimento socioeconômico e territorial.

O território brasileiro é constituído de lugares que apresentam contigüidades e redes. É no lugar, sinônimo de espaço vivido, que desembocam todas as ações, todas as paixões, todas as forças e fraquezas da existência humana, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza. Sendo assim, o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, pelos aconteceres solidários, a partir dos quais são definidos os usos, valores e coexistências do tempo e espaço (SANTOS, 1996).

Assim, o município de Ibiúna, interior do Estado de São Paulo, tornou-se uma parcela importante para o entendimento da totalidade socioespacial. Totalidade concreta que nos dizeres de Kosik (1976) está posta como realidade de um todo estruturado, dialético, no qual um fator qualquer pode vir a ser racionalmente apreendido, pois cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo.

Diante disso, para o entendimento de cada fração torna-se necessário fazer o esforço de sempre buscar o que estaria por trás dos fenômenos; a verdade dos acontecimentos que também é o principal objetivo da Filosofia.

Ter-se-ia como um bom começo discorrer que a totalidade por todos buscada é sempre fugaz, devido seu dinamismo. O espaço geográfico enquanto totalidade possibilita a existência das relações sociais. Todavia, é usufruído pelos agentes de maior poder como ente capaz de realizar a acumulação da mais valia.

Na atual perspectiva, os fenômenos apresentam-se como se fossem a verdadeira realidade, porém, são apenas frações. Uma fração não significa necessariamente uma parte de um todo desconexo. Principalmente se nela há eventos

vindos da totalidade e, nesse sentido, essa pequena parcela da totalidade oferece entendimentos explicáveis por meio de ações que se dão no lugar e no global.

A conjuntura de um todo complexo, constituído por influências locais e externas, está associada também à idéia de possibilidades e de acontecimentos já cristalizados no lugar. Assim, a noção de *situação geográfica*, proposta por Maria Laura Silveira (1999, p.22) está ligada à noção de evento que representa as possibilidades existentes no mundo, que se geografizam nos lugares e os modificam de acordo com normas, valores, materialidade etc.

As transformações realizadas no território foram possíveis devido às técnicas presentes em cada período histórico. Surgida da relação com o meio geográfico e das necessidades humanas, a técnica tornou-se um instrumento de aceleração das mudanças no espaço geográfico. Nos dizeres de Karel Kosik (1976), a técnica é a mais perfeita expressão da razão e a razão é a técnica do comportamento e da ação.

A técnica vista enquanto conjunto de ações e artefatos capazes de dar sentido ao território constitui uma das principais categorias apresentadas no trabalho. Técnicas da ação e técnicas materiais espalham-se no território usado por todos os homens, firmas e instituições que constroem as variáveis de cada período histórico mundial, difundidas nos territórios nacionais.

Diante de novos usos do tempo e do espaço, *objetos materiais e imateriais* (SANTOS, 1996), desenham as mentalidades de cada época por meio de conteúdos ligados à ciência, à técnica e à informação. Assim, recorrer à periodização associada à idéia de expansão do meio técnico-científico e informacional como recurso de entendimento do território, torna-se oportuno e possibilita entender as consecutivas transformações do processo de modernização do território. Nesse sentido, a busca pela compreensão dos usos do tempo e do espaço em Ibiúna, dados a partir do processo de modernização e diferenciados por meio de *razões instrumentais* é o objetivo principal da pesquisa.

De certa forma, essas razões instrumentais representam um pensamento reticular, utilizando o território para fins de interesses dos grandes grupos com maior poder. Assim, alguns aspectos econômicos ganharam relativa força no desenvolver da pesquisa na medida em que há uma preocupação por parte dos *agentes hegemônicos* em se entender o desenvolvimento do território utilizando a economia como instrumento capaz de mudanças nas relações sociais. Assim, as políticas ligadas à agricultura

demonstram essa idéia-força. Nesse sentido, os apontamentos ao longo da pesquisa foram desenvolvidos tendo nas relações socioeconômicas certo grau de importância, isso porque a 'coisa' ganha *status* de modernização por meio de ideologias.

Contudo, mascarado pelas relações econômicas, o fator real e essencial a ser levado em consideração refere-se à política como o pilar das ações que, desde o início do processo de desenvolvimento territorial do país, tornou o território brasileiro um recurso. Essa visão extrapola e prejudica a proposta de entendimento do território visto enquanto um conjunto de existências em que todos os homens, firmas e meio ambiente possam modificar o direcionamento atual do território brasileiro para fins associados à minimização dos problemas que envolvem a pobreza, a fome, o meio ambiente etc.

Todavia, a aceleração do mundo contemporâneo trazida pela tríade técnica, ciência e informação desponta nos lugares e nas pessoas desejos de acompanhar as inovações e renovações. A busca por poder e consumo confunde as noções de cidadania. Assim, ao desvendar o território brasileiro, encontramos diferenciados aspectos de racionalidades que tornaram alguns espaços mais dinâmicos que os demais, como é o caso do Estado de São Paulo, onde o processo de industrialização decorreu principalmente pela base da economia cafeeira que deu início à integração territorial do Estado por meio da rede ferroviária¹, substituída definitivamente a partir da década de 1950 pelo sistema rodoviário. A restauração e a pavimentação das estradas constituem como um dos principais eventos de políticas que, a partir da década de 1970, deram início ao processo de desconcentração industrial da capital e da recém institucionalizada região metropolitana para seguir rumo ao interior, ação ligada ao PROINDE (Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento).

Pensando numa aplicabilidade mais restrita dos eventos que caracterizam as transformações do território e das relações sociais nele dadas, escolhemos o uso da atividade agrícola para apontar como, a partir dela, também é possível contar a história das modificações do território brasileiro. No uso agrícola do território, o vetor principal foi a modernização agrícola, que possibilitou maiores produções em menores áreas graças aos novos conteúdos técnico-científicos capazes de construir estradas de

¹ Cf. Negri (1996): "Mais que um redutor de custos de transporte cafeeiro, a rede ferroviária implicava a abertura de novas frentes de colonização e a constituição da rede urbana básica, permitindo a proliferação de novos municípios" (NEGRI, 1996, p.78).

ferro, rodovias, hidrovias, modernização aérea e um conjunto de fluxos imateriais como normas, mensagens e idéias que, juntos, são os principais responsáveis pela configuração atual do território.

Algumas ressalvas são importantes no sentido de afirmar que a agricultura não é o ponto central do trabalho, mas sim as atividades agrícolas que modificam os usos do tempo e do espaço geográfico, interferindo diretamente nas relações sociais dadas na contemporaneidade. A idéia de se estudar o espaço agrícola partiu da vontade de compreensão das avantajadas diferenças entre os agricultores no ato de produzir o território. Diferenças alargadas por aqueles que têm maior controle político e econômico, enquanto a maioria dos agricultores busca na atividade agrícola suas necessidades existenciais básicas.

Os lugares que atingiram maior racionalidade modernizadora no âmbito das atividades agrícolas são aqueles que estão envolvidos por ações de grandes agentes empresariais e políticos. Assim, o que chamamos de modernização diz respeito às bases estruturais técnicas, científicas e informacionais que ocorreram mais consistentemente a partir do período pós-segunda guerra mundial, que tem como um dos eventos marcantes a Revolução Verde, iniciada nos Estados Unidos da América. Contudo, a partir do início da década de 1970, a agricultura brasileira apresenta mais um marco de modernização com o desenvolvimento do capitalismo agrário e a expansão das fronteiras agrícolas que colocavam o Brasil como um país subdesenvolvido industrializado (SANTOS, 2001).

Dentro do recorte ligado ao uso agrícola do território, houve a necessidade de fazer mais uma escolha e de se estudar a formação e a constituição do uso agrícola do município de Ibiúna, distante da capital paulista cerca de 60 quilômetros e que constitui um lugar de fundamental importância no entendimento das relações de abastecimento ligadas à horticultura para a região metropolitana de São Paulo², seus maiores centros consumidores. Relações que se tornaram mais intensas com uma maior racionalização do espaço agrícola, dada com a constituição do cinturão verde de São Paulo, que

² Os 39 municípios que fazem parte da RMSP, formada na década de 1970 são: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 2006).

demandava uma grande produção e diversificação de cultivos a partir do início do século XX.

O município de Ibiúna está inserido na região administrativa de Sorocaba, que possui bastante influência no setor da indústria, comércio, agricultura e serviços. Cilene Gomes (1994), num importante estudo sobre a região, analisou o deslocamento do meio técnico, científico e informacional, apontando os municípios que ganharam maior dinamismo na medida em que esses conteúdos adentravam-se nessa região.

Fruto de uma história que passa do bandeirantismo para as formas jurídicas de emancipação (as mesmas pelas quais passaram os demais municípios do território), Ibiúna é um lugar com aproximadamente 75.000 habitantes, divididos nas atividades de ocupação: agropecuária, com 25,81%; indústria e construção civil, com 20,62%; comércio, com 21,44%; e serviços, com 32,13% (SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE, 2003).

A hipótese do trabalho está fundamentada nos múltiplos usos agrícolas do território, que se estendem às diferentes paisagens construídas por meio de ações associadas aos produtos agrícolas de exportação, aos grandes cultivos de abastecimento interno e às outras formas de produção agrícola. Dessa maneira, o uso agrícola do município de Ibiúna constitui um conjunto de implicações que atingem diretamente o cotidiano dos agricultores. Esse fato agrava-se na medida em que a racionalização da agricultura e uma série de normas restringem as liberdades dos agricultores e dos lugares, tentando inseri-los no mundo contemporâneo marcado pela automação das relações socioespaciais.

Nosso interesse de estudo deve-se também ao fato de que o município recebe o processo de modernização de forma diversificada. Isso faz de Ibiúna (*mapa 1*), um lugar onde o processo de modernização agrícola ocorra como manchas, assim como nos demais lugares em que a entrada de conteúdos modernizadores se dá diferentemente conforme as intenções dos agentes e o recebimento dessas ações pelos lugares.

.

Estado de São Paulo

IBIÚNA

LEGENDA

- Rodovia
- Limite Municipal

Escala: 1:400.000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000).
Org. Thiago C. Bariani, 2007.

The map displays the municipality of Ibiúna, highlighted in light green, within the state of São Paulo. It is bordered by São João do Rio Preto to the north, São Lourenço da Serra to the northeast, Aratuba to the east, Maragatu to the southeast, Tupunaí to the south, and São João do Sul to the southwest. To the west are Votará, Alumbi, Marquês, São Roque, and Itapira. To the northwest are São João do Rio Preto, Itapira, and Itapira. The map includes a coordinate grid, a north arrow, and a scale bar. A legend identifies orange lines as roads and black lines as municipal boundaries. An inset map shows the location of Ibiúna within the state of São Paulo.

Há uma interdependência que associa as atividades agrícolas ao uso do tempo e do espaço do lugar, sendo esses usos ligados às necessidades urbanas. Desse modo, as ações que permeiam as atividades agrícolas dos pequenos agricultores, passam a integrar-se numa grande rede de relações, dadas pelas necessidades da metrópole paulista.

Por vezes, ao longo da pesquisa, recorremos às falas individuais dos agricultores. Isso não significa que para cada fala há uma discussão particular. Pelo contrário, elas representam os mesmos desejos e frustrações pelos quais passam não somente os agricultores de Ibiúna, como os dos demais lugares ligados à agricultura de abastecimento interno. Na realidade, os relatos representam as condições do pequeno agricultor brasileiro, ligado à horticultura do mercado interno que, por meio de situações adversas, sobrevive da atividade agrícola de onde retira sua sobrevivência e sua existência.

Poderíamos colocar tipos ideais e a partir deles desenvolver a pesquisa, mas optamos por dar voz à fala do agricultor, torná-la mais próxima e particular à pesquisa. Assim, os agricultores com quem trabalhamos representam aquelas pessoas que têm família, são proprietários de aproximadamente menos de 10 hectares e são diferenciados conforme o grau de modernização técnica e poder econômico e político que possuem. Dessa maneira, um conjunto de agricultores somado a outros agentes ligados às atividades agrícolas, como também às demais atividades, desenvolvem no espaço geográfico de Ibiúna paisagens que são os resultados de processos históricos locais e globais dados de forma multifacetada naquele espaço.

Em Ibiúna, além dos usos tradicionais do espaço agrícola, encontram-se novas atividades agropecuárias que, em função da criação de necessidades e invenções mercadológicas, despontam como um importante referencial que está sendo construído no município. É o caso das atividades que envolvem a agricultura orgânica e a criação de cabras e avestruzes que, na realidade, selecionam os mercados consumidores em que esses produtos devem ser destinados.

Assim, a construção da problemática da pesquisa tem como fundamento partir de uma teoria menor, baseada numa escala local, tendo em vista o desenvolvimento das bases agrícolas do município de Ibiúna associado ao movimento externo impulsionado pela modernização, sobretudo, pelos novos usos agrícolas do território, frutos dos agentes ligados à esfera do Estado e aos agentes privados nacionais e

estrangeiros que foram os principais responsáveis pela inserção do país na rota da modernização.

Não adentramos nas questões acerca da agricultura familiar, campesinato etc., uma vez que não é a operacionalização do conceito que está sendo analisada, mas, sim, as atividades e os novos usos agropecuários que penetram no lugar. Desse modo, acreditamos que as noções de agricultor ou de produtor respondem às preocupações suscitadas durante a pesquisa. No mesmo sentido, optamos por não discutir as idéias do que se entende por campo e por cidade. Mas, de pronto, utilizamos Milton Santos, que nos adverte para a questão de que a simples distinção entre espaços rurais e urbanos ou entre cidades grandes e pequenas torna-se simplista uma vez que, nas regiões agrícolas, o campo é quem comanda a vida econômica e social da cidade, enquanto nas regiões urbanas este comando é realizado pelas atividades secundárias e terciárias.

Uma vez dadas as variáveis do período: a técnica, a ação social, os eventos, as normas (sentido jurídico), a informação e a periodização como pressupostos de método, o território brasileiro torna-se inteligível e construído a partir de ações locais e exógenas que se modificam ao longo do processo de desenvolvimento e, conforme as mentalidades de cada período, os lugares ganham especificidades que são os resultados de um conjunto de conflitos e cooperações entre as forças do lugar e as forças hegemônicas que desejam infiltrar-se no lugar. Assim, o território integrado, porém fragmentado conforme o processo de racionalização socioespacial, aponta para as especializações frequentemente funcionais, que cada lugar do espaço geográfico brasileiro é chamado a cumprir, acirrando ainda mais uma divisão social e territorial do trabalho.

O uso agrícola do município de Ibiúna, fração que integra o território, fornece alguns indícios de como este vem sendo usado, a partir de normas que têm como características o controle político, econômico e social, de acordo com os objetivos das racionalidades corporativistas. Pensando na necessidade de fornecer apontamentos de como se dá o processo de racionalização do uso agrícola em Ibiúna, por meio de objetos materiais e imateriais, seguimos uma proposta de construir três capítulos capazes de apresentar os momentos principais do desenvolvimento do município, sempre integrado às decisões de planejamento do Estado de São Paulo. A partir daí, empreendemos tentativas de olhar as mudanças no contexto geral pelas quais passa o

território brasileiro e de descobrir como elas são inseridas em Ibiúna, transformando-se num conjunto de temporalidades ligadas aos ritmos acelerados da modernização técnico-científica, como também à criação e recriação de coexistências entre os tempos da modernização e os tempos do lugar.

Desde o primeiro capítulo, houve uma tentativa de contextualizar os principais eventos ocorridos no território brasileiro, que foi envolvido por um conjunto de políticas agrícolas de desenvolvimento, com fins de integração e inserção do país no cenário mundial. As normas e as técnicas diferenciadas a partir de cada período histórico colaboraram para o entendimento da problemática, uma vez que, mesmo sendo diferenciadas, elas sempre existiram e foram sendo reformuladas e inovadas na medida em que as ações tornavam o território mais racionalizado.

Nesse sentido, as técnicas ganharam expressão, desde o primeiro capítulo, por serem as mediadoras das transformações do território brasileiro. Assim, poderá ser vista sua influência nos três capítulos da dissertação. Aparecem metamorfoseadas de características decorrentes do período e, conforme o movimento da totalidade, ganham novas expressões. A divisão dos capítulos deveu-se, sobretudo, à tentativa de colocar os conteúdos das técnicas, ciência e informação como os responsáveis pela crescente racionalização do espaço e da sociedade.

Assim, no primeiro capítulo, a preocupação maior foi entender como, a partir das técnicas, foi constituído o município de Ibiúna, e apontar os principais eventos que impulsionariam uma cooperação mais dinâmica com a região metropolitana de São Paulo. Os eventos principais que se destacaram estão associados à chegada do imigrante japonês, que dinamizou o uso agrícola do município com a inserção de novas técnicas e cultivos, o que possibilitou outras benfeitorias ligadas à questão urbana municipal. Outro evento com o mesmo grau de importância foi a atuação do Estado na promoção de políticas que visavam à modernização da agricultura. Desde sua constituição enquanto povoado até se tornar institucionalmente município, Ibiúna recebeu os resultados dessa modernização. Passando de uma origem socioeconômica marcada pela produção e extração de madeira para um município caracterizado pela produção hortigranjeira, Ibiúna alcançou um maior dinamismo na atividade agrícola, que veio a impulsionar outros setores, estreitando suas relações com a capital paulista.

O segundo capítulo foi construído a partir da materialização das políticas, responsáveis pela crescente racionalização do espaço geográfico. Um período permeado por um conjunto de estratégias de modernização da agricultura, propostas a partir da década de 1930, tendo como auge as décadas de 1960 e 1970, época em que o meio técnico, científico e informacional colaborou para a expansão de um conjunto de insumos agrícolas e para que avanços na biogenética fossem difundidos pelo território. Houve a necessidade de estendermos a questão do crédito agrícola, que se tornou um evento importante para o período, no sentido de que se consolidava o padrão de planejamentos direcionados para uma *modernização seletiva* do território, da qual os maiores beneficiados eram os grandes agentes hegemônicos, enquanto os pequenos agricultores foram submetidos aos ditames dessa modernização que alargou ainda mais as disparidades regionais. Em Ibiúna, essas políticas ganharam outro caráter, uma vez que a integração tinha como um dos principais objetivos a produção dos grandes cultivos voltados para a exportação e para o abastecimento do mercado interno. Enquanto em Ibiúna, despontava-se uma produção direcionada para o mercado consumidor próximo, como a capital paulista, que buscava verduras e legumes, produzidos no município.

No terceiro capítulo, partimos para o entendimento mais complexo dos circuitos existentes no município e outros que começam a se instalar. Os usos do espaço agrícola representam um conjunto de conflitos herdados historicamente por meio das normas e da crescente racionalização da agricultura. A especialização por determinadas culturas torna o município um dos maiores produtores de cultivos orgânicos do Estado de São Paulo. Diante disso, o uso do espaço agrícola transformou-se. De um lugar anteriormente ligado ao cultivo da batata e da cebola, Ibiúna passou a ter determinadas especificidades associadas à produção do repolho, da escarola, da alface etc. Novos circuitos associados à estruticultura e à caprinocultura são indícios dos interesses que começam a aparecer no município e que tornam o uso do espaço local ainda mais seletivo e voltado para o consumo de uma classe socioeconômica específica.

O desenvolvimento da pesquisa foi orientado a partir da constatação de uma crescente artificialização do território, marcada pelos avanços das técnicas e das ciências que, a partir do século XIX até o período atual tornam-no mais fluido e reticular. Porém, as conquistas proporcionadas pela modernização não podem ser

negligenciadas, como também os resultados negativos que se tornam visíveis no cotidiano dos agricultores.

Há maneiras diversas de se contar o processo de constituição dos lugares. O escolhido por nós foi de contar as transformações de Ibiúna utilizando a modernização agrícola pela qual o município vem passando. Essa modernização acelerou de forma intensiva os meios de produzir e comercializar na agricultura. Diante disso, o espaço geográfico tornou-se cada vez mais racional, artificial e envolvido por políticas que o vêem como mero instrumento, tornando-o cada vez mais geométrico, reticular.

CAPÍTULO I

Técnica, normas e materialidade como instrumentos da racionalização dos objetos e ações em Ibiúna (SP)

“Em maior ou menor escala, o Estado sempre se utilizou das técnicas. Assim como em todas as outras esferas da atividade humana, não se trata de um fato novo. Essas técnicas encontravam-se em domínios limitados, correspondentes às funções do Estado” (JACQUES ELLUL, 1968).

As técnicas mediam a relação do homem e o meio. Devido ao seu potencial artificializam crescentemente o espaço geográfico. Mas sua importância é dada pelo uso que a humanidade dá a estas. No território colaboram para transformar a agricultura que a partir principalmente do pós- segunda guerra mundial transformou-se num setor importante para o crescimento econômico. Contudo, a modernização dá-se de forma diferenciada no território. Em Ibiúna a atividade agrícola assume características de abastecimento interno dos municípios mais próximos. A partir de semelhanças e diferenças, a modernização das atividades agrícolas transforma o território brasileiro e expande as mentalidades dos agentes com maior poder econômico, social, político, técnico e cultural.

1.1 – A instalação e a transição dos conteúdos técnicos, a partir das instituições

O conjunto de técnicas que marcam determinados períodos traz em seu interior objetos dos quais alguns se tornam obsoletos em épocas mais atuais, enquanto novos dão ritmos mais acelerados ao mundo contemporâneo. Todavia, não é somente a materialidade que anima cada época. Também as ações que agem por intermédio destas combinações distintas entre materialidade e sociedade caracterizam cada momento histórico e constituem territórios de acordo com as técnicas predominantes do período, que serão cristalizadas conforme o poder dos agentes sociais (SANTOS, 1996).

O termo *téxyn* [técnica], para os gregos, significa atividade de manipular, produzir, fazer etc. A técnica nasce com a humanidade graças ao seu espírito inventivo (VITA, 1950, p.35). Desde seu surgimento, mudanças significativas transformam o espaço geográfico, que se torna cada vez mais artificializado e suscetível de ser melhor controlado.

Se, em épocas precedentes, a técnica servia como apoio nas relações entre os homens e a natureza, sem necessariamente haver modificações significativas, a partir

da aliança entre técnica e ciência, no final do século XIX³, estaria consolidando-se a relação na qual a aceleração das mudanças advindas dessa união produziria o espaço com maiores níveis de artificialidade. Assim, os lugares entendidos como sinônimos de espaço vivido e do acontecer solidário, apresentam diferenciações conforme a densidade técnico-científica, informacional e comunicacional que recebem (SANTOS, 1996;1999a).

Os objetos técnicos ganharam expressão a partir do século XIX, a saber, período caracterizado pela mecanização do território e que, ao longo do século XX, seria chamado de período técnico-científico, momento marcado pela reconstrução do espaço (SANTOS, 1992, p.11). Embora estivessem presentes como instrumentos do homem no período natural, seu uso constituía-se mais como um fator contribuinte do que como instrumento de transformação do meio. Todavia, esse cenário foi modificado e o que era espontâneo cedia lugar ao mecânico e intencional.

A partir do século XIX, em função da mecanização, os lugares ganharam novos conteúdos e, de acordo com a seletividade existente entre as relações sociais e os lugares que absorviam os objetos técnicos, cada lugar acabou por receber determinados graus de modernizações. Nessa perspectiva, o uso dos objetos diferencia-se de acordo com as ações direcionadas para determinado fim. Dessa forma, nem todos os lugares recebem de forma igual objetos e ações no território brasileiro. Ao pensar tal periodização nos termos de Ibiúna⁴, encontrar-se-ia a constituição do meio técnico, científico e informacional como manchas que se espalham naquele município.

Pode-se contar a história da humanidade utilizando os *sistemas técnicos* (ELLUL, 1968), que evoluem e são substituídos por sistemas novos. Assim, velhos e novos objetos produzem, a cada época, mentalidades associadas aos anseios do período. Alguns sistemas técnicos antigos sobrevivem no presente, muitas vezes, com outras funções ou até mesmo com as funções que já exerciam em épocas precedentes.

³ Cf. Vanessa Dias Oliveira, uma maior relação entre técnica e ciência ocorre no decorrer do século XVI durante o Renascimento até o século XVII com o iluminismo que tem a física como seu principal veículo da razão. Do século XVIII ao XIX, a relação entre ciência e técnica se materializa na Revolução Industrial com o uso das máquinas (OLIVEIRA, 2006, p.04).

⁴ Escolheu-se desde o princípio da pesquisa, remeter-se diretamente à Ibiúna como município. Embora para chegar a este *status* Ibiúna passou desde o século XVIII, por denominações de povoado, freguesia, vila, distrito e por fim transformou-se em 1944 em município.

De qualquer modo, novas e velhas técnicas resignificam o espaço geográfico e, dessa maneira, fornecem conteúdos que podem ou não estar a serviço de todos. Alguns pensadores acreditam que a relação entre humanidade e técnica não traga resultados bons para a primeira, desumanizando ainda mais as condições de sobrevivência. Jacques Ellul (1968) não apresenta boas impressões sobre a interação entre a técnica e o homem:

Sei perfeitamente, que as técnicas do homem pretendem exatamente reintegrar o homem, restituir-lhe sua unidade, mas, na realidade, verificamos que se trata de uma unidade abstrata do homem ideal e que o funcionamento concreto das técnicas o parte em pedaços (ELLUL, 1968, p.408).

Bertrand Gille refletiu sobre os sistemas técnicos para caracterizar as diferentes épocas: *“Um sistema técnico é um conjunto de coerências entre objetos, dispositivos e procedimentos – é sempre acompanhado de um conjunto de conhecimentos, de habilidades, de representações [...]”* (GILLE, 1996 apud SCHEPS, 1996, p.32).

Num período caracterizado pela grande influência das máquinas, estes autores depararam-se com dilemas de submissão ou liberdade em relação às novas técnicas. Se eram, de fato, transformadoras, para que condição elas iriam levar a humanidade? Num movimento semelhante, a humanidade poderia vir a tornar-se também uma máquina, devido à tamanha submissão que lhe era imposta. Tais discussões são extremamente pertinentes, mas, por ora, a contribuição maior que se pode oferecer é a abordagem dos usos que são feitos dessas técnicas.

Os sistemas técnicos atuais são definidos pela ubiquidade, universalidade e tendência à unificação e unidade de comando (SANTOS, 1994, p.111-112), extrapolando dessa forma, os indícios materiais. São híbridos e são componentes do espaço geográfico. Funcionam como mediadores para alcançar os resultados planejados. São, em outras palavras, resultados de estratégias, normas de regulação, de planejamento etc.

De acordo com Silveira (2006)⁵, as técnicas formam uma simbiose entre ações e norma. Para a autora, mais importante que estas em si, é entender os fenômenos técnicos. Caberia então, às técnicas, um papel fundamental dentro deste sistema, o de contar parte da história do lugar.

Numa entrevista concedida por Bruno Latour (1996), na qual lhe foi perguntado como era possível as técnicas dominarem a humanidade, uma vez que esta as tinha criado, ele responde da seguinte forma:

Pessoalmente, nunca entendi esse argumento, porque, cada vez que estudei técnica, vi pularem as alternativas técnicas, organizacionais e humanas – não forçosamente em nível individual, mas, antes, no plano institucional. Basta que uma máquina apresente defeito para que se veja pessoas pularem. Portanto, a técnica não é feita apenas de matéria: ela é feita de um conjunto de matéria e de pessoas cuja geometria muda conforme ela funciona ou não. Há efetivamente toda uma escola de pensamento que se inquieta pela dominação das técnicas, mas trata-se, a meu ver, de posições filosóficas não fundadas sobre estudos empíricos (LATOUR, 1996 apud SCHEPS, 1996, p.163).

Um exemplo interessante dado por Latour é a denominação de *maquiavelismo* ao referir-se à questão da automação do metrô para evitar as greves. Esse evento acaba por excluir o trabalho do homem, mas não coloca a técnica como dominadora, uma vez que ela é criação humana. Ou seja, a técnica é colocada como um fim, mas são os diferentes usos que a fazem parecer como inimiga da humanidade (LATOUR, 1996 apud SCHEPS, 1996, p.164).

Hannah Arendt (1993) aponta que a aceleração técnica leva ao questionamento sobre o tempo, medido cronologicamente. Com o desenvolvimento das técnicas, o mundo foi transformado de uma maneira nunca vista antes. O século XX presenciou uma ocupação da terra, porém, de forma paradoxal, esse conhecimento tornou as pessoas mais alienadas.

⁵ Refere-se às aulas ministradas pela profa. Dra. Maria Laura Silveira sobre *Teoria e método em Geografia*, no segundo semestre de 2006. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo – USP.

Numa questão ainda mais emblemática, Ortega y Gaset (1963) contribui para elucidar que a técnica é a reforma que o homem impõe ao meio geográfico:

Atos técnicos – dizíamos não são aqueles em que o homem procura satisfazer diretamente as necessidades que a circunstância ou a natureza o faz sentir, mas precisamente aqueles que levam a reformar essas circunstâncias eliminando no possível delas essas necessidades, suprimindo ou minguando o acaso e o esforço que exige satisfazê-las (ORTEGA Y GASET, 1963, p.17).

Os homens organizam o espaço por meio de invenções, modificando-o pela técnica e pelo trabalho (ISNARD, 1982, p.35). A sociedade torna-se inseparável do espaço geográfico, totalidade imprescindível para o acontecimento das relações sociais.

Na ciência geográfica, Milton Santos aborda os principais interlocutores que trabalharam com a questão da técnica. Entre eles ganham destaque: Maximilien Sorre, que foi o primeiro a propor o estudo do fenômeno técnico; André Fel, que se preocupava em abordar os objetos técnicos como fundamentais para responder as necessidades humanas, bem como propunha pensar a categoria de *geotécnica* para a ciência geográfica. Nesse movimento entre geografia e técnica, outros destaques aparecem, como é o caso de M. Akhrich, que fala sobre a difusão dos objetos técnicos que se dá de forma heterogênea, devido à sua inserção desigual no tempo e no espaço. Ele também aponta que o objeto não é só fruto de uma política, mas contém a política em si. Para Simondon, quanto mais o *objeto concreto* (termo criado por ele) aproxima-se da natureza, mais é imperfeito. Já, quanto mais artificial, é mais sujeito à perfeição. Milton Santos vê o fenômeno técnico como um meio (como Jacques Ellul). Para ele, estão inseridos no espaço objetos naturais e artificiais, ambos híbridos, pois sozinhos não têm existência real. O mais importante é o uso que se faz destes (SANTOS, 2002, p.42; 1999c, p.16).

Ao estudar o uso dos sistemas técnicos agrícolas do território brasileiro, Soraia Ramos (2001) aponta para as ações técnicas e políticas destinadas a uma agricultura particular. As sucessivas transformações nos sistemas técnicos e suas crescentes densidades técnicas e organizacionais transformaram o campo, o que possibilitou novos

usos do território, como é o caso das áreas de Juazeiro e Petrolina, estudadas pela autora.

Gorou (1973) aponta para o fato de que as técnicas herdadas do passado representam uma explicação do presente:

Muchos aspectos humanos del paisaje pueden no depender de la civilización reinante, sino de un o de muchas civilizaciones pasadas. Hay que reconocer los enclaves enquistados de técnicas ya neutras: un servicio a prestar a la colectividad es el de distinguir los tejidos vivos de los fósiles que llevan incrustados (GOROU, 1973 apud RAMOS, 2001, p.13).

Desde o início, a técnica esteve presente em lugares em que a condição humana criou possibilidades de sobrevivência assim como a transformação da paisagem que mudava a partir de uma maior densidade de objetos que nela começavam a instalar-se. A partir de diferentes usos das técnicas surgem paisagens diferenciadas. Além disso, os lugares não respondem igualmente aos sistemas técnicos. Um conjunto de fatores está associado às diferenciações paisagísticas, é o caso das circunstâncias históricas, das ações, das possibilidades do período. Assim, “*Num mesmo pedaço de território convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas*” (SANTOS, 2002, p.42). Importante também observar que não existem determinismos técnicos, pois são as ações responsáveis pela presença desses instrumentos, enquanto as técnicas funcionam como mediadoras das novas formas econômicas e financeiras.

A velocidade da expansão do fenômeno técnico aponta para uma maior transformação da natureza, agora artificializada. Isso é possível graças ao conjunto de técnicas e ações que surgem a cada período caracterizado por mudanças de paradigma, sociais e políticas. Porém, a chegada de novos objetos não está associada diretamente às transformações das relações sociais desiguais, isto é, os objetos instalam-se no espaço geográfico sem necessariamente mudar as desigualdades herdadas e quase sempre colaboram para acentuar ainda mais tais condições. Contudo, de acordo com Milton Santos, “*A base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares*” (SANTOS, 1994, p.67).

Sendo assim, os sistemas técnicos são responsáveis, juntamente com os agentes sociais, pela aceleração dos lugares, dos indivíduos, da época e colaboram na representação da totalidade que, para Karel Kosik, refere-se a um todo dialético que *“Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”* (KOSIK, 1976, p.46-47).

Tal representação está ligada ao conjunto de eventos que se destacam e, quando vistos em conjunto, são capazes de explicar a totalização da realidade de um país, de uma região, de um lugar.

Desse modo, a busca da totalidade implica numa tentativa de entendimento não das partes ou das funções independentes, mas, sim, de forma que a totalidade possa supor um movimento interdependente entre estrutura, função e forma dentro de uma visão: *“[...] dialética e concreta. Para estudá-la é preciso levar em consideração todas as estruturas que a formam e que, em conjunto ou isoladamente, a reproduzem”* (SANTOS, 2004, p. 57).

É válido afirmar que as técnicas são conseqüências de um conjunto de ações que constrói de forma dialética a manutenção e a inovação de objetos num determinado período. Assim, esse conjunto de ações e objetos, associados à idéia de densidade normativa e política, colabora para uma divisão social e territorial do trabalho.

Todavia, anteriormente aos grandes sistemas técnicos, o meio natural ou pré-técnico de Ibiúna se manteve até o período que precedia o ano de 1618 sem haver grandes modificações nas suas paisagens. A partir de então, ocorreria a primeira tentativa de abertura de caminhos com os bandeirantes.

Foi entre 1640 e 1710 que ações transformaram mentalidades e deram início à mudança de Ibiúna. As terras efetivamente começaram a receber fluxo de imigrantes, devido à posição do governo português em conceder sesmarias⁶ aos homens que por lá chegavam. De certa forma, esse foi o primeiro evento que mudaria o sentido das ações que até então eram pensadas principalmente como instrumento de sobrevivência indígena e, agora, pensadas além da sobrevivência, em retirar recursos tendo como um

⁶ Murillo Marx (1991, p.33) aponta que o sistema sesmarial que embora criado em Portugal, foi utilizado como instrumento de distribuição de terras também no Brasil: “O poder para conceder terras introduziu o sistema sesmarial, ou seja, o do fracionamento e da cessão de glebas [...] O poder de concedê-las ficava expreso nas cartas de doação e nos forais que os capitães mores recebiam, e tal concessão se fazia gratuitamente, sob determinadas exigências e com a obrigatoriedade de apenas um tributo, o dízimo”.

dos fins a inserção no mundo mercantil. Assim, a esfera do Estado territorial atuava como principal instituição de controle e povoamento no município.

Além do Estado, outra esfera influente no controle social foi a Igreja. Ambos, desde o século XVI, estavam presentes em território brasileiro e aos poucos acabaram por controlar os lugares que iam sendo desbravados, como foi o caso de Ibiúna.

O poder dessas esferas em concretizar ações jurídicas e religiosas foi de fundamental importância na organização territorial brasileira. O Estado territorial foi responsável, como dito antes, pela doação de terras e pela organização social e a Igreja⁷ que pela força do catolicismo difundiu regras de conduta e controle social.

O poder, ora do Estado português, ora da Igreja, ganhou formas por vezes confundidas entre si, uma vez que o poder e a legitimidade da Igreja em determinado lugar faziam com que o Estado elevasse um povoado à condição de freguesia e de vila. Enquanto a força da Igreja colaborava para a transformação dos municípios, tendo em vista as casas, as ruas melhoradas possibilitavam uma maior fluidez das relações comerciais, que se davam, sobretudo, em torno da igreja, *“Se prossegue a expansão da sede da nova freguesia, se o seu progresso se intensifica enquanto se expande a sua área construída, o número de seus lares e negócios, avanta-se igualmente o seu templo”* (MURILLO MARX, 1991, p.28). Assim, de uma visão, sobretudo, europeia, desenhava-se um país nos modelos econômicos importados e comandados também de fora, ou seja, estranhos ao lugar. No mesmo sentido de poder, do Estado e da Igreja, Odette Seabra (2003, p.04) discute a influência de ambos na vida social: *“Até a instauração da República, o próprio Estado era o agente da religião”*.

Se, de um lado, a Igreja transcendia a função religiosa, de outro, o Estado territorial português concedia sesmarias aos desbravadores das terras brasileiras, como forma de garantir um maior controle de povoamento, ocupação e defesa das terras brasileiras. Assim, não diferente, no século XVII, Ibiúna recebia grande influência dessas instituições⁸ e a figura do imigrante português também foi importante para o povoamento daquelas terras.

⁷ O dízimo legitimava o projeto da Companhia de Jesus que tinha como objetivo a catequese dos índios e colonização do país.

⁸ Este conceito foi trabalhado por Max Weber do qual ele aponta: “Instituição como uma associação baseada num acordo e cuja ordem estatuída se impõem, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência [...] Uma ‘instituição’ é, sobretudo, o próprio Estado junto com todas suas associações” (WEBER, 2000, p.33).

Os portugueses foram atraídos pela abundância de madeira e motivados pela esperança de encontrar minérios. Dedicavam-se também em atividades como extração de palmitos, produção de mel, fumo, milho, feijão e criação de animais de carga para os serviços da agricultura como também para o abastecimento de leite e derivados. A mão-de-obra era composta por escravos que trabalhavam nos serviços mais pesados. De início, a agricultura era voltada para subsistência, embora o excedente fosse comercializado com os viajantes que passavam pelo local (LINENSE, 1997, p.34).

Embora as técnicas estivessem sendo fixadas e aperfeiçoadas pelos portugueses, a colaboração dos fatores naturais, na época, contribuiu para a exploração da agricultura no município. Dentre os fatores naturais, ganham destaque quantidade de chuva, temperatura amena, relevo montanhoso, áreas desocupadas e rede de drenagem, que tornaram possível o desenvolvimento das atividades agrícolas no lugar. Se os fatores naturais tiveram, desde o início, papel de destaque, as ações institucionais também participaram para o desenvolvimento do município, principalmente a partir do século XIX⁹.

Em âmbito nacional, no território brasileiro, foi promulgada a *Lei de Terras*, em 1850, que modificou o uso das terras, que outrora eram concedidas por meio de sesmarias. A partir de então, o uso passou a ser estabelecido pela proteção à propriedade privada, sendo voltado para fins mercantis mais declarados:

No Brasil, após 1850, com a Lei de Terras, criou-se a possibilidade legal da terra passar a ser reserva de valor, ou seja, mercadoria apta ao processo de valorização, assumindo, portanto, além da sua faceta como valor de uso, a de valor de troca (SUZUKI, 1996, p. 82).

Faucher (1953, p.319), ao estudar as formas de produção na agricultura em diversos países, salientou o fato de que, assim como os indígenas, os camponeses europeus não eram diferentes em relação ao manejo das terras, pois na época em que não havia intensificação mecânica da agricultura, estes utilizavam o policultivo, por meio do qual tiravam o seu sustento: “[...] *estos policultivos son la expresión de una*

⁹ Ganham expressão os seguintes atributos normativos: título de freguesia, instalação da Câmara, cadeia pública, Comarca (que foi fechada e reabriu na década de 1960), condição de Vila, serrarias, máquina de algodão e implementos agrícolas vindos de Sorocaba (LINENSE, 1997, p.58).

necesaria búsqueda de equilibrio entre las necesidades y las posibilidades de producción, por una parte, y entre la naturaleza de las plantas cultivadas y las aptitudes del medio por otra parte”

Se, por sua vez, o meio natural ou pré-técnico não foi marcado por grandes transformações, o meio técnico esteve caracterizado por modificações significativas na natureza, assim como na sociedade: *“O período técnico vê a emergência do espaço mecanizado. Os objetos que formam o meio não são apenas objetos culturais; eles são objetos técnicos e culturais ao mesmo tempo”* (SANTOS, 2002, p.236).

O meio técnico não se deu de forma homogênea em todos os lugares, tendo sido os primeiros indícios mais fortemente ligados à Europa do século XIX. No Brasil, o que houve foi uma tecnificação nas regiões que poderiam ser o principal suporte do dinamismo econômico, como foi o caso do Sudeste. Dessa forma, a configuração territorial brasileira apresenta discrepâncias consideráveis em relação ao conteúdo de objetos técnicos distribuídos de forma desigual no território. Este é um dado simbólico que demonstra como os agentes hegemônicos viam, desde o início, o território brasileiro utilizado como fonte de recursos, privilegiando ações setorizadas.

Todavia, é no século XX que se dá a acelerada mudança tecnológica que conforme Sevckenko (2001, p.23-24) atinge todos os âmbitos da vida no planeta. Se somássemos todas as descobertas científicas, inovações tecnológicas e invenções realizadas pelos seres humanos desde sua origem: *“[...] chegaríamos a espantosa conclusão de que mais de oitenta por cento de todas elas se deram nos últimos cem anos. Dessas, mais de dois terços ocorreram concentradamente após a Segunda Guerra”*.

Nesse período, pós anos de 1970, conforme apontou Milton Santos (2002, p.238-239), os objetos técnicos tendem a ser também informacionais e participam da criação de novos progressos provenientes da ciência, da técnica e, sobretudo, da informação. Novas espécies animais e vegetais surgem, novas tecnologias tornam a natureza cada vez mais artificializada. A diferença das formas anteriores do meio geográfico encontra-se principalmente na lógica global que se impõe em todos os territórios e, ao mesmo tempo, também: [...] aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes etc), aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, dando um relevo especial à vida de relações (SANTOS, 2002, p.240).

A esfera estatal, além de ser uma das responsáveis pela construção de sistemas técnicos, é a instituição que controla e organiza a vida material e social das pessoas desde a formação socioeconômica do Brasil. Houve mudanças de caráter organizacional das técnicas, uma vez que o Estado territorial, aquele preocupado em povoar e proteger seus limites fronteiriços, agora tem entre outras funções, a de caráter gerencial. Já a igreja, embora não com o mesmo poder de antes, influencia ações e valores da vida cotidiana.

A atuação do Estado sempre foi bastante dinâmica na medida em que foi e continua a ser o difusor de importantes objetos técnicos ligados ao capital fixo como estradas, energia, saneamento etc., assim como objetos que dizem respeito ao capital constante como a criação de redes¹⁰. Enquanto alguns lugares no território brasileiro ganharam novos conteúdos de objetos técnicos e, dessa forma, houve uma maior dinamização para aqueles lugares, outros se transformaram de forma mais lenta, mas não isenta de um processo racional, reticular, geométrico. Num mesmo lugar, pode haver conteúdos modernos mais ligados à aceleração capitalista, como também interstícios considerados não racionais pela racionalidade dominante (mas o são com outros tipos de fins e valores que escapam às racionalidades hegemônicas), que cotidianamente sobrevivem no mundo moderno.

A existência de interstícios é o resultado da ausência de políticas que devam proporcionar o bem-estar a todos. Assim, ações racionais e outras de poder menor convergem e complementam-se tendo como base a sobrevivência no território. Enquanto os agentes hegemônicos buscam a racionalidade econômica como forma de obtenção de maiores lucros, outros lutam pela sobrevivência. Diante disso, os interstícios podem ser quaisquer ações que se diferenciam das racionalidades¹¹ hegemônicas e produzem espaço e tempos ligados ao cotidiano, mesmo estando dentro de uma lógica

¹⁰ Cf. Milton Santos (1994, p.57), as redes são os vetores da modernidade e veiculam princípios de ordem e regulação a serviço dos grandes agentes corporativos. Seguindo o mesmo princípio, o autor continua referindo-se às redes, como “[...] portadoras de informações, na forma de produtos, mercadorias, idéias, dinheiro, recados afetivos. Sua função fundamental é assegurar ligações, nos seus mais diversos aspectos. Essa é sua força. Tanto maior quanto mais numerosa a variedade de comunicações que o seu conteúdo técnico é capaz de permitir” (SANTOS, 1999c, p. 14).

¹¹ Maurice Godelier aponta que não existe racionalidade única, uma vez que o racional de hoje pode ser o irracional de amanhã: “Não há racionalidade em si nem racionalidade absoluta. O racional de hoje pode ser o irracional de amanhã, o racional de uma sociedade pode ser o irracional da outra. Enfim, não há racionalidade exclusivamente econômica” (GODELIER, [19sd], p.392). Nesse sentido, a idéia de racionalidade oferece possibilidades de interpretação tanto para os agentes sociais com maior poder político e econômico como para os que não detém grande poder.

capitalista hegemônica. Podem estar nos lugares que aceitam parcialmente as novidades. Exemplo disso é a não aceitação de um *shopping center* em Ibiúna. Embora tenha sido construído (figura 01) com o intuito de agregar as pessoas numa única central de compras, o *shopping* não foi aceito, pois a maioria dos visitantes sentia-se constrangida ao entrar no local. Além disso, o estabelecimento não conseguiu atrair as pessoas para o cinema, o único do município. Diante desses problemas, cerca de 99% das lojas encerraram suas atividades e até o cinema acabou por fechar no ano de 2006, ficando uma parcela reduzida de lojas, que quase não recebe visitantes.

Fotografia 01: Vista do *shopping center* Ibiúna. Apresenta quatro andares mais estacionamento no térreo. No período de inauguração, foram abertas lojas de roupas e calçados, papelaria, informática, lojas com acesso à internet, cartório, imobiliárias, cabeleireiro, livraria etc. Em nossa última visita, no início de 2007, apenas o cartório e duas lojas com acesso à internet estavam funcionando. Autoria: Elisângela Couto – 10/09/2006.

Nessa perspectiva, alguns pontos, em Ibiúna, podem ser considerados como interstícios, uma vez que respondem diferentemente às racionalidades dominantes que impõem no território planificações que respondem a interesses de poucos. Tais interstícios estão associados à própria característica de Ibiúna estar ligada ao abastecimento de produtos mais voltados ao mercado interno. Não que isso represente uma forma de distribuição dos objetos menos desigual, mas, por outro lado, outro tipo

de racionalidade é colocado em Ibiúna, em que, em circunstâncias adversas, a solidariedade entre os pequenos agricultores está presente.

O território brasileiro esteve, desde o início, envolvido por uma lógica associada aos agentes hegemônicos, mas, dentro desse movimento, recriações de outras lógicas ligadas ao tempo das pessoas do lugar, também, estavam presentes. Diante disso, construíam-se temporalidades diversas num mesmo lugar. Temporalidades ligadas à cultura, à economia, à religião etc., e, numa análise rápida dos dias atuais, as coexistências temporais continuam presentes, sendo intensificadas pelas ações verticalizadas investidas no território. Essas coexistências são resultados da distribuição desigual de ações e objetos que levam à diferenciação dos usos do tempo, do espaço e das pessoas. A relação do espaço de tempo e espaço é primordial para entender as diversas relações sociais, pois conforme Milton Santos (1994, p. 42), tempo, espaço e mundo são realidades históricas e em qualquer momento o ponto de partida é a sociedade humana que se realiza “[...] *sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições*”.

As temporalidades são diferenciadas de acordo com os atores nelas envolvidos, isto é, há temporalidades ligadas às empresas, pessoas, objetos técnicos, em que o tempo universal é dado pelos agentes hegemônicos como o Estado, corporações financeiras, industriais etc. Assim como os lugares, os enclaves humanos têm sua parcela de colaboração a partir de usos do tempo. Isso significa que é cada vez maior a interdependência entre o homem, o meio construído e as técnicas:

Quanto mais os enclaves humanos foram ganhando extensão e autonomia relativa em favor de processos como a urbanização, a comercialização e a mecanização, mais eles se tornaram dependes, para medir o tempo, de dispositivos artificiais e menos passaram a depender de escalas naturais de medição do tempo [...] (ELIAS, 1998, p.36).

Considerando os diferentes sistemas técnicos, que são frutos de contextos históricos, não raro, encontram-se num mesmo lugar objetos técnicos mais antigos, bem como novos objetos, que dão ao lugar novas características. A partir disso, foi constituído o espaço geográfico brasileiro, com conteúdos naturais que logo receberam influência da ação humana, que só veio a intensificar-se.

Diante da ação estatal, podemos também destacar como evento significativo o fato dos sistemas normativos colaborarem para a chegada de objetos técnicos. No século XIX, o município ganhou conteúdos, formas e funções que atribuíram maior significação ao uso do espaço. Assim como em Ibiúna, num contexto geral do território, é a partir do século XIX que as normas e objetos ganham força, configurando as bases territoriais, assim como o arranjo econômico e político do país. Começaram a se desenhar novas ações a partir desse século. Todavia, as normas tinham funções diferentes das encontradas na contemporaneidade.

Por volta do século XIX, foram efetivadas políticas das quais o Estado territorial era o principal agente¹². Em 1850, instalou-se em outras terras doadas pelo sistema de sesmarias o capitão Antônio Vieira Branco. Em sua fazenda eram fabricados diferentes tipos de ferramentas, como machados, foices, enxadas, martelos, serrotes, pregos, parafusos e havia uma máquina de benefício de algodão¹³, trazida de Sorocaba, sendo o transporte dessas mercadorias feito por animais.

Essas ferramentas difundiram-se para outras fazendas, o que possibilitou uma aceleração técnica dos cultivos agrícolas, que tornavam o município cada vez mais artificializado e utilizado para fins de abastecimento local. Assim, a tríade entre imigrante, técnica e norma trouxe para o município, no século XIX, novas mentalidades que mudariam o então povoado de Una.

O Estado territorial passava a conceder autonomias para o povoado, em ações como a do capitão Salvador Leonardo Rolim de Oliveira, que requereu o Alvará Régio que, expedido em 29 de agosto de 1811, por D. Pedro I, elevou o vale de Una à condição de *Freguesia* e Paróquia do Povoado, conforme o livro do Tombo da Paróquia de Ibiúna de 1878 a 1884¹⁴.

¹² A povoação foi fundada em fins de século XVIII - pelo Capitão Manuel de Oliveira Carvalho que, em sua fazenda, edificou uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores. Antiga capela de Nossa Senhora das Dores de Una, fundada em território pertencente a Sorocaba, São Roque e Cotia. Foi elevada, com o mesmo nome à Freguesia pela resolução 1811 e à categoria de Vila pela lei nº 10, de 24 de março de 1857. O Decreto-lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, mudou-lhe o nome para Ibiúna. Disponível no site <<http://www.ibiuna.sp.gov.br>> Acesso em 01/03/2006.

¹³ O crescimento de Sorocaba esteve ligado ao contexto da revolução industrial, período em que o Brasil deu início à produção e exportação do algodão, uma vez que na Europa este produto era de fundamental importância: “[...] em decorrência dos progressos técnicos – fuso, tear mecânico e máquina a vapor - permitindo que esta cultura se tornasse a principal matéria-prima da indústria têxtil daquela época” (RAMOS, 2001, p.34).

¹⁴ Grande parte das informações da história do município foi obtida por meio do livro: *Ibiúna Noiva azul*, de José Linense, escrito em 1997.

Outra ação importante foi a concessão do título de vila que, para época, era sinônimo de *status* e independência. Sobre esse assunto, Murillo Marx (1991) aponta o que significava a elevação de um povoado à vila:

Em geral já paróquia, uma povoação, para ser elevada ou conseguir fazer-se elevar a vila, tinha as características usuais [...]: o ajuntamento desigual e esparso de casas em torno de um pequeno templo [...]. Por tal crescimento e adensamento, atestado físico palpável de um certo aumento populacional e da riqueza, pôde a comunidade sentir-se forte o bastante para pleitear ou obter finalmente a sua autonomia político-administrativa, a categoria de município, e o povoado, provavelmente a sede da freguesia, o status de vila (MURILLO MARX, 1991, p.62).

Além dos portugueses, os italianos chegaram em Ibiúna nos anos de 1890 e 1891 e envolveram-se em todas as atividades econômicas desde a agricultura, comércio, prestação de serviços e, assim como os portugueses, tiveram bastante expressão na vida política. Em 1895, foram construídos outros objetos técnicos, dentre os quais se destacaram: a cadeia, a delegacia de polícia e um pequeno barracão que funcionava como a primeira escola. Além desses objetos, mais imigrantes começavam a chegar em Ibiúna. Entre eles estavam espanhóis, orientais e árabes, que trouxeram mais dinamismo à cidade de Ibiúna (LINENSE, 1997).

No início o processo de ocupação deu-se nas margens dos rios Sorocamirim, Sorocabussu e Rio de Una, por ser uma área um pouco mais fértil e plana, na qual os habitantes cultivavam seus produtos agrícolas, utilizando instrumentos como animais de carga para o arado e a queimada como forma de viabilizar a agricultura.

Num panorama mais geral, ter-se-ia, na porção urbana, em 1895, na vila de Una, algumas ruas como a Prudente de Moraes, 15 de Novembro, Rangel Pestana, Praça Marechal Deodoro e travessas como a de Adolpho Gordo, Benjamim Constant, Campos Salles, Carlos Garcia, Quintino Bocaiúva e 13 de Maio, além de cerca de 18 fazendas.

Diante da difusão dos objetos e funções, era intensificado, em Ibiúna, a partir do início do século XIX, o comércio de madeiras, que já empregava boa parte dos trabalhadores. A comercialização dessa produção, na década de 1930, favorecia o estreitamento das relações com a capital, que se industrializava e demandava a

madeira para construções, lenha e carvão. “Em 1857, já haviam instalado serrarias em Ibiúna, movidas a vapor [...] e para transportar os produtos, nos anos 30, criaram um projeto para instalar uma estrada de ferro ligando à capital, porém com o surgimento de um novo projeto para construir a estrada dos Bandeirantes, o da ferrovia, foi anulado” (CCI, 1998, p. 22).

Em Ibiúna, havia, desde o princípio, um *prático-inerte* que colaborou para que se instalassem certos tipos de atividades socioeconômicas naquele local. Todavia, foi um conjunto de idéias, materialidade e funções que proporcionaram sua configuração. Neste sentido, a coexistência entre o tempo do lugar e o tempo externo (direcionador das ações em Ibiúna), juntamente com os usos que os sujeitos sociais fazem do tempo, são os responsáveis pela configuração atual.

A idéia de temporalidades está associada a uma divisão do trabalho que não deve ser vista apenas como uma distribuição de tarefas entre os homens, mas também entre os lugares.

Cada movimento socioespacial possibilita um novo processo de divisão do trabalho, a partir do qual uma diferenciada geografia se estabelece pela criação de formas novas. Tal processo receberia o nome de *geografização da sociedade* (SANTOS, 1979, p.40). Assim, ações e objetos são diferenciados de acordo com as funções que cada indivíduo e lugar devem cumprir.

1.2 - As temporalidades em sucessão e coexistência: os usos do tempo e do espaço

O tempo universal não exerce força total no tempo do lugar, embora o tempo que está em todos os lugares é o das metrópoles, que transmite a todo o território, o tempo do Estado, das multinacionais (SANTOS, 1992). Nesse contexto, o território abriga um conjunto de grupos, instituições e indivíduos que convivem juntos, mas não praticam os mesmos tempos. Assim no território configura-se uma superposição de *sistemas de engenharia*¹⁵ diferentemente datados e usados, sendo que, “As diversas estradas, ruas, logradouros não são percorridos igualmente por todos. Os ritmos de cada qual - empresas ou pessoas não são os mesmos. Talvez fosse mais correto utilizar aqui a expressão *temporalidade em vez da palavra tempo*” (SANTOS, 1994, p. 45-46).

¹⁵ O conceito *sistemas de engenharia* refere-se ao conjunto de infra-estruturas, isto é, objetos técnicos que em conjunto com a sociedade produzem movimentos que interessam diretamente a divisão do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.21).

Há uma hierarquização, contudo, o tempo do lugar, tempo das coexistências, exerce influência dentro do ritmo acelerado do tempo mundial. Isto é, há uma relação de forças, mesmo que desiguais, entre o lugar e o universal, que acabam por receber influências entre si, *“As diversas dimensões espaciais são, desse modo, submetidas à influência da escala de tempo que lhes concerne. Elas se submetem igualmente às escalas de tempo que concernem às dimensões espaciais superiores, indo do lugar mais pequeno à dimensão mundial”* (SANTOS, 2005b, p.65).

Soma-se a isso as técnicas, que são formas de empirizar o tempo. Ou seja, dependem de ações e da divisão do trabalho para sua realização. De forma ainda primária e analítica, ao contar a história de um lugar, ficaria aos agentes hegemônicos a sucessão dos tempos ou o *continuum*¹⁶ e, para os agentes hegemonizados¹⁷, a coexistência dos tempos. Noutra perspectiva, estariam relacionados o tempo da sucessão e das coexistências (SANTOS, 1994, p.163) abordados de forma dialética da qual resultaria: *“Em um lugar, em uma área, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, a maneira como utilizam o tempo não é a mesma. Os respectivos fenômenos não são apenas sucessivos, mas concomitantes, no viver de cada hora. Para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, mas se dão de modo simultâneo”*. Assim, as possibilidades que se tornaram formas cristalizadas no espaço geográfico são obras de um conjunto de forças entre os atores hegemônicos e aqueles hegemonizados, associados às condições da época.

Mas o que são as técnicas introduzidas em Ibiúna senão as ações e usos que lhes são atribuídos? Técnicas do agir e fazer simbolizam tais ações. Os fenômenos técnicos são universais, mas não aparecem de forma simultânea no território, prova disso é a hierarquização de suas instalações. Num movimento ligado à totalidade e percebendo tal hierarquia, Ibiúna acaba por receber esses objetos técnicos e ações.

Mas as temporalidades não se restringem aos aspectos religiosos e estatais, podendo ter outras orientações. Elas produzem ritmos diferentes, de acordo com a formação econômica, política, e cultural de cada lugar. São frutos de ações realizadas

¹⁶ O *continuum* diz respeito à concretização de influências, de eras, meses, períodos reconhecidos pela experiência coletiva ou individual. Sobre o assunto ver: Norbert Elias. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

¹⁷ Os termos *agentes hegemônicos/hegemonizados* e *sujeitos corporativos* tiveram fundamentação nos autores: Milton Santos e Max Weber respectivamente. Entende-se como sujeitos corporativos ou *agentes hegemônicos* aqueles que influenciam, com maior intensidade, o poder político, normativo, burocrático, cultural e econômico. Nessas esferas, estão a legitimidade normativa do Estado e as grandes instituições financeiras e empresariais privadas e públicas. Os agentes hegemonizados são aqueles que estão submetidos aos hegemônicos.

em determinado período, associadas aos diferentes ritmos de desenvolvimento que, nas palavras de Milton Santos (1997), marcam a *fisionomia dos lugares* e caracterizam, dessa maneira, os ritmos desiguais destes.

Daí o conjunto de lugares possuir características específicas de acordo com as ações neles depositadas. Torna-se interessante a afirmação sobre temporalidades, feita por Suzuki (1996), no sentido de que as coexistências são os resultados da: “[...] *sobreposição de tempos históricos em um mesmo tempo cronológico, ou seja, temporalidade é diferente de um tempo cronológico, abstrato*” (SUZUKI, 1996, p.06).

Diante de usos espaço-temporais ritmados pela cronologia do relógio, como também pelas particularidades produzidas pelos modos de vida de cada lugar, são construídas temporalidades que são produtos de um conjunto de ações e de um: “[...] *conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço*” (SANTOS, 1994, p.62).

A partir da premissa de que os sistemas técnicos são parte do conteúdo do espaço geográfico, juntamente com as ações neles envolvidas, faz-se necessário entender os eventos (SANTOS; Silveira, 2001) que marcaram a história de cada lugar.

Em Sartre (1947) (com influência de Karl Marx), as *condições objetivas*¹⁸ de cada período são dadas juntamente com as possibilidades da época, isto é, existiram devido aos eventos que se instalaram e os que estavam presentes.

Em Ibiúna, tais condições objetivas estiveram ligadas, sobretudo, à procura de novas terras, na busca de concentração de riquezas, mão-de-obra e abastecimento de outros locais (além das pessoas que permaneciam nas terras de Ibiúna) e pelo momento histórico condicionado pelas possibilidades que a época oferecia.

Diante disso, cada período apresenta um conjunto de possibilidades que, unidas aos diferentes conteúdos técnicos, caracterizam os lugares. Assim, em Ibiúna, foram desenhadas, desde o início, funções econômicas ligadas ao abastecimento alimentar.

¹⁸ Sartre discute a questão da liberdade no âmbito da dialética. O homem é livre, porém nas condições objetivas que lhe são dadas. Dessa maneira, há uma limitação da liberdade na medida em que o homem é produto da história mas, também é produtor. Sobre o assunto ver: Jean Paul Sartre. **Situations III**. Paris: Gallimard, 1947. Essa discussão foi tema das aulas ministradas pela prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva sobre **Sartre** (baseadas nos livros: *Questão de Método*, *Situations III*, *O Ser e o Nada*, *Crítica à Razão Dialética*, *O existencialismo é um humanismo*), no segundo semestre de 2006. Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo – USP.

Igualmente importante foi a densidade populacional que se formava com a chegada de imigrantes vindos de Cotia, São Roque e Sorocaba e o aumento das famílias que lá estavam. Sendo assim, houve, desde o início da história de Ibiúna, mesmo que precariamente, relações econômicas ligadas à colaboração com outros municípios, que se intensificaram com o período técnico, revelador de maiores acréscimos de ciência, técnica e informação no território brasileiro.

Embora a alusão ao fenômeno técnico fora revelada na sua concretude como foi e o é, por exemplo, com a modificação de Ibiúna, assim como nos demais lugares, não se pode enxergar as técnicas somente como materialidade. “*Elas são parte integrante do território*” (SANTOS, 2002, p.29).

Se as modernizações técnicas espalham-se pelo território brasileiro de maneira multifacetada, Ibiúna também as recebeu de forma fragmentada, e elas acabaram por colocar o município com ritmos diferenciados baseados em temporalidades diferentes. A horticultura¹⁹ aparece em geral com ritmos acelerados, apresentando modernas técnicas e tecnologias desenvolvidas para as atividades agrícolas. Por outro lado, foram produzidas temporalidades mais lentas, isto é, *rugosidades*²⁰ que desempenham importantes funções no presente.

Os costumes locais cristalizados nos comportamentos e a arquitetura de casarões antigos que se tornaram repartições políticas ou ligadas ao comércio são alguns exemplos que sobrevivem em meio à chegada do moderno que, por vezes, nega a história do lugar e dos cidadãos do lugar.

Contudo, as especializações dos lugares tornam-se funcionais a certos tipos de ação. Assim, Ibiúna é o lugar em que a agricultura está voltada para um conjunto de instrumentos diferentes daquela agricultura ligada ao mercado externo de soja, da

¹⁹ A olericultura e a fruticultura são ramos da horticultura. As atividades abrangem a exploração de um grande número de hortaliças (engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos) frutos e flores. No Brasil, a olericultura evoluiu mais acentuadamente a partir da década de 1940, durante a 2ª guerra mundial. Naquela época, existiam apenas pequenas explorações diversificadas, localizadas nos cinturões verdes dos arredores dos municípios, havendo o deslocamento em direção ao meio rural, estabelecendo-se em áreas maiores e mais especializadas. Essa interiorização deveu-se ao fato de alguns produtores buscarem melhores condições agroecológicas ou mesmo de ordem econômica. A partir de então, a olericultura nacional evoluiu de pequena horta para uma exploração comercial com características bem definidas. Disponível no site <<http://www.seag.es.gov.br/olericultura.htm>> Acesso em 13/05/2006.

²⁰ A noção de rugosidade foi elaborada por Milton Santos e refere-se às heranças que tiveram um papel importante no passado e que no presente são adaptadas às condições para a implantação de novas variáveis. Para o autor, as rugosidades vão além de heranças físico-territórias, devem ser encaradas também como heranças sócioterritórias ou sociogeográficas (SANTOS, 2002; 2005b).

laranja, do trigo, do açúcar etc. As racionalidades investidas em Ibiúna permitem que as relações econômicas sejam estreitadas com municípios próximos do mercado consumidor. Mesmo fazendo parte do setor agrícola, municípios como Ibiúna e Ribeirão Preto²¹, estudado por nós há alguns anos - possuem características diferenciadas, como é o caso dos investimentos em técnicas e tecnologias²², investimentos financeiros, tipo de mercadoria, destino da mercadoria etc.

Em Ibiúna, as transformações ocorriam na medida em que os avanços técnicos provenientes da agricultura tornavam-se mais racionalmente organizados. Constituíam-se então uma racionalidade diferente daquela dos primeiros habitantes daquelas terras (os índios), como também diferente dos imigrantes primeiros (os portugueses). A partir do século XX, Ibiúna viria a ser, um importante centro hortícola, assumindo relações mais estreitas com a região metropolitana, que, de forma verticalizada, impunha ao município a adequação de tecnologias, o que produzir, como e para quem produzir. Essas racionalidades tornam-se os vetores de uma modernização seletiva e hegemônica que começava a penetrar no município.

1.3 – Novas ações e objetos técnicos reorganizadores de Ibiúna: o Estado e a Imigração japonesa como protagonistas

É sabido que o fator acelerador da agricultura em Ibiúna foi a crescente artificialização do meio geográfico, dada a partir dos novos conteúdos técnicos e científicos. Processo que, por ser seletivo, criou uma apropriação desigual de lugares e inovações técnicas, resultando na coexistência de temporalidades de modos de fazer antigos e novos. A partir da nomeação dos principais eventos associados à entrada do imigrante japonês, às instituições e às técnicas, houve transformações na paisagem de Ibiúna. Nesse instante, a associação entre o meio e o homem tornava-se mais consistente e criava uma nova configuração ao lugar, com novos usos do tempo e do espaço.

²¹ Uma dos conflitos dados a partir da relação entre as máquinas e o homem refere-se à questão do desemprego, causado pela substituição do homem pelas máquinas. Na região de Ribeirão Preto, entre 1993 a 2007, a mecanização cortou 55% da mão-de-obra braçal. As usinas também treinam seus funcionários na utilização das novas máquinas adquiridas (Jornal O Estado de São Paulo. Caderno: Agrícola, Agronegócios, 02 de maio de 2007).

²² A técnica abrange a apropriação social da natureza, manuseio de habilidades instrumentais, aptidões do ser, enquanto a tecnologia é a materialização desses saberes. Para Karl Marx, tanto a técnica quanto a tecnologia são produtos do trabalho humano em sua relação histórica com a natureza (KARL MARX, 1979).

A modernização faz parte de um processo de integração da agricultura ao sistema capitalista industrial que, “Especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60” (GRAZIANO SILVA, 1996, p.30), veio de forma desigual, uma vez que é expressa por meio de manchas, assim como em outros municípios. Diante disso, numa rápida reconstituição, ter-se-ia em Ibiúna um desenvolvimento que, desde o início, esteve ligado às atividades econômicas do campo. O resultado foi o alargamento desse setor, que dinamizou os demais, localizados na área urbana.

A agricultura brasileira²³, que outrora fora considerada como sinônimo de atraso, a partir da mudança de mentalidade de modernização, as *racionalidades dos fins* ganharam novos conteúdos de inserção dentro de um modelo capitalista, baseado na parceria entre a indústria e a agricultura, tendo como objetivos a inserção do país no contexto mundial.

A idéia de racionalidade, discutida por Max Weber²⁴ (2000) e ampliada por Habermas (1994), fornece a possibilidade de operacionalização para se entender o momento em que as ações passam a ser instrumentalizadas.

No conceito de *racionalidade* vista como um fim, em Habermas (1994), são encontrados dois tipos: a racionalidade feita *por cima* é aquela que impõe seus ritmos às estruturas tradicionais, enquanto a outra racionalidade, feita *por baixo* é a que sofre esta imposição e se vê obrigada a modernizar suas estruturas econômicas, sociais e culturais para atender determinadas finalidades. A idéia de Habermas (das racionalidades feitas por baixo) fornece elementos de uma divisão do trabalho e, sobretudo, das funções que os lugares e as pessoas foram chamados a cumprir diante

²³ José Alexandre Felizola Diniz (1986) apresenta algumas características principais para a agricultura: 1) ser espacialmente difusa 2) apresentar estágios diferenciados de desenvolvimento 3) ser uma atividade econômica com base em diferentes produtos. O autor aponta para a necessidade de ver a agricultura como um: “[...] conjunto de elementos que interagem a fim de atingir um certo objetivo. Como este é, geralmente, a obtenção de produtos, podemos entendê-la como um *sistema bio-econômico* cujo fim é o controle da natureza pelo homem” (DINIZ, 1986, p.23).

²⁴ Max Weber (2000) abordou o conceito de racionalidade associando-o à racionalização progressiva da sociedade por meio da técnica e da ciência que penetraram em todos os setores da sociedade. Fornece como exemplos a secularização e o desencantamento que são noções importantes para se entender esse processo. Conforme o autor a racionalidade ocidental teve início com a criação das instituições modernas, como o Estado. As bases dessa sociedade estão estruturadas no utilitarismo racional econômico e político que condicionam a ação dos indivíduos. Diante disso, a esfera estatal tem papel fundamental, na medida que é a agente burocrática e administrativa reguladora das ações sociais.

do processo de modernização e desenvolvimento econômico que não atinge a todos igualmente.

A ação social está cada vez mais controlada por racionalidades referentes aos fins pré-estabelecidos. Tal ação, da qual Weber fala, é orientada no sentido econômico por razões que indicam finalidades, valores, afetividades e tradições que mantêm relações entre si no intuito de orientar a sociedade por decisões tomadas a partir de ações racionais que estariam dissolvidas nesse conjunto de orientações. Se a ação social de Weber está orientada por esse conjunto de razões, em Milton Santos (2002), o espaço racional age tal qual a ação racional de Weber (2000), uma vez que possui um conjunto de ações orientadas pelos mesmos indicadores. Esse fato ocorre a partir do século XX, em que o espaço se tornaria mais aceleradamente envolvido por ações racionais, sobretudo, a partir dos novos conteúdos dados com a informação, dotando o território de maior fluidez, *“Essa realidade do ‘espaço racional’ não seria possível sem que a técnica se desse tal como ela hoje se dá, isto é, como técnica informacional”* (SANTOS, 2002, p.292).

Em Weber (2000) a ação social é dada a partir de uma ordem legítima que impõe poder sobre aqueles que, de uma maneira ou de outra, se encontram submetidos aos que estão no poder. Para Weber, a racionalidade instrumental ou utilitarista, dada ao Ocidente, por intermédio dos conteúdos tecnológicos, pela burocratização, pelo desencantamento (WEBER, 1983), pelo processo de racionalização da sociedade pode levá-la a tornar-se irracional. Quando colocadas essas reflexões para a ciência geográfica, o período atual demonstra que o espaço geográfico brasileiro segue a racionalidade instrumental dada à sociedade por Weber. Todavia, o autor, ao classificar a ação social por fins, valores, relações afetivas e tradicionais, pode dar pistas de que a racionalidade dada a partir dos valores pode ter um potencial de transformação.

A ação social relacionada aos valores age a serviço de “[...] sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever” (WEBER, 2000, p.15), ou seja, grupos de pessoas legitimam o poder que lhes é colocado. Nessas condições, a ética, o bem e a moral são elementos constituintes nesse conjunto de valores. Se, por exemplo, há um grupo de pessoas que, embora se encontre numa sociedade envolvida pela razão instrumental, passa a acreditar que os valores que lhe são transmitidos não mais condizem com a realidade em questão, esse grupo pode dar início às transformações que acreditam

serem necessárias e, se suas reivindicações forem aceitas por um grupo ainda maior de pessoas, pode até vir a ser instalada essa nova ordem e derrubar a antiga. Não obstante, essa mesma racionalidade de valores poderá ser utilizada como um fim para alcançar os objetivos desse grupo. Assim, acontece com os demais instrumentos da ação social em Weber, a saber, a afetividade e a tradição, ligadas ao inesperado (que no cotidiano não ocorre com frequência) e ao respeito.

O que se observa é que a racionalidade dada a partir dos valores talvez seja um caminho, uma vez que apresenta o ideal da ética e do bem como princípios e que se diferenciam daqueles valores dos agentes hegemônicos que querem crer também estarem pautados nesse conjunto de princípios. Esse conjunto de lugares e de pessoas, baseadas nos princípios da racionalidade dos valores, mesmo estando dentro de uma dada sociedade e economia, pode direcionar suas ações para novos acontecimentos²⁵. A partir do momento em que os valores que lhes são impostos são diferentes daqueles que buscam, é possível que haja modificações e que a racionalidade dos valores se sobreponha à racionalidade dos fins.

Contudo, na contemporaneidade, as relações são permeadas pela razão instrumental, que atinge todas as esferas da sociedade, da política, da cultura, da economia. Para Habermas (2003, p.543) os sistemas administrativos e econômicos apontam o dinheiro e o poder como os principais vetores da modernização:

Según nuestras hipótesis, entre las condiciones de partida del proceso de modernización figura una profunda racionalización del mundo de la vida. El dinero y el poder tienen que poder quedar anclados como medios en el mundo de la vida, es decir, tienen que poder quedar institucionalizados por vía de derecho positivo. Una vez cumplidas estas condiciones de partida, pueden diferenciarse un sistema económico y un sistema administrativo que guardan entre sí una relación de complementariedad y que entablan una relación de intercambio con sus entornos a través de medios de control.

²⁵ Milton Santos discute os principais conteúdos inseridos nas contra-racionalidades: 1) do ponto de vista social, as contra-racionalidades estão entre os pobres, os migrantes, os excluídos, a minoria; 2) do ponto de vista econômico, as contra-racionalidades encontram-se nas atividades marginais, tradicionais; 3) e do ponto de vista geográfico elas se inserem nas áreas menos modernas e mais opacas (SANTOS, 2002, p.309).

Na agricultura, é cada vez maior a razão instrumental associada à lógica competitiva, à produção. Em relação aos pequenos produtores, essa ação é controlada pelos agentes de maior poder, *“O campo modernizado é o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível”* (SANTOS, 2002, p.305). Porém, não se deve associar a racionalidade dos objetos técnicos a serviço apenas dos atores hegemônicos, como alerta Santos (2002, p.306) ao afirmar que os objetos técnicos também têm valores de uso. O problema maior consiste no uso que é feito desses objetos.

Celso Furtado aponta para as formas mais racionalizadas sobre a divisão social do trabalho, que *“[...] traduz a busca de formas mais racionais de comportamento da sociedade ou dos grupos que a constituem”* (FURTADO, 2000, p.52). Uma divisão que direciona para um processo de crescente enquadramento socioespacial na esfera econômica. Assim, as racionalidades corporativas tornam os lugares funcionais na medida em que cada parte do território é obrigada a cumprir determinadas tarefas tendo como pressuposto a inserção do país no mercado externo. Para tanto, faz-se necessária a modernização das ações e dos sistemas técnicos, tornando a circulação do capital mais acelerada.

Mostra-se então, no século XX, um cenário diferente dos vistos nos séculos precedentes. Ao pensar o território brasileiro esse século trouxe novos eventos que dinamizaram as relações sociais e o espaço geográfico. Eventos ligados, sobretudo, à atuação do Estado agora se dedicando mais à integração territorial interna do país, assim como investindo em políticas tendo como objetivos a integração do país no mundo globalizado. Para tanto, era necessário investir nos meios de produção e incentivos à tríade ciência, técnica e informação e foi o que ocorreu, principalmente a partir da segunda guerra mundial.

Nesse momento, eram inseridas no território brasileiro novas técnicas de ação, que iriam tornar o espaço geográfico cada vez mais racional, resultado de: *“[...] uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia”* (SANTOS, 2002, p.300).

Em Ibiúna, um conjunto de ações começava a mudar a paisagem, construída a partir das relações com a chegada dos japoneses (por meio de acordos entre o Brasil e o Japão) e com movimento político de mudanças pelas quais o país passava, a partir da segunda guerra mundial e, mais intensamente, com a expansão do meio técnico-científico e informacional, a partir dos anos de 1970. O município obteve um salto produtivo em relação ao que era produzido (lenha, carvão), o que lhe permitiu ascender no mercado paulista com novos produtos, inicialmente com a produção e comercialização de batatas, diversificando-se logo depois para novos produtos ligados ao setor de hortifrutigranjeiros.

Mesmo anteriormente à segunda guerra mundial, Ibiúna passou a ter a atuação do poder público mais firmemente ligada às questões que davam indícios do que viria a tornar-se o centro urbano como: a entrada de luz elétrica em alguns pontos e a criação de lei dimensionando calçadas. Essas ações criaram condições para uma maior integração socioeconômica entre a zona rural e o centro urbano de Ibiúna. No início do século XX, apareceram os primeiros jornais e a construção da represa de Itupararanga, que contribuía para o desenvolvimento da região, sendo construída para garantir o fornecimento de energia elétrica comprometido pela *Light* na estiagem que assolou o Estado de São Paulo de 1924 a 1925, sendo que, logo depois, foi vendida ao grupo Votorantim, cujo proprietário é o empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Além das transformações jurídicas, historicamente a colônia japonesa foi um dos principais agentes de mudança no uso do espaço agrícola, possibilitando a entrada de novas técnicas e acordos comerciais com outros municípios.

No que se refere à imigração japonesa no Brasil esta começou no início do século XX, como um acordo entre o governo japonês e o brasileiro, pois o Japão vivia, desde o final do século XIX, uma crise demográfica enquanto que o Brasil necessitava de mão-de-obra para a lavoura do café, principal produto de dinamização da economia paulista. Graças a essa cultura houve uma rápida integração econômica, com a expansão da ferrovia, que chegou a se estender para o Sul de Minas Gerais, Mato Grosso e norte do Paraná²⁶.

²⁶ O café foi o principal instrumento que marcou a expansão do sistema ferroviário, sobretudo, no Estado de São Paulo. A década de 1940 marca o encerramento do ciclo da expansão física ferroviária e entre os anos 40 e 55, a malha ferroviária praticamente não se expandiu. Se na década de 1920, as estradas de rodagem tinham funções complementares às linhas ferroviárias, na década de 1930 e 1940, as estradas de rodagem tiveram extensão de suas malhas superior ao das ferroviárias, caracterizando-se agora, como o mais importante instrumento de integração territorial (NEGRI, 1996, p.79).

Muitos foram trabalhar na exploração de borracha na Amazônia, ou nas plantações de pimenta no Pará, que eles próprios trouxeram, mas o grande destaque da imigração japonesa fica mesmo na cafeicultura. Com o fim da primeira guerra mundial, o fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil cresceu enormemente. O governo japonês passou a incentivar a vinda de japoneses para o Brasil, por diversos motivos: o campo e as cidades japoneses estavam superlotados, causando pobreza e desemprego e o governo japonês queria a expansão da *etnia japonesa* para outros lugares do mundo e também que a cultura japonesa fosse enraizada nas Américas, a começar pelo Brasil. A maior parte dos imigrantes chegaram no decênio 1920-1930. Já não iam apenas trabalhar nas plantações de café, mas também desenvolveram o cultivo de morango, chá e arroz no Brasil. O maior volume de entrada dos japoneses ocorreu no período entre guerras, em que “[...] entraram cerca de 250.000 japoneses e o Estado de São Paulo recebeu mais de 93% deste contingente” (ROSSINI, 2003, p. 08).

Com a chegada dos primeiros japoneses, em 1932, Ibiúna viu crescer seu potencial hortifrutigranjeiro. Estes trouxeram maior expansão, racionalidade econômica e política na produção e comercialização da horticultura.

Sendo os japoneses conhecidos por sua organização²⁷, o interesse por Ibiúna deveu-se a dois principais fatores: a busca por melhoramento de sementes de batatas²⁸ e ao fechamento da colônia Morumbi, no município de São Paulo. Parte desses japoneses foi para Ibiúna. No início, cultivavam hortas para subsistência, mas, logo depois, a atividade hortícola ganhou destaque e transformou-se no carro chefe da economia, graças a uma maior racionalização na produção, circulação, distribuição e consumo.

²⁷ Segundo Vieira (1988, p.124): “Interessante notar que a busca de ascensão sócio-econômica entre os imigrantes japoneses era constante. Daí, resultar na mobilidade espacial na conquista de novas áreas, não como trabalhadores, mas como proprietários”.

²⁸ Este produto foi o principal cultivo que desde os anos 30 até aproximadamente a década de 1980, era realizado em maior escala em Ibiúna como também em Piedade (município próximo). A partir da introdução desse produto, houve uma maior concentração de insumos modernos utilizados no plantio, característica que revela a mudança de mentalidades que estava ocorrendo no município em relação à modernização agrícola.

Conforme BORBA (2006)²⁹, os japoneses escolheram o município de Ibiúna de acordo com alguns fatores:

Ibiúna é mais sensível à temperatura, na época eles procuravam os lugares mais úmidos como Goiás, Teresópolis, Ibiúna. Com as novas tecnologias, as hortaliças se difundiram para todo o lado, ou seja, melhoraram as sementes, mais resistentes ao calor etc. Em Ibiúna, a temperatura colabora muito para a produção de sementes (BORBA, 2006).

Acrescentar-se-ia o fato de que os agricultores de Ibiúna cultivavam batatas, o que proporcionou uma maior aproximação. Outro ponto importante é o fator da distância, uma vez que o cultivo de hortaliças, por ter pouca durabilidade, necessita de menores distâncias entre o mercado consumidor e o produtor. Para o cultivo hortícola, os fatores ligados à altitude e à temperatura são muito atrativos para essa produção.

Com a grande demanda que a capital e municípios do entorno necessitavam, houve a necessidade de organizar por intermédio de sindicatos, associações, cooperativas (como a CAC-Cooperativa Agrícola de Cotia, que abriu uma filial em Ibiúna) para um melhor controle do que era demandado.

O consumo de hortaliças no Brasil foi expandido com os imigrantes japoneses. Embora tenham sido os portugueses que trouxeram o cultivo (SEABRA, 1969), os japoneses, espalhados pelo país, já tinham hábitos ligados ao consumo de hortaliças, assim como tinham prática na criação de associações. Essa característica contribuiu para que a CAC fosse organizada e se transformasse numa das maiores cooperativas agrícolas do território brasileiro.

A influência dos japoneses circulava também na política, de maneira que foi fundado o sindicato rural patronal que universalizava as reivindicações trabalhistas. Foi construído um hospital e um consultório odontológico, os primeiros em Ibiúna, que funcionaram até meados de 1982, época que foram fechados devido a dificuldades financeiras (CCI, 1998, p.29).

²⁹ Entrevista realizada por nós, no dia 06 de outubro de 2006, concedida pelo senhor João Borba, agrônomo responsável pelo Sindicato Rural Patronal de Ibiúna.

Os japoneses também influenciaram a construção das estradas que interligavam os bairros mais distantes com a zona urbana, assim como as estradas que davam acesso à rodovia Bunjiro Nakao (SP-250), principal via de acesso a Vargem Grande Paulista e capital. Envolvidos em política, economia, cultura, os japoneses foram os principais dinamizadores da economia agrícola que, por sua vez, alavancou outros setores como o comércio e os serviços no município.

Na década de 1930, iniciou-se o projeto de construção da primeira estrada, que ligava o município à capital e que, anos depois, por intermédio estadual, teria sua pavimentação³⁰, contudo, havia um longo processo para colocá-la em condições adequadas de uso. De acordo com Linense (1997, p.98), Ibiúna anteriormente à construção desta estrada tinha pouco movimento, uma vez que o acesso para chegar ao local era difícil. A partir dessa construção, houve maior fluidez na circulação dos produtos hortifrutigranjeiros, o que facilitou uma maior comercialização e integração econômica. Anteriormente os produtos eram escoados pela estrada de São Roque e de lá passavam pelo município de Vargem Grande Paulista, que dá acesso à rodovia Raposo Tavares³¹, principal via que interliga vários municípios da região, como também de outros estados.

Nessa rodovia (figura 02), é comum encontrar diversos comércios ligados diretamente às pessoas que têm ou alugam sítios, chácaras e fazendas para passar férias, feriados e finais de semana. Assim, na rodovia, estão localizados muitos estabelecimentos comerciais que vendem móveis rústicos, imobiliárias, ramo de piscinas, aves e animais, alimentos, madeireiras, plantas, casas de rações etc. Além disso, muitos vendedores param seus veículos ao longo da rodovia para vender frutas, verduras, legumes e outros tipos de mercadorias.

³⁰ Rodovia estadual Bunjiro Nakao pavimentada na década de 1950.

³¹ Construída na década de 1950, a rodovia Raposo Tavares (elo de modernização e união com o capital) anteriormente chamava-se São Paulo-Paraná, recebeu essa denominação em 1954. Os municípios mais próximos da capital e que estão no eixo de Ibiúna, são Cotia, Caucaia do Alto e Vargem Grande. Após o final do trecho de Vargem Grande há uma bifurcação da qual à direita é a continuação da rodovia Raposo Tavares que irá ligar aos municípios de Mailasque, São Roque etc., à esquerda desta bifurcação está a Rodovia Bunjiro Nakao que é o principal acesso à cidade de Ibiúna. A construção de estradas, ainda que precárias, iniciou-se no século XIX, em função do escoamento do café, responsável pela consolidação do modo de produção capitalista no Estado. Embora o escoamento fosse feito por estrada de ferro havia a necessidade de complementação dos serviços e transporte das pessoas da linha férrea até as fazendas. Foi a partir de 1920 com Washington Luiz que começaram a ser construídas estradas de rodagem que facilitaram a ligação de pessoas, veículos e serviços entre os municípios. Contudo, foi a partir dos anos 50 que as estradas de rodagem interligaram de maneira eficaz os lugares (Departamento de Estradas de rodagem. **As estradas em território paulista**, 2005). Disponível no site <http://www.der.sp.gov.br/malha/historico_rodovias> Acesso em 15/07/2006.

Construída no período em que o governo tinha como proposta a integração interna do país, a rodovia Raposo Tavares foi um dos muitos sistemas de engenharia construídos nesse período técnico-científico. Milton Santos (2005a, p.38) denomina-o pela presença da: “[...] ciência e técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização”. O território ganhava, de forma seletiva, novas técnicas de engenharia, cada vez mais associadas ao processo de modernização, que se espalhavam também no município de Ibiúna com certa velocidade, como é o caso da construção de estradas, quantidade crescente de fluxos de carros, de pessoas, insumos agrícolas, expansão da rede elétrica etc.

Fotografia 02: Dois dos vários estabelecimentos localizados na rodovia Raposo Tavares – trecho que liga a capital às cidades de Cotia, Caucaia do Alto, Vargem Grande Paulista, São Roque e entroncamento de Ibiúna. Partes desses trechos estão sendo expandidos pois os fluxos da rodovia vem aumentando. Autoria: Elisângela Couto – 10/09/2006.

Nos anos de 1952 a 1956, foram concedidas isenções de impostos por 10 anos para indústrias de qualquer natureza que quisessem se instalar no município, como também foi promovido um novo contrato de iluminação pública e melhorias na comunicação telefônica³². Esse ritmo acompanha as mudanças que estavam sendo concretizadas na esfera nacional, que possibilitaram novas configurações em termos de modernização da base técnica do país bem como da agricultura.

No período pós-64, em Ibiúna, foram intensificadas as demandas de ruas com paralelepípedos, ampliação de rede de esgotos e de água, colocação de guias e sarjetas, criação da biblioteca municipal e creche municipal, abertura oficialmente reconhecida pelo Estado da escola Roque Bastos, entrada da indústria Nissin-Ajinomoto, construção de agências bancárias da Caixa Econômica Federal e Banespa e inauguração do serviço telefônico de discagem direta (LINENSE, 1997). Este período esteve associado à presença forte do governo federal nas criações de políticas de modernização territorial no país, como será visto no capítulo II.

Em escala nacional, a partir dos anos de 1970, as políticas na agricultura voltavam-se para a criação de redes nacionais de abastecimento como as Centrais de Abastecimento (CEASAs), a expansão da malha viária do país, as políticas de desconcentração industrial da capital paulista³³ e a intensificação da participação das cooperativas foram as principais políticas que possibilitaram a dinamização do mercado brasileiro.

Na década de 1980³⁴, houve uma retração da produção agrícola em geral, o que ocasionou a queda na procura de alimentos hortifrutigranjeiros. Todavia, esse quadro foi restabelecido em meados da década de 1990, por meio da estabilização da economia nacional, que pregava ações mais ligadas à liberalização da economia. Na agricultura, os parâmetros que marcavam o período estão associados ao aumento

³² Jornal **O Cruzeiro do Sul** <<http://www.cruzeironet.com.br>> Acesso em 10/02/2005.

³³ Devido à preocupação com o caos urbano decorrente da concentração industrial na grande São Paulo foram realizadas políticas de desconcentração em nível federal e estadual, levando as indústrias saírem da região metropolitana, para o interior do estado e daí para o restante do país. Essas questões começaram a se levantadas em 1961 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em 1965 pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) - BNDES que os sucessivos governadores de São Paulo praticaram com maior ou menor intensidade (NEGRI, 1996, p.170).

³⁴ Nomeada como a década perdida devido aos altos índices da inflação, à queda do PIB (Produto Interno Bruto), aumento do déficit público devido ao crescimento da dívida externa ocasionada pela elevação das taxas de juros. Todavia, um evento importante da época foi a instalação do regime republicano no país. Disponível no site <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02>> Acesso em 09/05/2006.

da competitividade (qualidade, preços e custos). Eficiência técnica e econômica, diversificação, diferenciação e agregação de valor, fortalecimento do agronegócio de hortaliças e a distribuição direta aos supermercados foram os marcos desse período³⁵.

Em Ibiúna, a porção urbana durante os anos de 1980, recebeu aglomerados de modernização. Iniciou-se a construção de casas populares em parceria com o Estado através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), ligação da rede domiciliar de esgoto, ampliação da iluminação pública, pavimentação de ruas, inauguração da fábrica de alimentos Nissin Ajinomoto em 1981, construção do terminal rodoviário, abertura das avenidas Marginal e Benedito de Melo Júnior, estação conversora de energia elétrica Furnas que pertence ao Complexo de Itaipu. De 1988 aos dias de hoje, grandes redes de bancos³⁶, como o Banco do Brasil, Nossa Caixa, Banespa-Santander, Caixa Econômica Federal, Bradesco e, mais recentemente, o Itaú (figura 03), instalaram-se no município.

Fotografia 03: Instalações do Banco Itaú numa das principais ruas do município de Ibiúna. Ao lado encontra-se o banco Banespa. Nessa rua estão concentrados a maioria dos bancos da cidade. Autoria: Elisângela Couto - 10/09/2006.

³⁵ Informações retiradas da Associação de Produtores e Distribuidores de Horti-Fruti do Estado de São Paulo (APHORTESP, 2006).

³⁶ Sobre a questão das finanças e o uso corporativo dos bancos no território brasileiro, ler: Fábio Betioli Contel. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – 2007.

A modernidade tecnológica chegou a Ibiúna e consigo trouxe ações que modificaram a paisagem. Os modernos conteúdos reorganizam o uso do espaço agrícola, assim como do espaço urbano. Todavia, além de formas sociais que continuam a existir, são constituídas outras resultantes de modernizações seletivas. Nesse sentido, o espaço agrícola possui menor resistência ao novo, por apresentar menor presença de capital morto e de cristalizações das relações sociais que possam confrontar-se com o mais moderno, acolhendo então com maior eficácia que as cidades os acréscimos da ciência, técnica e informação. Conforme Milton Santos, (1994, p.72), o excesso de materialidade impede direta ou indiretamente a constituição de novas formas na cidade. Diante disso, o campo tende a se modernizar mais rápido que a cidade.

A atuação dos grupos hegemônicos acontece no campo por meio da utilização de determinados insumos, orientações sobre a diversificação de culturas, a relação dos preços dos produtos, como também nos novos usos agropecuários (discutidos no terceiro capítulo). A área urbana, que se torna dinâmica devido, principalmente, à agricultura, por sua vez, recebe grande quantidade de ícones representativos, como as agências bancárias, as grandes lojas de departamento, os edifícios que começam o processo de expansão, as lojas autorizadas de telefonia celular, serviços prestados por profissionais liberais e a propaganda positiva que a mídia faz de Ibiúna, que acabam por levar um grande fluxo de pessoas para lá, favorecendo a inserção cada vez mais acelerada dos interesses dos agentes hegemônicos no lugar.

Outras novas formas urbanas que se inserem no município trazem consigo aspectos mesmo que já banais nas cidades grandes, mas que em Ibiúna ganham *status* de novidade. É o caso do alvoroço formado pelo primeiro semáforo instalado no entroncamento das duas ruas principais (figura 04).

Fotografia 04: Primeiro e único semáforo da cidade instalado no final de 2006. No plano superior à esquerda, está localizada a nova sede da prefeitura municipal. A direção em que os carros estão indo é um dos caminhos que liga a cidade à capital. Autoria: Elisângela Couto - 10/09/2006.

Para os habitantes, o semáforo tornou-se de certa forma um evento político. Contudo, esse instrumento técnico demonstra o controle sob os fluxos e as transformações das relações sociais dadas no espaço geográfico que anteriormente eram baseadas em códigos e valores construídos por motoristas e transeuntes estabelecidas cotidianamente e, agora, passam a ser intermediadas por objetos técnicos que simbolizam os usos do tempo e do espaço mais racionais e controlados.

Há uma interdependência entre o rural e o urbano local, comandados, sobretudo, pelas necessidades da região metropolitana de São Paulo. No campo, existem formas mais racionalizadas no trato com o solo, utilizando os corretivos, a rotação de culturas, os irrigadores, as sementes etc., que possibilitam melhores condições de proveito da terra. Contudo, se a modernização do uso agrícola de Ibiúna aponta para usos mais racionalizados por meio das novas técnicas, existe também a presença de espaços que apresentam usos tradicionais, devido à inacessibilidade de alguns insumos, como é o caso do trator, dos irrigadores e do manejo do solo, feito de forma inadequada.

Quando analisadas as relações de trabalho, os gráficos 01 e 02 apontam um predomínio de Ibiúna em relação a sua região de governo e ao Estado. O município apresenta os maiores índices referentes à ocupação de emprego nas atividades ligadas à agropecuária e ao comércio com 25,81% e 21,44% respectivamente, enquanto os setores de serviços, indústria e construção civil ficam com 47,25%. Sua região de governo apresenta 3,52% de empregos ocupados na agropecuária e 19,01% de empregos ocupados no comércio. O mesmo ocorre para o Estado, que apresenta índices de 3,61% de empregos na agropecuária e 17,79% de empregos no comércio (SEADE, 2003).

Gráfico 01

Emprego e Rendimento
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados - 2003
Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de Ibiúna

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Relação Anual de Informações Sociais Rais.

Gráfico 02

Emprego e Rendimento
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados - 2003
Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de Ibiúna

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Relação Anual de Informações Sociais Rais.

O mundo do trabalho em Ibiúna apresenta outras atividades que começam a crescer, como é o caso do setor de serviços, com 32,13% dos empregos ocupados, devido principalmente ao aumento do fluxo de pessoas no município, que dão novos ritmos ao lugar (SEADE, 2003).

A agricultura, os serviços, o comércio e as indústrias constroem suas intenções no território brasileiro que se moderniza, mas deixa intacta a estrutura fundiária. Dessa forma, multiplicaram-se os ramos ligados à agricultura, porém, aquelas que têm maior atenção por intermédio de políticas, estão ligadas ao comércio externo. O mercado interno só ganhou atenção a partir das crises mundiais e do processo de industrialização³⁷ que obrigava o país a investir no abastecimento dos grandes mercados urbanos que estavam consolidando-se. Assim, a agricultura de Ibiúna ganhava forças a partir da demanda dos mercados urbanos, acompanhando assim, as mudanças dadas no contexto da época.

Diante das transformações da agricultura, assim como de outros setores ligados às necessidades do período atual, o espaço geográfico torna-se cada vez mais racional, devido às ações que nele são inseridas. Contudo, as ações necessitam em contrapartida de condições necessárias para que se realizem, assim, os grandes agentes hegemônicos instalam-se no território se houver variáveis que possibilitem uma fluidez em suas ações. São construídos objetos que, acrescidos ao espaço geográfico, tornam-no uma totalidade construída, portadora de poder, usado de acordo com determinados fins. Diante disso, as solidariedades organizacionais³⁸ vêem o território

³⁷ Cf. Milton Santos: “[...] o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização” (SANTOS, 2005a, p.30).

³⁸ Émile Durkheim (2004)* usou o termo solidariedade social como necessidade para a divisão do trabalho pautada nos valores e nas normas jurídicas. As duas formas diferenciadas e evolutivas de organização social são: as solidariedades mecânicas e as solidariedades orgânicas. Na primeira, a divisão do trabalho é indiferenciada e os grupos sociais apresentam papéis iguais, podendo estar unidos por laços de parentesco. Já as solidariedades orgânicas são compostas por determinados grupos comparados por Durkheim, como um organismo e é esse tipo de solidariedade que apresenta uma maior divisão social do trabalho. No âmbito geográfico as noções entre solidariedades orgânicas e organizacionais são trabalhadas por Milton Santos ao tratar das novas racionalidades do espaço geográfico encontradas no território. Teríamos então, as racionalidades orgânicas como resultado: “De uma interdependência entre ações e atores que emana da sua existência no lugar [...] já a solidariedade organizacional supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado. Neste último caso, os ‘organizadores’ prosperam à custa da solidariedade interna e frequentemente, também à custa da solidariedade no sentido ético (SANTOS, 2001, p.306-307).

* Sobre a crítica à razão funcionalista de Durkheim, ver Jürgen Habermas. **Teoria de la acción comunicativa, II - Crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus Humanidades, 2003.

enquanto concentração de poder, de economia, de finanças e de normas. Todavia, as solidariedades orgânicas constituídas das existências do lugar, embora utilizadas pelas solidariedades organizacionais, são capazes de apontar novos usos do tempo e do espaço geográfico (SANTOS, 2001).

Contudo, as solidariedades organizacionais espalham no território atividades que o torna um instrumento para fins corporativos e que em meio a esse processo são construídos simulacros, carregados de ideologias que acompanham os novos ritmos dados a partir da escala mundial. Nesse sentido, as mudanças voltadas para a agricultura, desde o início, tiveram como pressuposto uma maior inserção internacional do país, assim como foram criados órgãos para resolver as crises de abastecimento interno. Todavia, as políticas que tornariam possível tal projeto, na realidade, beneficiaram poucos agentes sociais, aumentando ainda mais a divisão territorial do trabalho e os conflitos dados a partir do processo de modernização da agricultura. Esse serão alguns pontos abordados no capítulo II.

CAPÍTULO II

O Estado e as Empresas na modernização agrícola do território – a inserção de Ibiúna
nesse contexto

“A caixa de fósforos, que, segundo Setzer, é o instrumento agrícola favorito do plantador brasileiro, nunca esteve tão ativa!” (PIERRE MONBEIG, 1984, p.87).

A partir de um conjunto de políticas que visam uma maior fluidez e articulação territorial, os agentes hegemônicos expandem suas intenções na agricultura. Os propósitos dessa fluidez podem tornar-se conflitantes em relação aos usos dados pelo cotidiano, uma vez que nem sempre os objetos técnicos são acessíveis à maioria da população.

As políticas agrícolas trouxeram espaços diferenciados. Nesse sentido, há espaços voltados para as grandes culturas comerciais como também existem outros ligados ao mercado local mais próximo. Ambos traduzem os problemas sociais que persistem até atualidade no cotidiano dos pequenos agricultores.

2.1 – Contextualização histórica

O século XIX acompanhou a passagem da agricultura tradicional para a científica. Contudo, foi a partir do século XX que vieram as maiores transformações, por intermédio de mudanças político-econômicas ocorridas nos países que detinham maior controle sobre os instrumentos técnicos e científicos, que posteriormente se difundiram para outros países. Diante disso, o espaço geográfico mundial tornava-se cada vez mais reticular, racionalizado por normas³⁹ e ações com conteúdos hierárquicos em que de um lado havia os países que mandavam e, de outro, aqueles que obedeciam, como foi o caso da América Latina⁴⁰, embora nos dias atuais a situação não se encontre distante daquela do século XX.

Ligada, desde o início, à conjuntura econômica externa, a agricultura brasileira teve de sofrer mudanças a partir da crise econômica mundial do ano de 1929, que obrigou o país a construir indústrias de base como forma de substituição das importações devido à crise mundial. Esse processo mais tarde acarretaria um importante parque industrial, em meados da década de 1960, ligado à siderurgia, à

³⁹ Para Santos (2002, p.228): “No período atual, a organização das coisas passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental”.

⁴⁰ A CEPAL foi o órgão criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, para auxiliar os países subdesenvolvidos a planejar as políticas macro-econômicas. Em 1984, recebeu a denominação de Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Foi criada com o intuito de maior cooperação econômica entre os países integrantes e viam entre outras coisas, a questão fundiária como entrave para a modernização da agricultura brasileira e esta por sua vez para se modernizar deveria submeter-se à indústria (ARBAGE, 2000).

química e à petroquímica. Assim, o país passou de uma agricultura tradicional a uma submetida ao setor urbano/industrial.

Com o término da segunda guerra mundial, novas políticas externas incentivavam países como o Brasil a adotarem o pacote tecnológico⁴¹ da chamada *Revolução Verde*, o qual se baseava no emprego de sementes melhoradas, máquinas e circuito produtivo da indústria de insumos em geral (químicos e biológicos). Conforme Oliveira Dias (2006), esse período foi marcado pelo binômio ciência-tecnologia, que caracterizou a base da chamada agricultura científica no Brasil, incentivada pela lógica de alta produtividade, competitividade e mercado externo.

É relevante indicar que, nesse mesmo período, após lenta acumulação de inovações anteriores, constituiu-se por meio da *Revolução Verde* uma nova compreensão de agricultura que gradualmente tornou-se hegemônica em todo o mundo não apenas no plano científico, mas nos diferentes sistemas agrícolas dos países que a ela aderiram, integrando novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social, acabando por quebrar a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado (NAVARRO, 2001).

Todavia, embora os eventos técnico-científicos favorecessem o desenvolvimento agrícola do país em relação, por exemplo, ao aproveitamento do solo mais rentável, parte do território encontrava-se comprometida, devido à ocupação predatória intensificada com as grandes culturas, como o cultivo de café, nos vales do Paraíba fluminense e paulista, em que Pierre Monbeig (1984) apontou essa devastação por meio da marcha pioneira:

Aqui como na maior parte das regiões tropicais, o cultivo do solo ocasionou rapidamente o seu esgotamento. A marcha para oeste, considerada nas suas relações com os solos, não aparece como uma conquista valiosa, mas como uma devastação sem freio. O trópico paulista não escapa à regra, pois os solos frágeis são um capital rapidamente dissipado pelos pioneiros. Estes estão mais apressados em fazer fortuna do que desejosos de se fixarem e menos satisfeitos com a posse de uma terra sua, do que fascinados pelos vastos espaços verdes (MONBEIG, 1984, p.75).

⁴¹ A inovação tecnológica baseava-se em três tipos: 1) mecânicas que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; 2) inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção; 3) biológicas que afetam principalmente a velocidade de rotatividade do capital adiantado no processo produtivo por meio da redução do período de produção e também agem em relação aos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p.31).

Um conjunto de esforços territoriais político-econômicos, surgidos a partir de 1950 com intuito de colocar o país no circuito modernizador, era desenhado no espaço geográfico brasileiro, acompanhando os ritmos do processo de industrialização, que surgia como forma de substituição das importações. Isso implicou numa acentuada divisão territorial do trabalho, que resultou numa nova organização espacial⁴² a partir de algumas ações: *“Em decorrência, cresceram os fluxos migratórios para as regiões industrializadas”* (SEABRA, 2004, p.275).

Num contexto anterior aos anos de 1960, a agricultura era um entrave ao processo de industrialização, uma vez que eram necessárias mudanças na estrutura rural do país, para que a industrialização começasse a desenvolver-se.

A racionalização do espaço geográfico, em função da agricultura, começaria então a dar continuidade às políticas de fomento à modernização dessa atividade. Com o plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965), foram criadas políticas⁴³ a fim de sanar os problemas até então não resolvidos. O plano previa a necessidade de reformas de base, alterando o perfil de distribuição de renda do Brasil, passando de um modelo concentrado para um modelo mais igualitário. Neste plano trienal, a questão era que, devido à estrutura arcaica do modo de produção e das relações sociais que se davam no campo, havia a necessidade de reestruturar novas formas de organização socioespacial.

As mudanças voltadas para um novo padrão tecnológico rural atingiram o país e, na década de 1960, foi consolidado o chamado *Complexo Agroindustrial Brasileiro* (MÜLLER, 1981), sendo que os anos de 1956 a 1966 caracterizarem-se como o

⁴² O Plano de Metas (1956-61) foi elaborado a partir do crescimento apoiado no setor urbano-industrial. O programa Plano de Metas (1956-61), implementado no governo Juscelino Kubitschek estava baseado nos estudos do BNDE-CEPAL e tinha como meta um conjunto de investimentos em infra-estrutura com destaque para: os setores de energia elétrica (43,4% do investimento total), transportes (29,6% em reaparelhamento de ferrovias, pavimentação e construção de rodovias em que se visava a instalação do setor automobilístico no país que entre os setores industriais foi o que mais recebeu incentivos), estímulos às indústrias de base com 20,4% dos investimentos previstos em bens como aço, carvão, cimento etc., incentivos à introdução de setores de bens de consumo duráveis e bens de capital e a construção de Brasília. O menor destaque ficou para os setores de alimentação com apenas 3,2% dos investimentos previstos e educação com 3,4% que marcaram esse período (Núcleo de Assuntos Estratégicos – Núcleo de Assuntos Estratégicos NAE- Cadernos NAE). Disponível no site <http://www.nae.gov.br/doc/anteriores_1998/3hpejk.pdf> Acesso em 09/10/2006. No trabalho de Angélica Massuquetti (1998, p. 30-32), encontram-se diferentes posições em relação ao Plano de Metas. Conforme a autora, para autores como Serra (1983), a agricultura ficou marginalizada nesse plano, o que reforçou no início dos anos 60 as pressões por reforma agrária, enquanto, para Celso Lafer (1975), todas as metas destinadas à agricultura foram cumpridas.

⁴³ Algumas localizadas mudanças na agricultura começaram a ser institucionalizadas a partir de 1937 com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) que financiava o setor rural.

período de maior industrialização pesada, resultado de investimentos do Estado e da iniciativa privada (GRAZIANO SILVA, 1981, p.22).

A partir de então, a introdução de instrumentos técnico-científicos modernos como também a adoção de técnicas de organização e exploração da propriedade rural de maneira mais racionalizada seriam responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico do país. Todavia, parte desses projetos, como a questão da reforma agrária, não foi recebida de forma harmônica na época, acabando por ser deixada de lado. Contudo, outros instrumentos, como incentivos à pesquisa e fomento, crédito agrícola e para equipamentos ganhavam seletividade e densidade no território brasileiro: “[...] destaque à produção de tratores que ora iniciava a sua arrancada no Brasil [...] e não mais importante os fertilizantes, defensivos, armazéns e silos” (GONÇALVES NETO, 1991, p.166-167).

A partir dos investimentos na fase da industrialização pesada, muitas indústrias vinculadas ao setor agropecuário instalaram-se no país, em razão dos estímulos oferecidos pelo Estado⁴⁴, e do promissor mercado brasileiro, o qual foi ampliado pelas políticas que incorporavam a oferta de crédito rural em grande volume e baixas taxas de juros para a aquisição de máquinas, implementos e insumos químicos que entraram no país durante estes anos:

Foi no final da fase de expansão do ciclo da industrialização pesada brasileira que se instalaram no país as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular a indústria de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários etc.). A partir daí a agricultura não podia mais ser vista apenas no seu papel “passivo”, ela iria constituir-se cada vez mais num mercado não de bens de consumo, mas de meios industriais de produção, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos o processo de industrialização da agricultura brasileira, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro (GRAZIANO SILVA, 1981, p.46).

⁴⁴ Dessa forma: “O próprio Estado torna-se internacionalizado, não apenas por suas funções externas, mas também por suas funções internas, como a de assegurar as condições do crescimento econômico em nível mundial” (SANTOS, 2004, p.17).

A década de 1960 foi marcada pelas principais transformações da agricultura e pela forte presença de políticas agrícolas⁴⁵ como, por exemplo, o crédito rural. Nesse sentido, foram criados, em 1964, o Banco Central e o Conselho Nacional; em 1965, foi institucionalizado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em que foi aprovada a lei que obrigava o depósito compulsório por parte dos bancos privados de 10% nas contas do Banco do Brasil. São desse período o Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI), Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos minerais (FUNFERTL), Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG) que veio substituir o FUNFERTIL e o FUNDECE (Fundo de Democratização do Capital das Empresas). Essas absorções de capital definiram um sistema nacional de crédito que motivou e sustentou a modernização do setor agrário. E, por fim, o principal coordenador foi o Estado brasileiro que, por meio de planejamento, produção, fiscalização, determinação de preços, estocagem, circulação, comercialização e exportações centralizou e determinou a direção da expansão do capital (ARBAGE, 2000).

Os anos de 1970 destacaram-se por terem sido o auge da política de financiamento rural. Acirrou-se o discurso sobre a modernização agrícola como mecanismo capaz de transformar a economia do país. A partir de então, as políticas públicas foram direcionadas para o aumento da produção agrícola, desenvolvimento tecnológico e agropecuário, fortalecimento da produção, comercialização dos produtos rurais e para infra-estrutura como irrigação, eletrificação, estradas rurais etc.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II seguiram a mesma linha de modernização do setor rural, sem contudo diminuir a desigualdade social existente. Além disso, a descentralização do trabalho era outro ponto importante desses planos, que viam em outros Estados, que não São Paulo, a possibilidade de gerar novos usos do espaço geográfico, com atividades econômicas dinâmicas e ligadas a um rápido desenvolvimento econômico, como foi o caso da região Centro-oeste. Dessa forma, no final dos anos de 1970, no caso de São Paulo, o Estado sentia os efeitos da

⁴⁵ As políticas agrícolas referem-se a: "Um conjunto de medidas que visam a ampliação da produção de alimentos. O crédito rural, o subsídio agrícola, a política de preços mínimos e o seguro agrícola são alguns dos mecanismos usualmente utilizados para ampliar a base produtiva primária nacional. Assim a política agrícola se caracteriza como o ramo da política econômica relacionada diretamente com a intervenção do Estado no campo da produção agropecuária visando a obtenção de determinados objetivos" (ARBAGE, 2000, p.119). Já as políticas agrárias estão ligadas às mudanças das estruturas sociais (posse e uso da terra, legislação e contratos agrários, conflitos etc).

desconcentração econômica e, nos anos de 1980, a descontinuidade da atividade industrial na região urbana de São Paulo (SEABRA, 2004). Para Barjas Negri (1996, p.175), as políticas que mais evidenciaram o interesse dessa desconcentração industrial das regiões metropolitanas foram dadas pelo PND II, que, por meio de investimentos em outros Estados e até mesmo sanções impostas em 1977 pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (DCE) àqueles que desejassem se instalar na região metropolitana, com uma clara evidência de fortalecimento de outros pólos industriais como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Estados da região Sul do país.

Assim, as décadas de 1960 e 1970 assistiram a uma série de transformações ocorridas no território brasileiro, principiadas por ações do Estado, que visava à integração entre os setores econômicos e difundia os programas de interiorização do desenvolvimento e políticas de descentralização industrial. Um dos pontos dessa mudança foi o processo de urbanização demonstrado na tabela 01 e gráfico 03. Esse processo mudou a direção do país rural para um país urbano de acordo com o censo de 70 do IBGE. Um dos determinantes mais importantes da década de 1970 foi o processo de industrialização, iniciado na década de 1930 e intensificado nos anos de 1950. Nos anos de 1970, o crescimento demográfico urbano já apresentava população mais significativa que a população rural.

Se, nos anos de 1950, a população rural era quase o dobro da urbana, esse quadro alterou-se gradativamente em 20 anos. Na década de 1980, a população urbana era mais que o dobro da população rural. Nos anos de 1990 até o ano de 2000, os índices da população urbana quadruplicaram em relação à população rural. A porcentagem da população rural decresceu sensivelmente de 1950, ao ano 200, quando passou de 63,8% para 18,8%, conforme demonstra a tabela 01 e gráfico 03.

Tabela 01 – Brasil - Evolução da população urbana e rural, 1950 - 2000

Situação	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	18.782.891	31.303.034	52.097.260	80.437.327	110.990.990	123.076.831	137.953.959
Rural	33.161.506	38.767.423	41.037.586	38.573.725	35.834.485	33.993.332	31.845.211
% rural	63,8	55,3	44,1	32,4	24,4	21,6	18,8
Total	51.944.397	70.070.457	93.134.846	119.011.052	146.825.475	157.070.163	169.799.170

Fonte: IBGE – 2000. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Gráfico 03 – Brasil - Evolução da população urbana e rural, 1950 - 2000

Fonte: IBGE – 2000. Organização do gráfico: Elisângela Couto.

A dinâmica e a distribuição espacial da atividade econômica constituíram elementos de atração de grandes contingentes migratórios, somadas aos problemas da grande miséria, das secas no Nordeste, como também aos impactos do processo de modernização da agricultura e às melhores oportunidades que os centros urbanos ofereciam, constituíram um chamariz para a migração. Esse movimento de população atingiu os grandes centros urbanos do Centro-Sul e também as regiões metropolitanas e as cidades maiores do Nordeste, que experimentaram rápida expansão industrial, fruto das políticas de incentivos fiscais e de empreendimentos estimulados e orientados pelo II PND (MOTTA et al., 1997, p.16).

Diante da modernização que transformava os espaços mais fluidos, as decisões hegemônicas direcionavam-se para as divisões do trabalho rural e urbano. Santos (1992, p.09), apontava para os novos usos do espaço rural e urbano: “[...] por decisões que levam em conta, no campo e na cidade, os usos a que cada fração do território vai ser destinada”.

No mesmo movimento, continuaram a abertura de órgãos como a criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 1972 e da EMBRATER em 1974 (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), e reforçaram os objetivos de intensificação da modernização da agricultura no território brasileiro. Diante dessas políticas, o Estado protagonizava, nas décadas de 1960 e 1970,

modernizações do setor agrícola, atrelado à estratégia de desenvolvimento urbano-industrial, como apontado por Graziano Silva (1981).

Todavia, a reconcentração de renda foi característica marcante no período de 1960-1970. Na época, acreditava-se que essa concentração da posse e propriedade da terra devia-se, sobretudo, à instalação dos grandes empreendimentos agropecuários nas regiões de fronteira agrícola. A incorporação de terras do Centro-Oeste e da Amazônia demonstrou a continuidade dessa concentração (GRAZIANO, 1981). A exploração dessas áreas de fronteiras foi realizada essencialmente pelas culturas de exportação, que não alteraram o perfil de concentração de terras, mas, sim, foram usadas como estratégias de valorização dessas terras.

O desenvolvimento da biotecnologia proporcionou em regiões como o Centro-Oeste, a construção de espaços crescentes de artificialização, devido ao período técnico-científico, destacando-se um papel primordial para a EMBRAPA e outros órgãos do período.

Num contexto de concentração de terras e seletividade das ações e objetos, a agricultura brasileira tornou-se dependente da industrialização, uma vez que esta proporcionava a aquisição de novos produtos agrícolas ligados ao setor técnico-científico. A partir de então, conforme Ramos (2001), houve um maior envolvimento entre o campo e a cidade, sobretudo, em relação à demanda do mercado, que aponta a escolha do que cultivar, como fazê-lo e para quem se destina a venda dos produtos. Nesse movimento, os agricultores ficariam mais dependentes de linhas de crédito e de informações para se estabilizarem num mercado cada vez mais competitivo e criador de necessidades.

O sentido pelo qual o Estado tornou-se fundamental para os processos de modernizações pelas quais passou o território brasileiro está entrelaçado às ações que partiram de agentes hegemônicos, sobretudo, estrangeiros, que, a partir daquele período, coordenam os ritmos de países como o Brasil. Assim, o território brasileiro quando revelado na sua totalidade, apresenta zonas opacas e luminosas (SANTOS, 1996) que traduzem as ações desses agentes, bem como as prioridades do Estado que, na maioria das vezes, utiliza de planejamentos reticulares para apontar o destino dos cidadãos: “*O Estado também usa o território, mas, sobretudo, o prepara para o jogo dos agentes sociais. A questão que não pode ser evitada é quem se beneficia dos novos conteúdos do meio geográfico neste período da globalização?*” (SILVEIRA, 2002, p. 13).

Para Nicolau Sevcenko (2001, p.30), a partir da década de 1970, a liberalização da economia trouxe uma maior ação das empresas em relação à circulação de fluxos financeiros e menor atuação dos Estados Nacionais. Pode-se dizer que desde a revolução científico-tecnológica até os anos de 1970, a tendência era a de que os Estados Nacionais controlassem a economia e as empresas, impondo-lhes um sistema de taxaço que possibilitava a transferência de parte dos lucros empresariais para setores carentes da sociedade. A isso era dada a denominação de Estado de Bem-Estar Social. Porém, com a globalização essa situação mudou. Se houver pressões do Estado provenientes de reivindicações sociais, as empresas evadem desses lugares, o que pode acarretar a sobrecarga do Estado, incapaz de pagar suas dívidas como a de atender às demandas sociais.

Em relação a essa questão, o Estado é um dos grandes colaboradores dos agentes empresariais, conforme será demonstrado ao longo da pesquisa. A existente macrocefalia no território brasileiro, que, em Santos (2004, p.306), é o resultado da concentração do progresso tecnológico nos países subdesenvolvidos, traz à tona uma modernização no campo inspirada por agentes estrangeiros, que traduzem suas intenções por intermédio das culturas comerciais de exportação, sendo o Estado um dos aliados dos *circuitos espaciais*⁴⁶ da economia moderna.

Tudo indica que as respostas para os questionamentos levam para o direcionamento do Estado na busca pela racionalidade funcional do espaço geográfico, ou seja, funções ligadas à divisão territorial do trabalho, incorporada por uma demanda internacional por produtos como o café, a cana de açúcar, a soja, a laranja etc. Num movimento que abriga sujeitos e coisas, parece-nos que há uma tentativa de reificação e desumanização, isto é, as coisas tornam-se sujeitos e estes se tornam coisas.

Outra questão que se coloca é a renovada ação imposta por agentes hegemônicos, que coloca as noções de desenvolvimento e crescimento como base da transformação social. Todavia, parece que há uma hierarquia ao analisar as ações no

⁴⁶ O circuito inferior e o circuito superior estão inseridos na teoria dos dois circuitos espaciais da economia urbana, desenvolvida a partir da década de 1970, por Milton Santos. O circuito superior originou-se da modernização tecnológica, seus principais representantes são os monopólios que não mantêm vínculos diretos com o lugar e a região que o abriga, como é o caso das multinacionais, por exemplo. O circuito inferior está envolvido por pequenas dimensões e com interesses, sobretudo, associados à população pobre, “Cada circuito mantém, como o espaço de relações da cidade, um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência” (SANTOS, 2004, p.20).

território brasileiro, pois o conjunto de infra-estrutura obedece a interesses de uma minoria da sociedade e quase sempre escapa aos interesses dos demais. Evidente que conquistas nos ramos das ciências humanas, físicas e biológicas ocorreram, contudo, por ação de forças hegemônicas, essas conquistas não estão sendo apropriadas de forma democrática e que beneficiem a todos.

O crescimento econômico de um país não necessariamente traz mudanças sociais significativas. Prova disso são as condições de escassez⁴⁷ que a maioria dos brasileiros atravessa nesse período em que descobertas técnico-científicas maravilham a humanidade. Assim, a sobrevivência da maioria torna-se cada vez mais difícil neste período dito moderno. Todavia, as grandes transformações nas esferas econômicas, políticas e culturais devem pautar-se pelo bem-estar social como condição *sine qua non*. Todavia, o percurso adotado pelo Estado foi modernizar os setores da economia e, como consequência, a base social brasileira apresentaria melhores índices ligados às condições de vida. Nesse quadro, a modernização agrícola tornou-se seletiva, uma vez que as prioridades passavam pela esfera econômica *a priori* e não pela esfera social.

O resultado dessa modernização alargou a distância entre os espaços opacos e luminosos⁴⁸ (SANTOS, 2002) que se refletiram nas desigualdades acumuladas durante o processo de transformação do território, acelerado pela fluidez e velocidade decorrentes das técnicas da informação, que articulam as demais técnicas, produzem novos lugares e conteúdos que levam à ilusão da velocidade como necessidade indispensável de fluidez em prol dos capitais globalizados. Dessa forma, o território também pode ser definido nas suas desigualdades em função da seletividade dos lugares pelo capital (BERNARDES, 2005).

Como condicionante da modernização tecnológica, alguns eventos foram importantes para que se consolidasse o novo padrão da agricultura pautado na atuação direta do Estado nas políticas e dos grandes agentes privados interessados em investir nos setores agroindustriais do Brasil. A implementação da indústria de bens de produção (1956-1961) e a institucionalização do SNCR em 1965 foram alguns dos

⁴⁷ Jean Paul Sartre (1947), aponta que o homem não luta devido apenas à escassez. O homem luta pela necessidade de sobrevivência, ele luta com o meio social que o gestou e está lutando contra a sua própria ação na medida em que a alienação de si e das coisas faz dele quase um subordinado da situação.

⁴⁸ Milton Santos e Maria Laura Silveira abordam essas noções: “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264).

principais responsáveis pela modernização da agricultura brasileira, que se tornava cada vez mais dependente dos setores financeiro e industrial.

2.2 – (SNCR) - o crédito rural como impulsionador de modernização e seletividade na agricultura

De acordo com Guedes Pinto (1981), a evolução do crédito rural⁴⁹ foi dividida em três fases: a primeira vem do período colonial e estende-se até 1937, fase caracterizada por empréstimos de fazendeiros à vizinhança e familiares e financiamentos destinados a poucos produtos. A segunda fase vai de 1937 a 1965, período que é criada, em 1937, a CREAL (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) pelo Banco do Brasil, que tinha como objetivo a ampliação da política de crédito e tentativas de sistematização do financiamento agrícola, ficando para outros bancos criados e implementados no período uma menor participação, como foi o caso do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o Banco do Nordeste do Brasil (1952) e o Banco da Amazônia (1950). Acrescenta-se a isso que a participação nessa época dos bancos particulares era diminuta, não havendo interesses por parte desses em investimentos nesse setor. A terceira fase da evolução do crédito rural estende-se de 1965 a 1980, fase de sua institucionalização com a aprovação da lei que regulamentava o crédito. Nessa última fase já se notava a participação dos bancos privados, embora o volume de investimentos do Banco do Brasil fosse o principal impulsionador.

Ramos (2001) aponta que a política de crédito rural feita pelo governo federal indicou dois aspectos: de um lado aparece o que Milton Santos chamou de *creditização*⁵⁰ do território (aspecto que esteve ligado à maior necessidade de capital no campo e conseqüente expansão do sistema bancário) e, de outro, estava uma modernização induzida pelos agentes empresariais. Assim, nos anos de 1970, os investimentos da esfera estatal seguiam finalidades de estímulo às atividades

⁴⁹ O crédito rural pode ter as finalidades seguintes: 1) crédito de custeio: destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos; 2) crédito de investimento: destina-se a aplicação em bens ou serviços cujo desfrute se estende por vários períodos de produção; 3) crédito de comercialização: destina-se a cobrir despesas da fase posterior à colheita ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas <<http://www.agricultura.gov.br.creditorural>> Acesso em 15/10/2006.

⁵⁰ Com a expansão capitalista pelo consumo: “[...] desde o fim dos anos 70 o nexo é dado pelo crédito. De tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, que dará uma nova qualidade ao espaço” (SANTOS, 2004, p.12).

agrícolas, custeio da produção e comercialização, fortalecimento de produtos rurais e incentivos à agropecuária:

[...] a introdução do crédito rural contribuiu para determinar a passagem de um padrão agrário para outro apoiado no modelo estrangeiro e, por isso, favoreceu as grandes empresas transnacionais. Assim a década de 1970 assinala as maiores ofertas de crédito até então destinadas à agropecuária brasileira e à intensificação do desenvolvimento agrícola quanto à produtividade, rendimento e expansão dos cultivos (RAMOS, 2001, p.18).

Num contexto de solidariedades organizacionais, criadas pelos agentes hegemônicos, o cenário agrícola brasileiro apresentava concentrações de terras e crédito agrícola nas mãos de poucos, uma vez que estes detinham maior quantidade de propriedades em tamanho. Conforme Gonçalves Neto (1991, p.244)⁵¹, 50% dos menores contratos possuíam 2,5% das terras e detinham 0,8% dos créditos agrícolas, por outro lado, *“Impressiona, contudo, o fato de 1% dos maiores contratos dispor de perto da metade da terra agrícola e quase 40% do crédito. Isto indica o quanto a política agrícola é condicionada pela estrutura agrária e esclarece o sentido da modernização conservadora: alterar a base técnica sem alterar a estrutura agrária”*.

Por um lado, os dados da citação de Gonçalves Neto, indicam a concentração de terras e créditos nas mãos de um reduzido número de agricultores, que foram os maiores beneficiados com o crédito rural. Por outro lado, a política de concentração de terras e créditos conseguia alcançar o propósito de modernização com a utilização de insumos⁵² por exemplo. Assim, a política de modernização agrícola dava-se numa maior velocidade entre os grandes agricultores, fato que não se concretizava com os pequenos, o que ficava claro na opção do projeto governamental voltada para uma modernização conservadora. O mesmo ocorria na utilização do crédito rural no custeio de fertilizantes, defensivos, máquinas e tratores que, no período de 1974 a 1979,

⁵¹ O autor debate as políticas do Estado em relação à modernização da agricultura. Fundamentado em autores como Graziano da Silva, admitindo que houve uma *modernização conservadora*: “[...] A política agrícola colocada em prática pelo governo brasileiro, terá por objetivo básico, manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade. [...] Promove, portanto, a modernização de grande parte da agricultura, aumenta a produção e produtividade sem, contudo, tocar nos padrões de acumulação” (GONÇALVES NETO, 1991, p.161).

⁵² Cada um dos elementos como matéria-prima, equipamentos, capital, horas de trabalho etc., necessários para produzir mercadorias ou serviços modernos.

acumulou valores acima de 30%, o que demonstrava a alta utilização de insumos modernos.

Conforme os dados da tabela 02, a política do crédito rural acabou por se concentrar nas regiões Sul-Sudeste, com importância crescente para o Centro-Oeste, enquanto as regiões Nordeste e Norte receberam poucos investimentos ligados ao crédito rural, evidenciando o caráter discriminatório e seletivo da modernização, no período de 1973 a 1977. Os créditos rurais favoreciam as grandes agroindústrias e comércios que recebiam financiamentos acima de 60%, as cooperativas de agricultores rurais com porcentagem da casa dos 23% e, por último, os agricultores individuais, com cerca de 8% em relação aos investimentos (GONÇALVES NETO, 1991).

Tabela 02 – Brasil - Participação das regiões brasileiras no crédito agrícola, 1973 a 1977
(%)

Regiões	1973	1974	1975	1976	1977
Norte	0,99	0,79	0,99	1,16	1,57
Nordeste	9,75	9,53	11,27	11,83	12,54
Sul	42,09	40,01	33,33	32,06	33,57
Sudeste	40,95	42,94	46,07	44,76	44,13
Centro-oeste	6,22	6,73	8,34	10,19	8,19

Fonte: PINTO, Luis C. G. Notas sobre a política de crédito rural. In: Graziano Silva, *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Numa análise paralela com as condições atuais, é possível verificar que, da época de 70 para os dias atuais, pouca coisa mudou, principalmente em termos de investimentos que continuam privilegiando as regiões Sul-Sudeste. Embora os dois pilares centrais (que modificaram a agricultura tradicional para uma agricultura moderna), baseados na dinamização dos setores improdutivos por intermédio de políticas públicas e na abertura do comércio internacional tinham como proposta o desenvolvimento econômico do país e, a partir daí, melhorias das transformações sociais, que não se concretizaram até a atualidade.

As mudanças na agricultura afetaram diretamente as relações de trabalho. O uso da mecanização ocasionou a dispensa de muitos trabalhadores, que não eram mais necessários o ano todo, fazendo aumentar o número de desempregados ou empregados temporariamente. O uso corporativo do território, intensificado pelo

processo de modernização, reflete-se no agravamento dos problemas sociais e ambientais.

No Brasil, as maiores transformações no mercado de trabalho agrícola ocorreram entre 1960 e 1980. Os principais impactos da substituição do trabalho permanente pelo temporário deram-se nos anos de 1960 e 1970 e a redução geral do emprego pelo aumento da mecanização e substituição de atividades foi mais intensa na década de 1980. Entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1996 verificou-se que o número de empregados agrícolas sofreu uma forte redução no país como um todo. Os permanentes passaram de 2,19 milhões para 1,84 milhão; os temporários contratados diretamente pelo estabelecimento passaram de 2,77 milhões para 1,83 milhão entre 1985 e 1996. Em praticamente todos os Estados, mesmo naqueles que apresentaram intensificação da produção, verificaram-se quedas no emprego, indicando a baixa capacidade de geração de emprego no setor agrícola nesse período (KAGEYAMA, 2004, p.74).

Os conteúdos surgidos pela união entre técnica e ciência trouxeram novos usos do espaço geográfico, uma vez que possibilitaram a crescente exploração de áreas que outrora eram inapropriadas para determinados cultivos, como era o caso do Nordeste e do Centro-Oeste que, a partir da entrada de técnicas e tecnologias novas, ganharam, além de novos cultivos, um aumento crescente de produtividade e produção. O momento atual é sinônimo de conquistas entre a junção da técnica, da ciência e da informação e constitui-se como evento principal no entendimento das novas relações sociais:

Durante praticamente três séculos e meio, o território brasileiro conheceu uma utilização fundada na exploração dos seus recursos naturais pelo trabalho direto e concreto do homem, mais do que pela incorporação de capital à natureza que, durante esse tempo, teve um papel relevante na seleção das produções e dos homens. Nos cem anos que vão da metade do século XIX à metade do século XX, algumas áreas conhecem a implantação de um meio técnico, meio mecanizado (SANTOS, 2005a, p.48).

A partir de especializações de cultivos (*mapa 02*) como os da cana-de-açúcar⁵³, do café, da laranja, da mandioca e da soja, o território brasileiro se apresenta cada vez mais voltado para a economia mundializada. O café concentra-se em maior parte na região Sudeste, a cana-de-açúcar está mais densamente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e parte do Nordeste, o arroz e a mandioca são os cultivos produzidos em todas as regiões, enquanto a laranja apresenta concentração no Sudeste e a soja no Sul e Centro-Oeste.

O fato de que certas regiões possuem densidade de modernizações menor que outras, como é o caso da região Nordeste, não impede a presença da atuação de agentes hegemônicos, porém, com graus de ações diferentes daquelas implementadas em outras regiões. No nordeste, assim como nas demais áreas, há zonas luminosas e opacas. O que se deve levar em conta são os tipos de ações e objetos operacionalizados em cada porção do território, pois essa segmentação é o resultado de divisões territoriais que originaram planos e propósitos diferenciados: *“Na realidade é essencial reconhecer os processos reguladores e suas manifestações geográficas”* (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.263).

⁵³ Sobre o processo histórico do cultivo da cana de açúcar ver: ANDRADE, Manuel Correia. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Unesp, 1994.

MAPA 02: BRASIL – AS GRANDES CULTURAS COMERCIAIS - 1999

Fonte: Hervé Théry; Neli Mello. Aparecida de Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território, 2005, p. 126.

As conseqüências de modernizações pensadas a partir de políticas verticais demonstram como a violência por parte desse processo atinge os lugares. Na arquitetura das grandes cidades, influenciadas por um conjunto de verticalidades (SANTOS, 1996), representadas por firmas empresariais nacionais e multinacionais, também existem espaços urbanos com presenças de grandes favelas e cortiços, indicando o contraste dessa modernização. Os problemas de moradias, de saúde, de educação e violência⁵⁴ apresentam mais faces desse processo.

2.3 – A continuidade dos programas de modernização agrícola e a concentração de créditos rurais nas regiões mais dinâmicas do período recente

Conforme dados da tabela 3, a região Sul apresenta números na casa dos 43,16% do total geral de financiamentos, ficando para o Sudeste cerca de 29,07% do total, ou seja, quando somados, mais de 65% dos financiamentos agrícolas estão concentrados nessas regiões. A região Sul aparece como líder com cerca de 43,16% e 34,29, respectivamente, em financiamentos agrícolas e pecuários. A região Sudeste aparece na segunda posição em com 24,13% dos investimentos para a agricultura e 29,07% para a agropecuária. A região Centro-Oeste fica, em terceiro lugar, com 23,62% dos investimentos totais destinados às atividades agrícolas e 22,27% para o setor agropecuário. A região Nordeste fica em quarto lugar nas atividades agrícolas com 6,71%, apresentando distância significativa da terceira colocada e em último lugar nas atividades pecuárias, com 6,43%. A região Norte fica em quarto lugar nas atividades pecuárias, com 7,94% e em último lugar no setor agrícola, com 2,38%. Os índices das últimas regiões são bastante inferiores aos investimentos dados para a região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, conforme os dados da tabela 03. Isso indica o caráter seletivo da distribuição dos investimentos no país, distribuídos a partir das políticas federais.

⁵⁴ O município de Ibiúna, por exemplo, vem sendo motivo dos noticiários policiais na imprensa falada, uma vez que tem um dos piores índices de violência do interior. O prefeito atual argumenta que as causas estão ligadas ao crescimento da população atraída pelo agronegócio do cinturão verde (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, Caderno: Metrôpoles, sexta feira, 17 de novembro de 2006b). Todavia, as causas da violência não podem ser associadas ao imediatismo atribuído ao crescimento demográfico.

Tabela 03 – Brasil - Crédito de custeio – Financiamentos concedidos a agricultores e cooperativas, segundo atividades agrícolas e pecuárias⁵⁵, Safra 2004/2005 (julho a junho, valores em mil reais)

Região	Agrícola	%	Pecuária	%	Total
Norte	377.070	2,38	266.555	7,94	643.625
Nordeste	1.061,091	6,71	216.000	6,43	1.277,091
Sul	6.818,706	43,16	1.150,513	34,29	7.969,219
Sudeste	3.807,199	24,13	974.417	29,07	4.781,616
Centro-Oeste	3.731,011	23,62	747.111	22,27	4.478,122
Total Brasil	15.795,077	100	3.354,596	100	19.149,673

Fonte: Ministério da Agricultura – BACEN - <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 10/12/2006.

Organização da tabela: Elisângela Couto.

Há ainda a seletividade do crédito agrícola concentrado nos grandes cultivos, conforme exposto na tabela 04. O arroz, a soja, o algodão, o milho, a cana, a laranja e o café, ganham destaque nos investimentos rurais. Na região Sul, o arroz, a soja⁵⁶ e o milho concentram os principais fluxos de créditos rurais, com 69,43%, 43,80%, 48,56% respectivamente. Na região Norte, os principais investimentos estão nos cultivos do arroz, com 8,67%, de café, com 3,61% e soja com 2,57%, sendo que os investimentos são bem inferiores aos das outras regiões. Na região Nordeste, o algodão, com 23,68% e a cana de açúcar, com 9,75%, são os principais produtos que recebem créditos rurais. A região Centro-Oeste apresenta os cultivos do algodão, com 59,17%, da soja, com 39,10% e do milho com 17,47%. Na região Sudeste, ganham destaque os cultivos da laranja, com 95,20%, da cana de açúcar, com 83,98 e do café, com 87,49%, conforme os dados da tabela 04.

⁵⁵ Principais produtos envolvidos: algodão, arroz, aveia, café, cana, cevada, feijão, fumo, laranja, mandioca, milho, soja, sorgo, tomate, trigo, uva, entre outros. Na Pecuária: avicultura, bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, outros. Mais informações estão disponíveis no site: http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/ESTATISTICAS/CREDITO_RURAL_NO_BRASIL > Acesso em 02/12/2006.

⁵⁶ Especificamente no Rio Grande do Sul a colheita de soja atinge 79% das lavouras. Já a colheita do milho segue lenta, devido à queda de preços e as prioridades dadas ao cultivo da soja (Jornal O Estado de São Paulo. Caderno: Agrícola - Agronegócios, 02 de maio de 2007).

Tabela 04 – Brasil - Crédito de custeio – Financiamentos concedidos a agricultores e cooperativas, segundo as sete principais atividades agrícolas, Safra 2004/2005 (julho a junho, em porcentagem)

Região	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Brasil
Arroz	8,67	5,07	69,43	0,48	16,35	100%
Soja	2,57	4,06	43,80	10,47	39,10	100%
Algodão	0,39	23,68	2,92	13,84	59,17	100%
Milho	1,02	4,99	48,56	27,96	17,47	100%
Cana	0,02	9,75	5,33	83,98	0,92	100%
Laranja	1,10	1,22	2,23	95,20	0,25	100%
Café	3,61	3,79	4,88	87,49	0,23	100%

Fonte: Ministério da Agricultura <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 10/12/2006.
Organização da tabela: Elisângela Couto.

Em se tratando do crédito de custeio com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), fica confirmado que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ocupam posições privilegiadas. Sobre os financiamentos ligados ao MODERAGRO (Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais), cerca de 41,99% deles estão no Centro-Oeste, 26,89% no Sudeste e 13,49% no Sul. Ganha destaque o Estado de Minas Gerais, que, sozinho, abarca cerca de 17,75% do total dos financiamentos ligados à MODERAGRO. Outro programa que garantiu recursos do BNDES foi o MODERFROTA (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras). Nele, as regiões que mais receberam financiamentos foram Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com cerca de 39,71%, 32,58% e 19,94%, do total, respectivamente, salientando que o Estado de São Paulo foi o maior beneficiado, ficando com cerca de 25,48% dos financiamentos ligados ao programa (BNDES, 2006).

Os programas com maiores investimentos no ano de 2006 foram o MODERFROTA com 43,14%, o MODERAGRO com 18,41%, o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), com 11,91%, o PRODEAGRO (Programa de Desenvolvimento do Agronegócio) com 6,91% e também o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (MODERINFRA), com 6,84%, que, juntos, somaram 87,21% de todos os financiamentos do BNDES. Isso revela o caráter pontual das ações dos agentes hegemônicos no território brasileiro, uma vez que os investimentos ligados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado aos pequenos agricultores, atingem 5,16% do total (tabela 5).

Tabela 05 – Brasil - Distribuição das Aprovações do BNDES nos Programas Agrícolas, 2006

PROGRAMA	Em mil reais	%	PROGRAMA	Em mil reais	%
LINHA ESPECIAL	21.068	0,67	PRODEFRUTA	97.891	3,12
MODERAGRO	577.519	18,41	PROLAPEC	4.736	0,15
MODERFROTA	1.353.288	43,14	PROPFLORA	74.642	2,38
MODERINFRA	4.410	6,84	PRONAF	161.772	5,16
PRODEAGRO	216.577	6,91	F.AGRÍCOLA	40.917	1,3
PRODECOOP	373.741	11,91	TOTAL	3.136.561	100

Fonte: BNDES - <http://www.abimaq.org.br/ceimaq/meta3/download/aprov.progsagric.pdf>.
Organização da tabela: Elisângela Couto. Acesso em 10/02/2007.

Para o ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Luís Inácio da Silva, Roberto Rodrigues, o Brasil está na rota do desenvolvimento:

A verdade é esta: o mercado, a tecnologia e algumas políticas públicas adotadas pelo governo deram o empurrão definitivo para que o Brasil se inserisse no mercado internacional, transformando-se já em 2004, no maior exportador mundial de carne bovina, frango, açúcar, soja (grão, farelo e óleo), suco de laranja e tabaco. Temos também um extraordinário potencial de crescimento para sermos, em pouco tempo, um grande, quem sabe o primeiro produtor mundial de algodão, biocombustíveis e frutas (GAZETA MERCANTIL, ANUÁRIO, 2005, p.393).

O mesmo raciocínio em termos de seletividade na modernização da agricultura está posto na utilização de defensivos e insumos agrícolas que se concentram nas regiões com maior interesse dos agentes hegemônicos. Com a fabricação de alguns insumos, o país assume características ainda mais marcantes do novo período histórico, ligado ao meio técnico científico e informacional que demonstra um aumento significativo na produção e venda de fertilizantes.

Os dados recolhidos no site do Ministério da Agricultura indicam um aumento das importações de fertilizantes em cerca de 5% a partir de 2000. Porém, conforme Paulo César Mathias Tinoco, presidente do Sindicato das Indústrias de Matéria Prima para Fertilizante (SIMPRIFERT), essas importações podem ser reduzidas devido ao anúncio de investimento de 2,4 bilhões de dólares na produção de matéria prima para fertilizantes, num prazo de 6 anos. Explica o presidente que os concorrentes estrangeiros “[...] detém atualmente 58% do mercado de fertilizantes no Brasil” (GAZETA MERCANTIL, 2007, C7).

O setor quer elevar a 30% a oferta nacional. Um dos problemas, segundo Tinoco, é que os agricultores estrangeiros estão isentos da Tarifa Externa Comum (TEC), sendo a maior parte da matéria prima proveniente da Rússia, Estados Unidos, Marrocos e Tunísia. Enquanto, no Brasil, existem impostos interestaduais para levar a matéria do Sudeste (lugar da produção) para o Centro-Oeste (localização das minas). Os maiores investidores desse projeto são Petrobrás, Gahani, Bunge, Mosais e Fosfertil, que investirão na produção de fosfatos e nitrogenados, principais elementos dos fertilizantes.

Como se observa, ainda é grande a dependência de setores da agricultura brasileira em relação aos agentes empresariais estrangeiros, haja vista que a porcentagem de importação de mais da metade da matéria prima para fertilizantes está concentrada nas mãos de estrangeiros. Na tabela 06, é possível perceber o crescente aumento na década de 1980, da produção, venda e exportação de máquinas automotrizes e a influência que esses agentes continuam a ter, mesmo com o decréscimo de insumos automotrizes. Essa queda refere-se, sobretudo, ao acelerado desenvolvimento da mecanização do território.

Tabela 06 – Brasil - Produção e vendas de máquinas automotrizes, 1960 a 2005 (seleção de anos)

Ano	Produção: Cultivadores motorizados, tratores de rodas, tratores de esteiras, colheitadeiras, retroescavadeiras (unidades)	Vendas internas: Cultivadores motorizados, tratores de rodas, tratores de esteiras, colheitadeiras, retroescavadeiras (unidades)	Exportações de máquinas automotrizes (cultivadores motorizados, tratores de rodas, tratores de esteiras, colheitadeiras, retroescavadeiras (unidades)
1960	37	37	0
1970	16.707	25.239	117
1980	77.478	67.653	9.051
1986	67.970	62.790	6.688
1987	62.668	52.187	8.595
1997	31.657	21.029	10.064
2005	52.871	23.222	30.678

Fonte: Ministério da Agricultura <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 10/12/2006. Organização da tabela: Elisângela Couto.

O PRONAF⁵⁷ surge como mediador dos pequenos agricultores. Para alguns, esse programa tem possibilidades de colaborar com agricultores com menor poder de capital na produção de alimentos, pois abrange: “[...] *uma menor taxa de retorno por unidade de capital investido*” (ARBAGE, 2000, p.88), diferente daqueles ligados aos grandes agricultores. Entretanto, os investimentos desse programa não atingem a todos os pequenos agricultores, além de que os financiamentos encontram-se ainda muito tímidos, embora haja uma evolução de número de contratos firmados pelo Programa que, em 1996, recebia o valor total de 306.786 (unidades) e subiu para a ordem de 800.653 no ano de 2001, conforme dados do Banco Central do Brasil.

Contudo, numa análise mais atenta, em relação ao PRONAF, foi averiguado que os contratos, desde sua criação, concentram-se na região Sul, com cerca de 59,42% do total de investimentos, ficando para o Nordeste a segunda posição, com 20,86%, e o Sudeste com 12,65% do total de repasses. Enquanto isso, 7,07% ficam para as regiões Centro-Oeste e Norte. No Estado de São Paulo, o PRONAF, atingiu, no ano de 2005, 107.149 contratos e um total financiado de R\$ 5.971.364.521,31 entre créditos de custeio e investimentos em pecuária e agricultura. Na agricultura, os créditos de custeio agrícola destacaram-se nas culturas milho, café, soja e cana de açúcar, enquanto os créditos de investimentos agrícolas tiveram maior direcionamento para a compra de máquinas e equipamentos e para a manutenção de culturas perenes (Banco Central do Brasil, 2005)⁵⁸.

Para o município de Ibiúna, 217 contratos entre agricultura (209) e pecuária (08) foram firmados, com valores de crédito de custeio de R\$ 2.753.243,40 e investimentos agrícolas de R\$ 1.552.527,20. A título de comparação, do total de créditos rurais destinados ao Estado de São Paulo, cerca de 0,072% estão em Ibiúna, enquanto 0,10% estão nos municípios de Mogi das Cruzes e Piedade, localidades próximas da capital paulista e que a abastecem com a produção e comercialização de hortaliças⁵⁹.

⁵⁷ Existe também o BNAF (Banco Nacional da Agricultura Familiar) que não trabalha com recursos financeiros, mas, sim com o repasse de tecnologias e informações estratégicas para o agricultor familiar. (Folha de São Paulo, Caderno Agrofolha, 25 de julho de 2000).

⁵⁸ Disponível no site <<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2005/rel523.pdf>> Acesso em: 10/12/2006.

⁵⁹ Informações retiradas do Banco Central do Brasil: Anuário estatístico do crédito rural – 2005. Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas. Disponível no site <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2005>> Acesso em 10/12/2006.

Em seus apontamentos a respeito da agricultura no Brasil, Umbelino de Oliveira (1999, p.76-77) enuncia que, nos últimos anos, ocorreu uma rápida expansão de produtos agrícolas voltados para a exportação e estes quase sempre prevalecem sobre os produtos destinados ao mercado interno. Nesse sentido, além da hierarquia na produção e comercialização, a modernização da agricultura não ocorre de forma simultânea e homogênea por todo o campo brasileiro. O uso de máquinas automotrizes, fertilizantes e créditos rurais são destinados aos médios e grandes estabelecimentos agropecuários.

Com os instrumentos dados a partir da união entre a técnica, a ciência e a informação, o uso do espaço agrícola vem sendo cada vez mais aprimorado no que diz respeito ao controle e planejamento de cultivos, investimentos em insumos químicos e mecânicos. Essa união possibilita também um rearranjo de novos usos que anteriormente eram reservados para a agricultura. Em Ibiúna, por exemplo, os usos pecuários estão se expandido em antigas áreas destinadas à agricultura. O mesmo ocorre em municípios da região Sul em que a criação de gados desloca-se para o Nordeste, sendo substituída pela produção de soja (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, AGRONEGÓCIOS, 02/05/2007).

Na mesma direção, Ramalho (2002, p.76) destaca que, de um lado, a produtividade dos cultivos de exportação aumenta de maneira vertiginosa e acompanhou os maiores ritmos de investimentos nesse setor, de outro lado, as culturas destinadas à mesa do brasileiro apresentam um aumento discreto.

A partir desses novos usos do tempo e espaço geográfico possibilitados por inovações técnico-científicas e informacionais, assim como pela figura de agentes hegemônicos como o Estado, foi possível construir modelos de modernizações nos setores da indústria, serviços, comércio e agricultura que se difundiram seletivamente no território brasileiro. De acordo com SANTOS (2000, p.79): “*Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território*”.

No mapa 03, a concentração de práticas modernas acontece mais intensamente em parte da região Centro-Oeste e nas regiões Sudeste e Sul, enquanto algumas áreas do Nordeste e até mais fortemente áreas do Norte apresentam os menores índices. Os dados são do IBGE e representam os usos ligados ao número e superfície total dos estabelecimentos, assistência técnica, adubo, produtos fitossanitários, conservação de solos, irrigação, energia elétrica, número de tratores, de semeadoras,

colheitadeiras, caminhões e veículos utilitários. Na dimensão dos estabelecimentos, prevalece a região Centro-Oeste como a mais concentrada, com grandes extensões de estabelecimentos rurais, ficando para a região Norte uma significativa porcentagem, enquanto, em grau reduzido, aparecem as regiões Nordeste, Sul e Sudeste, que concentravam, na década de 1990, estabelecimentos bem inferiores em relação às regiões Centro-Oeste e Norte.

Mapa 03 – Difusão seletiva da modernização agrícola no território brasileiro. 1996.

Fonte: Hervé Théry; Neli Aparecida de Mello. Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território, 2005, p.122.

É interessante apontar que a modernização técnico-científica e informacional do território acontece de forma seletiva e heterogênea no que diz respeito aos diferentes usos de mecanização automotrizes, insumos químicos, usos de novas tecnologias da informação⁶⁰, como os SIGs (Sistemas de Informações Geográficas), GPS (Sistema de Posicionamento Global), sensoriamento remoto, agricultura de precisão etc. Assim, o tipo de modernização agrícola de municípios como Ribeirão Preto será diferente daquele existente em Ibiúna, pela própria estrutura agrária (em Ibiúna concentram-se pequenas propriedades), como também em relação ao tipo de cultivo em que o município se especializa.

Nesse processo de modernização da agricultura, muitos municípios tornaram-se dinâmicos. Exemplo disso é a região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, cuja urbanização deu-se a partir do dinamismo das atividades agroindustriais (ELIAS, 1996). Nesse sentido, as regiões brasileiras tornam-se cada vez mais ligadas às especializações demandadas pelo fator externo. Acirra-se assim a divisão territorial do trabalho: *“As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”* (SANTOS, 2005a, p.44).

Uma vez envolvido por normas, o território facilita ou dificulta a ação dos agentes:

[...] a regulação é hoje um dado fundamental. As formas atuais de produção material e imaterial exigem uma onipresença da regulação pública e das empresas, para unificar os processos, aumentar a fluidez e normatizar os usos dos novos objetos e infra-estruturas e, em definitivo, do território (SILVEIRA, 2002, p.12).

⁶⁰ As tecnologias de informação assumem o caráter de controle e conhecimento estratégico do território centralizado nas mãos dos agentes corporativos. Sobre o assunto, ver Ricardo Abid Castillo. **Sistemas orbitais e uso do território: integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Departamento de Geografia – USP, São Paulo, 1999.

Vale ressaltar que as empresas têm um importante papel nessa normatização, uma vez que acabam por ditar normas, por vezes mais rígidas que as do poder público, que deverão ser acatadas pelos cidadãos, na medida em que eles estejam submetidos direta ou indiretamente a elas (SANTOS,1993). Para Ricardo Mendes, a crescente normatização do território, antes controlada pelo Estado, vem sendo substituída pelas normas dadas por outros agentes, como é o caso das empresas, *“Segundo a tese de que o espaço geográfico é instância da sociedade, à medida que as transnacionais passam a controlar e produzir os grandes sistemas de engenharia (como telecomunicações, energia elétrica, entre outros), regulam o território”* (ANTAS JR., 2004, p.85).

Contudo, em se tratando das mudanças na agricultura, existem processos que se dão nos interstícios dessa modernização, quase sempre associados às rugosidades dos objetos e ações. As formas do trabalho, culturais e espaciais, dão respostas à modernização do território brasileiro. Uma vez analisadas as ações no cotidiano, são encontradas diferentes relações sociais que fogem à esfera hegemônica, como é o caso da negação do *shopping center* em Ibiúna.

Todavia, se, de um lado, as relações sociais encontram maneiras criativas de sobrevivência dentro da racionalidade capitalista, de outro, essas relações existem em função dessa racionalidade. É esse o caso do circuito inferior, que existe em função do superior. Num movimento de contradições encontram-se os agentes hegemônicos e os hegemonzados que se opõem, complementam-se e realizam-se na totalidade do espaço geográfico.

Nessa relação de oposição e complementação, o conjunto de ações sociais⁶¹ desenha as paisagens dos lugares. Diante de um conjunto de ações externas, cada lugar irá receber, codificar e recriar ações de acordo com as relações locais. Ou seja, a racionalidade hegemônica não é recebida em sua totalidade, pois as pessoas e os lugares também possuem, mesmo com menor intensidade, influências nas decisões. Conforme Silveira (2002, p.12):

⁶¹ A ação social no sentido proposto por Max Weber orienta-se pelo comportamento dos outros. Por exemplo, o comportamento religioso não é uma ação social, uma vez que este tem sentido de contemplação, já a atividade econômica é considerada ação social por levar em consideração o comportamento dos outros. A ação social pode ser dividida em racionalidade dos fins, valores, modo afetivo e tradicional. “Toda ação, especialmente a ação social [...] pode ser orientada [...] pela representação da existência de uma ordem legítima” (WEBER, 2000, p.15).

Ao mesmo tempo que as formas globalizadas da técnica, da informação e da mais valia buscam balizar o uso do território há diferenças nos lugares, frutos de história diversas e de modernizações de velocidade díspar, provocam a fragmentação dos lugares e a multiplicação de formas de fazer.

Entretanto, a rigidez imposta, de um lado, pelas instituições corporativas (Estado, multinacionais, redes de capitais financeiros etc.) e, de outro, pela própria condição sob a qual é usado o território, torna cada vez maior o uso de instrumentos técnico-científicos a favor de um pequeno grupo de privilegiados. Desse modo, o tempo é cada vez mais acelerado porque deve permanecer submisso ao tempo do capital, da mais valia (SANTOS, 2000) e das ações utilitaristas dos grupos hegemônicos. O mesmo acontece com os sistemas de movimento no território (CONTEL, 2001, p.357) representados por *um conjunto indissociável entre os sistemas de engenharia e de fluxos que respondem pelas solidariedades entre os lugares*. O autor trabalha mais especificamente com os fluxos materiais divididos basicamente em 4 tipos - rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário - que permitem entender as divisões territorial e internacional do trabalho de forma subordinada e de controle do território.

Diante dessa aceleração, surgem solidariedades organizacionais que reinventam a natureza, permitindo um maior controle dos usos do tempo e do espaço em relação à circulação dos produtos, encurtamento dos ciclos vegetais e disponibilidade de créditos: *“Daí decorrem solidariedades materiais e organizacionais de uma nova espécie: sementes, fertilizantes e herbicidas, culturas de entressafras (soja e trigo num mesmo campo, com calendários agrícolas complementares), bancos de germoplasma, créditos públicos específicos [...] que apontam o Estado como um agente ativo na globalização da agricultura brasileira”* (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.118).

Num panorama geral, ter-se-ia o Brasil como um vasto território usado sob diferentes prismas. Conforme Palheta (1997, p.03): *“O Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, modos de vida e de trabalho, modos de ser, de pensar e produzir”*.

As principais políticas públicas que tinham como objetivo diminuir os problemas enfrentados pela expansão urbana, conforme apontado por Vilela (2006), estão divididas em duas fases: **a primeira** é caracterizada por uma forte intervenção do Estado, entre as décadas de 1960 e 1980, que visava, com isso, atender a população urbana em crescimento.

Para isso, ainda no governo João Goulart, em 1968, foi criado o Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (GEMAB) e dentro das propostas desse grupo, havia a criação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimentos (SINAC), sob a coordenação da COBAL. As principais expectativas em relação à SINAC eram redução dos custos de comercialização, maior transparência nas operações de mercado, concentrando vendedores e compradores num mesmo espaço, além da melhoria nas condições de higiene, eliminação de intermediários e redução das perdas.

As decisões do GEMAB foram realizadas no I PND com a construção de várias centrais de abastecimento (CEASAs), no final da década de 1960 e nos anos de 1970. Contudo, esse período caracterizou-se ainda pela carência de políticas efetivas voltadas para produção e consumo. A partir de políticas centralizadoras, a ação dos governos estaduais e municipais ficou reduzida, devido à precariedade e dispersão dos pequenos mercados, que não conseguiam atender a população urbana e, no final dos anos de 1970, surgem as redes de supermercados que dão início ao suprimento alimentar principalmente da classe média, fazendo com que a atuação do Estado se tornasse menor. Isso acabou prejudicando a população mais carente, uma vez que as centrais de abastecimento tinham alguns produtos, em relação a preços, bem mais atraentes que as redes de supermercado que surgiam.

O governo, para minimizar o problema, construiu mercados distritais, feiras cobertas e uma rede de supermercados, ligados à COBAL, denominada rede SOMAR, que reuniu cerca de 100 lojas, na década de 1980, que foram instaladas nas áreas com maior índice de necessidade socioeconômica. No entanto, nos anos de 1990, instalavam-se no país as grandes redes de supermercados, focadas num público semelhante e, devido à impossibilidade de concorrência com esses supermercados, a rede SOMAR acabou encerrando suas atividades. Nessa mesma década, houve uma fusão entre COBAL e CIBRAZEM, o que resultou na criação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), incumbida de coordenar o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, considerado posteriormente como pouco efetivo. A **segunda** fase das

políticas surge a partir dos anos de 1990, para atender as populações mais carentes, visando à questão da segurança alimentar. No começo dessa década, foi criado o primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), instrumento de articulação entre governo e sociedade civil. Desenvolveu-se, então, a partir daí, um conjunto de políticas, como resposta ao agravamento da insegurança alimentar. O principal instrumento estabelecido pelas políticas de desenvolvimento agrário foi o PRONAF (VILELA, 2006).

Todavia, quando nos remetemos à década de 1980, a entrada dos supermercados contribuiu para a descentralização das centrais de abastecimento, começando, a partir de então, a conquistar os adeptos das feiras (que, anteriormente, eram os principais comercializadores de hortaliças), das CEASAs e dos sacolões⁶².

As redes de supermercados internacionais começaram a se instalar no Brasil, mais intensamente a partir dos anos de 1990. Apenas a rede Carrefour já estava no país desde a década de 1970, conforme indicam os dados da tabela 07. A década de 1990 trouxe também um maior interesse, por parte dos grandes supermercados, na comercialização dos produtos hortícolas. Faulin e Azevedo (2003, p.29) apontam que o total de vendas de legumes, verduras e frutas fica na faixa de 10% a 13% do faturamento total dos supermercados.

Tabela 07 – Brasil - Redes internacionais presentes no país, 1998

Rede	País de origem	Ano de entrada
Carrefour	França	1974
Jerônimo Martins	Portugal	1997
Royal Ahold	Holanda	1996
Sonae	Portugal	1989
Wal Mart	Estados Unidos	1995

Fonte: Ângela Maria Medeiros Martins Santos. Hiper e Supermercados no Brasil, 1998. Dados BNDES. Organização da tabela: Elisângela Couto.

⁶² Os sacolões foram criados, nos anos 80, para o abastecimento da população pobre. Os produtos de qualidade inferior ou com excesso no mercado eram ofertados a preço único por quilo, chegando a custar cerca de 40% a menos que aqueles encontrados nos supermercados e feiras. Em vista disso, os sacolões cumprem um relevante papel na distribuição hortícola. Sua participação nos equipamentos alternativos de abastecimento no varejo elevou-se de um percentual inexpressivo de 0,8% para 12,8% em apenas uma década. Os sacolões, assim como outros equipamentos de comercialização de hortícolas, necessitam de novas estratégias de venda para sobreviver frente aos investimentos agressivos dos supermercados no setor (SOUZA, 1998, p.15).

As multinacionais (hipermercados) são nos dias atuais os responsáveis por cerca de 80% da comercialização de alimentos, sendo que a política dessas redes é a de ofertar grande número de itens, geralmente superior a 20 mil, com preços baixos, possíveis de serem obtidos pelo alto poder de barganha e representatividade do segmento no escoamento de alimentos. O processo adotado pelas redes de hipermercados⁶³, principalmente as multinacionais, tem trazido dificuldades semelhantes ou maiores para os agricultores que estão nesse sistema de venda direta, uma vez que essas redes organizacionais transmitem níveis de exigências quase impossíveis de serem atendidas sem um grau elevado de capital e fidelidade (VILELA, 2006, p.08).

Para SANTOS; SILVEIRA (2001), os supermercados são o elo fundamental na cadeia de produção e de distribuição, principalmente pela imposição de normas de calendário e preços.

Assim, se, anteriormente à década de 1990, as CEASAs e outros tipos de comércios tinham grande expressividade no abastecimento de alimentos, a partir da entrada dos grandes supermercados, no setor, o cenário aponta para um uso mais freqüente de consumo de hortícolas nessas redes e a queda na comercialização nas CEASAs, feiras, mercados pequenos e outros ramos que trabalham com a horticultura. Todavia, a mudança de negociação e público na escolha dos grandes varejistas não tem oferecido vantagens aos pequenos agricultores.

Em relação à comercialização, Vilela (2006, p.09) aponta que, nos últimos anos, no entanto, observa-se um movimento de reação e fortalecimento do chamado pequeno varejo alimentar (lojas tradicionais). De 1994 a 2004, o número de estabelecimentos, que era de 586 mil, subiu para 873 mil, aumento de 49% no número de lojas. Cerca de 60% dos consumidores continuam a comprar em um mesmo supermercado, levando em conta, sobretudo, a proximidade. Foi ressaltado, ainda, que a variedade de produtos e o bom atendimento ampliam a importância do estabelecimento e, em segundo lugar, que o preço determina a realização da compra.

Num raio de menos de 70 quilômetros de Ibiúna, ao longo da rodovia Raposo Tavares, duas grandes redes de supermercados, o Extra-supermercados e o Carrefour, recebem os produtos do município. Porém, as relações comerciais acontecem com um

⁶³ A diferença entre supermercado e hipermercado é basicamente o número de caixas e o mix de produtos (DIEESE, 2006).

número reduzido de agricultores, por acharem que as condições impostas pelas redes são superiores aos retornos financeiros que obtém em relações comerciais com outros compradores e, devido também às dificuldades de inserção dos produtos dos agricultores nesses supermercados. No município, o abastecimento local é feito por feiras livres, mercados de porte médio e pequeno, bancas expostas ao longo das estradas, direto na propriedade etc.

As mudanças no perfil de consumo dos produtos ligados aos hortifrutigranjeiros são um dos principais fatores de renovação no mercado. Dentre elas, destacam-se a busca por alimentos saudáveis e naturais e a procura por alimentos pré-processados que são bastante práticos e fáceis no preparo. A procura por esse tipo de alimentos colabora para a crescente inserção de técnicas e tecnologias nas lavouras.

O novo perfil de consumo trouxe para Ibiúna outros usos agrícolas direcionados para uma agricultura orgânica que vem se tornando uma alternativa à agricultura convencional. Em 2002, a agricultura convencional representava cerca de 90% da produção e abastecimento do mercado consumidor paulista, enquanto a agricultura orgânica tinha em torno de 0,56% da participação no mercado. Porém, é bastante promissor o consumo de produtos orgânicos que anualmente cresce em torno de 20% a 30% no país (SAA, 2003). Nesse sentido, alguns indícios empíricos demonstram que em Ibiúna, a agricultura orgânica tende a médio prazo substituir a agricultura convencional no que diz respeito à produção.

Alguns dos fatores que levam para essa mudança de mentalidades envolvem as questões de saúde (uma vez que os produtos convencionais apresentam altas taxas de agrotóxicos, diferente dos produtos orgânicos) e a captação desse nicho pelo mercado. Outro fator importante refere-se ao fato de que o município está localizado na reserva da Mata Atlântica e, isso acaba por direcionar os novos usos agrícolas do espaço local para atividades menos prejudiciais ao meio ambiente.

2.4 – As novas normas agrícolas do território e os problemas dos usos do tempo e do espaço

Os incentivos de programas como o PRONAF atingem uma parcela reduzida dos agricultores, pois de um total de cerca de 4.000 agricultores, de acordo com dados coletados em entrevista com Francisco Edivan Pereira (2006)⁶⁴, são poucos que se utilizam do PRONAF. A maioria desconhece o que é o programa, outros acreditam que as taxas são altas e temem os prejuízos possíveis com a adesão. Existem ainda aqueles que tentam o financiamento mas, esbarram na burocracia. Dados mais precisos demonstram que apenas 12,75% dos agricultores de Ibiúna possuem créditos rurais de custeio ligados ao programa (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007).

Segundo Mary Afonso, atual gerente do Banco do Brasil em Ibiúna, Estados como o Paraná estão muito à frente quando se fala em financiamento pelo PRONAF: *“Lá o associativismo e o cooperativismo dão muito certo. As pessoas realmente se comprometem para o desenvolvimento de todos. O individualismo é uma marca em São Paulo”* (FOLHA DO CAMPO, 2006).

A partir de políticas seletivas e que não favorecem a todos, a modernização da agricultura trouxe para Ibiúna, assim como para outros municípios, fragmentações de usos do tempo e do espaço. A divisão do trabalho impôs e impõe normas e valores que se renovam conforme as necessidades daqueles que possuem maior concentração de poder. Todavia, as normas não são apenas impostas pela via formal, isto é, estabelecidas pelas instâncias políticas. As relações atuais entre a esfera política e as normas legais atribuem às empresas regulação da vida social (SANTOS, 1993, p.67).

Todavia, o espaço construído por ações hegemônicas e hegemônicas traz para a discussão a questão de que as políticas destinadas aos espaços da contigüidade e espaços das redes não formam pares de oposição. O espaço é, assim, usado por todos, mesmo que com intenções diferentes. Tanto redes como contigüidades se fazem existir no espaço banal, espaço de todos. Conforme Milton Santos (1994b), *“Além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, [...] porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”*.

⁶⁴ Entrevista realizada por nós, em 25 de outubro de 2006, concedida por Francisco Edivan Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiúna.

Na agricultura, as grandes redes de informação, insumos, veículos automotrizes e avanços da biologia dão a direção do que e de como produzir.

Diante disso, essa conquista materializou-se em relação à maior produção e maior quantidade em menores áreas, consequência dos avanços técnico-científicos proporcionados pelo Estado e por grandes empresas. Porém, as condições de trabalho não evoluíram na mesma proporção. Nesse sentido, existem diferentes ritmos de modernização da agricultura em Ibiúna, pois entre os vinte agricultores entrevistados (num total de cerca de 4.000), nas propriedades de cerca de 18 encontram-se equipamentos modernos, como é o caso do cultivo hidropônico e do orgânico, que necessitam de mão de obra especializada e assistência técnica particular. Além disso, as mercadorias são vendidas diretamente ao consumidor, intermediários⁶⁵, cooperativas e feiras.

Todavia, as redes de comercialização que passam por vias que não ligam diretamente o produtor e o consumidor final não oferecem boas chances de retorno de capital aos agricultores:

Nesse caso caracteriza-se quase sempre a subordinação dos produtores familiares a esses atacadistas, os quais passam a especular os preços dos produtos, conseguindo na maioria das vezes impor preços baixos para conseguirem maiores lucros. Nessa relação entre intermediários e produtores familiares, estes passam a ter grandes desvantagens à medida que o resultado de seu trabalho é comercializado fora de seu controle (VIEIRA, 1988, p.99).

⁶⁵ Denomina-se de *intermediário* ou *atravessador* aquele que exerce suas atividades colocando-se entre o produtor e o comerciante varejista que compra e revende com grande margem de lucro (HOUAISS, 2001). Em Ibiúna, existe um conjunto de intermediários diferenciados: os individuais que compram a produção de pequenos e médios agricultores e vendem diretamente aos supermercados formando alianças de negociação de produtos, preços etc. Há aqueles que produzem e compram a produção dos agricultores e as vende para redes de supermercados, feiras, atacadistas etc., e que também formam alianças como os primeiros. Existem cerca de nove agentes que dominam as relações de produção e comércio em Ibiúna. Conforme Santos (2004, p.225): "A proliferação dos intermediários é um fenômeno comum às economias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas as causas não são as mesmas [...] nos países subdesenvolvidos, a existência de intermediários é a própria condição, a base das possibilidades estruturais de funcionamento da economia".

Os agricultores convencionais⁶⁶ mais capitalizados apresentam capital de investimento, utilizam máquinas e insumos modernos, possuem assistência técnica particular, quase não fazem uso do crédito rural e compram e vendem suas mercadorias aos consumidores e outros compradores como as redes de supermercados, cooperativa, intermediários individuais, feiras etc. Contudo, em outras propriedades, há defasagem de técnicas e tecnologias, como é o caso de pequenos agricultores convencionais (que produzem em menos de 03 hectares) que não têm mão-de-obra especializada, não participam de investimentos do governo e vendem toda a produção para os intermediários.

Contudo, mesmo nesse universo do que está sendo chamado de *pequenos agricultores*⁶⁷, há hierarquias de usos de instrumentos da modernização agrícola. Outro fator importante diz respeito à estrutura fundiária, pois cerca de 81,91% das propriedades têm menos de 10 hectares⁶⁸. Esse fato é possível devido ao parcelamento de lotes antigos, que foram vendidos por motivos de crise econômica, que forçou a venda das terras dos agricultores, transformando-as em loteamentos.

Além dos 81,91% das terras serem ocupadas por pequenos estabelecimentos, o restante está dividido entre 11 a 100 estabelecimentos que detêm 17,49%, ficando para os estabelecimentos com mais de 100 ha cerca de 0,58% do total. O uso de insumos químicos ganha destaque e têm por função corrigir o solo e controlar as pragas da lavoura. Os insumos automotrizes, como tratores, colheitadeiras, máquinas para plantio e colheita e outros utilitários, também são utilizados pelos agricultores.

⁶⁶ Está associada à agricultura convencional a: utilização de um conjunto de técnicas em que se destaca principalmente o uso e desgaste do solo, utilização de agrotóxicos no combate às doenças, tratores, irrigadores, fertilizantes, mão de obra pouco especializada e trabalho árduo.

⁶⁷ É considerado pequeno agricultor aquele que tem menos de 100 hectares, conforme o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA). Em Ibiúna, os dados demonstram que aproximadamente 81,91% das propriedades têm menos de 10 hectares. Porém, dentro desses pequenos agricultores, existem hierarquias dos usos agrícolas diferenciados do espaço geográfico.

⁶⁸ Cf. o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, Francisco Edivan Pereira, cerca de 99% das propriedades estão irregulares em termos jurídicos. São alqueires de terras, que na maioria das vezes, o proprietário faleceu e a área foi desmembrada para filhos ou outros que não fazem espólio da transferência, todavia o INCRA não contabiliza essa divisão. Outro fator emblemático, para Pereira, refere-se ao fato de que cerca de 90% dos trabalhadores empregados na agricultura não possuem contratos por vias legais. Entrevista realizada por nós, em 25 de outubro de 2006, concedida por Francisco Edivan Pereira, presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Ibiúna.

Tabela 08 – Ibiúna (SP) - Distribuição relativa do número de estabelecimentos segundo o tamanho, 1995/96

ÁREA	Estabelecimentos	Concentração %
Menos de 10	1400	81,91
De 11 a 100	299	17,49
De 101 a 200	10	0,58
TOTAL	1709	100

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 1995/1996. Organização da tabela: Elisângela Couto.

As relações sociais entre os agricultores de Ibiúna formam redes de solidariedades orgânicas na medida em que há empréstimos entre si de instrumentos de trabalho e apoio em casos de quebra da lavoura, como aconteceu em meados da década de 1990, com a crise econômica, a partir da qual muitos agricultores tiveram de formar grupos e associações para sobreviver da agricultura. Outras solidariedades formadas dizem respeito à constituição de associações, como a Associação dos Produtores Rurais de Vargem Grande, iniciada pelo sr. Eduardo Bittencourt, agricultor de verduras hidropônicas em Ibiúna, já composta por 49 produtores. O grupo já conseguiu reduzir gastos na compra de insumos em até 30% por meio de compra conjunta em 2006.

Todavia, o acontecer hierárquico⁶⁹ é quem comanda as ações, não somente em Ibiúna, como nos demais lugares do território. O caso mais grave fica por conta dos menores agricultores que são obrigados a vender a produção a preços bem inferiores daqueles cobrados pelos demais, por estarem à margem de apoios em relação à assistência técnica pública, à falta de informações de valores de vendas etc. Muitos dos agricultores entrevistados admitem que não sabem vender e, com isso, outros agentes, como os intermediários, aproveitam e praticam os preços que acharem adequados.

De acordo com o agrônomo responsável pela Secretaria da Agricultura de Ibiúna, Carlos Rombini⁷⁰, embora a modernização agrícola tenha trazido uma maior produção para o município, ainda é grande a diferença de técnicas utilizadas entre os

⁶⁹ Milton Santos classifica em três níveis a idéia de *acontecer solidário*: o primeiro seria o *acontecer homólogo*; áreas de produção agrícola ou urbana que se modernizam por meio de informação especializada que cria uma similitude de atividades, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área. O *acontecer complementar* é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, conseqüência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. O *acontecer hierárquico* é um dos resultados da racionalização das atividades e se faz sob uma organização que tende a ser concentrada e que contribui à produção de um sentido, impresso na vida dos homens e na vida do espaço (SANTOS, 1994).

⁷⁰ Entrevista realizada por nós, em 06 de outubro de 2006, concedida por Carlos Rombini, agrônomo responsável da Casa da Agricultura de Ibiúna.

agricultores e muitos deles alugam tratores e outros utilitários para trabalhar com a lavoura. A dificuldade de produção e comercialização é o fator principal que acaba por prejudicar os agricultores em Ibiúna.

As dificuldades de sobrevivência da agricultura começam já na esfera pública local, uma vez que não existem técnicos agrônomos suficientes⁷¹ (apenas 1) para a visita dos 4.000 estabelecimentos. Assim, muitos utilizam de conhecimentos passados de gerações anteriores para trabalhar na lavoura. Diante disso, muitos são os problemas encontrados no cotidiano dos agricultores de Ibiúna, alguns associados ao manejo impróprio do solo, excesso de produtos agrotóxicos, inexistência de proteções e roupas específicas e crianças que substituem a escola e o tempo de lazer pelo trabalho na lavoura.

Apesar desses problemas, nas vinte propriedades visitadas durante o trabalho de campo, havia pelo menos um item modernizador (ver o quadro seguinte) direcionado para a agricultura.

Zaroni e Carmo (2006) colaboram na questão metodológica instrumental para se averiguar os principais parâmetros da modernização da agricultura. Assim, por meio dessa metodologia, avaliamos o município de Ibiúna, com o objetivo de averiguar a existência e a intensidade de determinados instrumentos dessa modernização. Recorremos, então, à seguinte tipologia, constatada em Ibiúna, conforme o quadro a seguir:

⁷¹ Existe apenas 1 técnico agrícola para a visita de todas as propriedades rurais de Ibiúna, o que acaba não acontecendo, uma vez que, esse técnico também é o responsável pelos assuntos burocráticos, o que o leva a ficar na Secretaria da Agricultura diariamente.

- **Relações sociais para a produção:** a) tem renda da família fora do estabelecimento; b) contrata mão-de-obra temporária.
- **Acesso a instrumentos de apoio à produção:** a) associado à cooperativa são a minoria; b) associado ao sindicato rural são a maioria; c) a maioria dos agricultores não faz crédito de investimento e custeio; d) cerca de 40% recebe assistência técnica particular.
- **Capitalização para o financiamento da produção:** a) máquinas e equipamentos são próprios ou alugados, tem 2 ou mais tratores; b) tem equipamento para irrigação convencional (maioria) ou gotejamento (minoria); c) 95% têm veículos próprios ou fretados como é o caso dos associados à CAISP (Cooperativa Agropecuária de Ibiúna). Duas propriedades visitadas tinham veículos, porém, não necessitavam transportar as mercadorias uma vez que, os intermediários retiravam no local.
- **Tecnologia para a produção agropecuária em equipamentos motomecânicos e em manejo do solo:** a) cerca de 40% faz curva de nível no cultivo temporário; b) o acesso é difícil em cerca de 75% das propriedades devido à ausência de ruas mais largas, com iluminação e condições de estradas de terra inadequadas em épocas de chuva.
- **Capital em bem permanente:** a) cerca de 85% apresentam somente uma residência e trabalhavam no local de moradia; b) todas apresentavam dois ou mais itens de infra-estrutura geral.
- **Comercialização:** a) faz auto-consumo da produção; b) cerca de 1%, vende a produção diretamente ao consumidor final; c) cerca de 99% vendem a produção ao intermediário. Nesse caso, incluiu-se a CAISP, o agricultor que planta e compra a produção de outros e o intermediário que somente compra a produção.
- **Diferença na lógica produtiva:** a) todas apresentavam mão-de-obra familiar e mão-de-obra contratada com mais de dois funcionários; b) algum membro da família trabalha fora do estabelecimento; c) todos são proprietários das terras.
- **Diferenciação entre fontes de renda:** a) pelo menos uma fonte de renda urbana. Em algumas propriedades os filhos pequenos somente estudavam, em outras propriedades, cerca de 20% das mulheres trabalham como doméstica e as filhas estudam e trabalham no centro de Ibiúna complementando a renda da família; b) os jovens homens com maior nível de escolaridade (ensino médio) estudam e trabalham em atividades urbanas em Sorocaba, Ibiúna e região metropolitana da capital. Já os adultos com mais de 30 anos e escolaridade inferior ao ensino médio trabalham desde criança na lavoura; c) outro grupo de produtores adultos com escolaridade acima do ensino fundamental ou especialização na área e trabalham em atividades agropecuárias mais modernas como é o caso da hidroponia, criação de avestruz e cabras.

Para o agrônomo responsável pelo sindicato patronal de Ibiúna, João Borba (2006), a inserção de técnicas novas nas propriedades agrícolas é fundamental. Apesar disso, muitos agricultores resistem ao novo:

O problema é que os nativos daqui são muito antigos. Como o meu avô fazia, eu faço. Ou seja, a tecnologia está chegando um pouco tarde para eles. Mas vai ter de chegar, senão eles ficam para trás. Há um tempo atrás, a organização dava-se pelos safristas, ou seja, tinha uma safra de batata, de tomate e repolho. Hoje não. Eles têm um *mix* de variedades de verduras: alface, rúcula, almeirão, brócolis etc. Então mudou o perfil, com isso o agricultor tem de se adaptar, planejar o que vai fazer, como vai fazer, pra quem vender (BORBA, 2006) ⁷².

A presença de agentes públicos e privados direcionados direciona novas formas de organização. Essa imposição da diversificação da produção obriga os agricultores diversificarem os métodos de produção, pois para as racionalidades hegemônicas é seria necessária a inserção nos tempos da modernidade, se quiserem sobreviver no mercado agrícola. Para Francisco Edivan Pereira (2006)⁷³, a inexistência de políticas públicas é a principal causa da saída dos agricultores da lavoura:

As alternativas seriam, primeiro: o reconhecimento do poder público em ver que quem sustenta Ibiúna é a agricultura e dessa forma direcionar mais os recursos para a agricultura, assistência técnica etc. Segundo: motivar a agricultura para uma nova situação que é a ambiental, uma vez que Ibiúna é considerada reserva ambiental e terceiro: o poder público perceber que existem programas federais (PRONAF) e que em Ibiúna não estão chegando satisfatoriamente.

Sem respaldo de políticas públicas e privadas, o agricultor acaba sendo forçado a aderir aos novos usos de cultivos, distantes das necessidades do lugar, uma vez que, se não o fizer, pode encerrar suas atividades na lavoura, como foi o caso de muitos agricultores de Ibiúna que acabaram saindo da lavoura devido à queda de

⁷² Entrevista realizada por nós, no dia 06 de outubro de 2006, concedida pelo senhor João Borba, agrônomo responsável pelo Sindicato Rural Patronal de Ibiúna.

⁷³ Entrevista realizada por nós, em 25 de outubro de 2006, concedida por Francisco Edivan Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiúna.

produtos por preço, modernização de equipamentos e por ideologias como a substituição de cultivos manejados por vias tradicionais e que estão sendo substituídos por cultivos orgânicos e hidropônicos.

Assim, alguns agricultores mais capitalizados direcionam suas ações na produção de orgânicos, hidropônicos, enquanto os agricultores convencionais⁷⁴, que continuam com a forma de produção tradicional, sobrevivem na agricultura por terem boas condições financeiras e modernizam continuamente suas práticas de produção. São os novos usos do espaço comandados por agentes hegemônicos.

As dificuldades encontradas na agricultura, em Ibiúna, são, em grande medida, semelhantes às dos municípios que trabalham com a horticultura. Noronha e Hespanhol (2005) identificaram as mesmas dificuldades ao estudar a horticultura em Presidente Prudente, tais como a disputa entre pequenos e grandes agricultores pelas principais vias de comercialização (supermercados), a permanência e a inserção do produtor num mercado estável, as exigências em relação à forma de comercializar a produção (custos com as embalagens) e a oscilação da atividade hortícola no decorrer do ano.

Para muitos agricultores de Ibiúna, assim como de outros municípios do território brasileiro, a modernização da agricultura significou, de um lado, o emprego de máquinas, de tratores, aplicação de defensivos agrícolas e fertilizantes que elevaram a produtividade e o preço da terra, e, de outro lado, uma grande exclusão de pessoas do campo. As que permaneceram ou que voltaram para o campo ocupam-se das atividades agrícolas, com alto número de famílias rurais desempregadas. Outra parcela que está no campo encontra-se ocupada em atividades não agrícolas, como é o caso do trabalho doméstico para aumentar a renda da família. (NASCIMENTO, 2004).

Conforme informações dos sindicatos de Ibiúna, cerca de 5% dos agricultores não conseguiram sobreviver da agricultura e 2003. Diante disso, acabaram por vender a preços irrisórios suas propriedades e favorecem com isso a especulação imobiliária que, desde a década de 1990, avança em Ibiúna, transformando propriedades que outrora eram voltadas para a lavoura em condomínios luxuosos e em segundas residências. O processo é ocasionado pela expansão urbana pela qual passa o município.

⁷⁴ Um total de nove agricultores de acordo com informações obtidas na CEAGESP em 2006, compram a produção dos demais e as vende nos arredores da capital. Há uma espécie de monopolização da horticultura em Ibiúna.

O estabelecimento imobiliário da figura 05 representa um dos mais promissores ramos instalados em Ibiúna. Frequentemente são abertas mais imobiliárias que têm, como principais atrativos, as facilidades de pagamento, os preços de venda de imóveis (não tão caros como os de outros municípios) e as belezas 'naturais' do lugar (as quedas d'água e as trilhas ecológicas). Outra importante rede de *psicosfera* (SANTOS, 1996), utilizada pelas imobiliárias e pelo poder municipal, refere-se às comemorações religiosas, como é o caso da Festa de São Sebastião, comemoração que reúne o maior número de festeiros da região.

Fotografia 05: Imobiliária localizada na rodovia Bunjiro Nakao que liga Ibiúna à capital e região metropolitana. Na rodovia estão instaladas muitas estratégias de propaganda que anunciam a venda de imóveis em Ibiúna. Essa rodovia é a principal via de integração também com os municípios de Piedade e Tapirai.
Autoria: Elisânela Couto - 10/09/2006.

A chegada de novos habitantes (vindos de municípios mais próximos, com maior destaque para a região metropolitana, como Cotia, Osasco, Carapicuíba e São Paulo) fez a população aumentar de 31.786 habitantes na década de 1980, para 49.187 habitantes, na década de 1990, segundo dados do IBGE. As estimativas do instituto apontam para uma população de 73.905 habitantes no ano de 2005. As relações de produção são dadas pelo trabalho agrícola que concentra uma população rural maior no campo que na cidade. De acordo com o censo de 2000 do IBGE, de um total de

64.384 pessoas, cerca de 43.028 estavam na área rural enquanto 21.356 concentravam-se na área urbana de Ibiúna.

Tabela 10 – Ibiúna (SP) - Crescimento demográfico do município, 1950 a 2000

IBIÚNA / ANO: 1950 - 2005	População	População Urbana	População rural	% aumento Pop. urbana	% aumento Pop. rural
1950	18.072	2.035	16.037	11,26	88,74
1960	23.671	3.497	20.174	14,78	85,22
1970	24.410	6.520	17.871	26,71	73,29
1980	31.786	19.025	12.801	59,85	40,15
1991	49.187	17.698	31.489	35,98	64,02
1996*	45.920	19.680	36.240	42,85	57,15
2000	64.384	21.356	43.028	33,19	66,81
2005**	73.905				

* Contagem da população em 1996. **População estimada em 01.07.2005.

Fonte: IBGE, 2000. Disponível no site <<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em 18/01/2006. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Essa expansão constitui-se num dado preocupante, uma vez que a crescente valorização do uso do solo acaba por expulsar a população mais pobre para áreas mais distantes dos equipamentos urbanos. A questão torna-se pior na medida em que mesmo áreas mais afastadas do centro são transformadas em condomínios (figura 06) e são construídas infra-estruturas para o atendimento de uma classe social diferente daquela que habitava o local. A figura 06 retrata um dos diversos condomínios instalados no município e existem outros inúmeros que estão sendo construídos. Neles é comum ter notícias de quem acaba passando os finais de semana e feriados ou, até mesmo, pessoas que decidiram morar definitivamente no local. Assim, há constante presença de atores, representantes da política e grandes empresários conhecidos nacionalmente, que constroem monumentais residências nesses condomínios luxuosos.

Figura 06: Um dos mais de 20 condomínios de luxo, construídos em Ibiúna. Está localizado na Rodovia Bunjiro Nakao. Grandes personalidades conhecidas nacionalmente possuem residências nesse condomínio. Autoria: Elisângela Couto - 10/09/2006.

A partir da crescente expansão urbana, pode haver um recuo da produção de hortaliças, uma vez que, além das condições insatisfatórias na lavoura, há também o problema da especulação imobiliária, que empurra o agricultor para áreas mais distantes quando não o força a desistir da lavoura. Assim, num prazo de curto a médio, o abastecimento dos mercados próximos a Ibiúna podem ser prejudicados, assim como o conjunto de seus moradores e trabalhadores.

Como se não bastassem as dificuldades de sobrevivência na agricultura, as relações são, agora, direcionadas para os agentes, como os supermercados, que se destacam no ramo da horticultura. Compram os produtos dos agricultores e promovem um conjunto de padronização e preços, de acordo com o consumo, que deverão ser cumpridos pelos produtores, causando maior racionalização dessas atividades, bem como maior controle sobre os agricultores. No circuito inferior, alguns agricultores procuram possibilidades de sobrevivência no setor hortícola vendendo suas mercadorias nas ruas mais movimentadas da cidade, sendo uma das alternativas para fugir dos intermediários.

Embora novos usos sejam instalados, as condições de sobrevivência para a maioria dos agricultores, em Ibiúna, são insatisfatórias. Os supermercados e os intermediários conseguem melhores lucros, pois vendem a preços que ultrapassam três vezes o valor real das mercadorias. O circuito superior, comandado, nesse caso, pela rede de supermercados, e incluiríamos a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), acaba por impor normas para a inserção dos agricultores nessas redes.

Os supermercados, a esfera pública, a mídia e outros agentes do circuito superior racionalizam crescentemente o cotidiano, não somente dos agricultores, mas também de todas as pessoas do território brasileiro. Com ações verticalizadas, determinam, por meio da economia, das finanças, da política, da cultura, os espaços utilizados para fins que inserem a sociedade como um instrumento que garanta, principalmente, maiores lucros econômicos e não como a razão principal de suas ações, objetivando a garantia do bem-estar de todos. Isso expressa a relação de inversão entre as coisas e os homens, comentada no início da pesquisa.

Os espaços, cada vez mais articulados, construídos a partir de uma modernidade amparada pelo crescente desenvolvimento tecnológico, dada pela razão instrumental, trazem os resultados de ações setoriais que não solucionam os problemas reais da sociedade, como a saúde, a educação, os transportes, a moradia e outros. Assim, os progressos nos setores de telecomunicações, nas ciências médicas, nas ciências da engenharia mecânica e petroquímica etc., inserem o território brasileiro em macro políticas, todavia, as condições de existência para a maioria dos homens continuam carecer de cuidados.

As modernizações na agricultura, como as alterações nas espécies animais e vegetais (que têm sido constantemente alteradas pela genética que as adapta às diversas condições ecológicas, assim como as variedades de maior produtividade), as mudanças nas condições de trabalho agrícola (a entrada da máquina permitiu a redução dos custos de produção, maior mobilidade do agricultor, assim como na realização das tarefas que exigem maior controle de produção), as transformações das condições ecológicas (o desenvolvimento da ciência dos solos e da engenharia tem permitido a alteração das condições pedológicas e de declividade por intermédio da fertilização artificial, construção de terraços, diques e traçado de curvas de nível), o desenvolvimento de novas condições de circulação e mudanças nos meios de

administração rural (DINIZ, 1986, p.126), têm apontado o caráter sistemático de se modernizar as bases técnicas, por meio de investimentos em sistemas de engenharia e informação, sendo que as políticas públicas fizeram com que, desde o início, os maiores beneficiados fossem os grandes agentes hegemônicos envolvidos no setor agrícola.

As políticas de abastecimento foram pontos importantes no processo de expansão do consumo de alimentos, com a abertura de vários órgãos para a minimização do problema. A modernização do mercado interno era vista como uma possibilidade de diminuição do problema de abastecimento alimentar. Acreditava-se que as novas tecnologias e a ciência, buscando formas mais eficientes de produção, juntas, seriam capazes de minimizar os problemas de abastecimento. Mas, todo esse processo e mesmo a proposta contida nele de enxergar a modernização da agricultura como impulsionadora da inserção do país no contexto de exportação não foram capazes de erradicar o problema da fome no país.

A partir de reuniões internacionais, em 2000, vários chefes de Estado, comprometeram-se a acabar com o problema da fome até o ano de 2015. Para atender às diretrizes dessa reunião, o governo federal promoveu alterações no CONSEA, por meio da Medida Provisória n.º 103, de 1º de janeiro de 2003 (regulamentada pelo Decreto 4.582, de 30 de janeiro de 2003) que visa a atender a população carente. Outro programa do governo federal é o *Fome Zero*, que está estruturado em quatro eixos fundamentais: (a) transferências diretas de renda para as famílias mais pobres; (b) políticas estruturais de geração de emprego e renda; (c) políticas específicas de combate à fome e de promoção do acesso aos alimentos e (d) políticas emergenciais para os grupos mais vulnerabilizados. Contudo, tais políticas ainda não resolveram o problema da fome no Brasil (VILEILA, 2006).

CAPÍTULO III

As principais redes organizacionais de comercialização e a inserção dos agricultores de Ibiúna nesses circuitos

“Mas o fato de que a norma se tornou indispensável ao processo produtivo conduz, ao mesmo tempo, à sua proliferação e leva, naturalmente, a um conflito de normas que o mercado não basta para resolver” (MILTON SANTOS, 2002, p. 336).

A partir de um conjunto de ações que tendem tornar o território um recurso utilizado por grupos corporativistas, novas formas de usos do tempo e do espaço começam a surgir no território brasileiro. Em Ibiúna, esses usos são absorvidos a partir das necessidades mercadológicas e, por outro lado, as relações sociais tornam-se instrumentos das racionalidades dos fins. Para ratificá-los, é preciso que haja a legitimidade que se dá a partir do envolvimento de esferas públicas e privadas que constroem direta ou indiretamente normatizações que reorganizam esses usos e impõem aos agricultores o que deve ser produzido.

3.1 – Constituição do cinturão verde e seu deslocamento para Ibiúna

Até o século XIX, o abastecimento alimentar da capital era basicamente feito pelo cinturão caipira⁷⁵, formado por chácaras ao redor da capital paulista. A partir de então, na capital, as chácaras começavam a dar lugar aos arruamentos devido à expansão urbana. Com o aumento da demanda e diversificação da produção hortícola, houve uma maior racionalização do espaço geográfico local, sobretudo, com a chegada dos japoneses, que definiram de forma clara o caráter comercial das atividades hortifrutigranjeiras em torno da cidade de São Paulo, cujas áreas produtoras se afastavam conforme a expansão se estabelecia (SEABRA, 1969, p.08).

A institucionalização do cinturão verde em São Paulo teve início em 1952, com Lucas Nogueira Garcez, que implementou o Plano Quadrienal Administrativo, em que foi criado o Serviço de Fomento Agropecuário da Capital, com finalidades de aumentar a produção, o abastecimento e o atendimento aos agricultores rurais, com a

⁷⁵ O cinturão caipira era constituído por propriedades agrícolas de médio porte (60-240 ha), pertencentes em grande parte a luso-brasileiros, onde o sistema de cultivo era a agricultura itinerante. Cultivava-se principalmente milho, feijão e batata, mas as áreas agrícolas representavam menos de 10% das terras. Estas atividades foram encerradas com a chegada dos estrangeiros, em especial, os italianos, os portugueses, os espanhóis e, principalmente, os japoneses que deram início à implantação de culturas comerciais mais extensas, voltadas para abastecer as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Santos. O cinturão caipira foi então substituído gradativamente entre os anos de 1915 a 1940, por um cinturão hortifrutigranjeiro com plantações de tomate, batata, ovos, alcachofra, criação de frango etc (SEABRA, 1969).

O cinturão verde é atualmente constituído por 73 municípios e integra parte da Reserva da Biosfera, criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1994.

criação das Casas de Agricultura e assistências técnicas para fins de expansão do abastecimento urbano (NORONHA; HESPANHOL, 2004).

A urbanização, a escassez de mão-de-obra especializada, a especulação imobiliária, o envelhecimento dos agricultores, a ida para outros países de seus descendentes, as condições do solo, a força de trabalho que se dirigia para a indústria, a poluição dos cursos d'água com o uso de defensivos agrícolas e a construção da rodovia Raposo Tavares estão entre as causas que contribuíram para o deslocamento do cinturão verde do entorno da capital para municípios como Ibiúna, processo que se deu entre os anos 1973 e 1980. Outros fatores colaboraram para que o cultivo de hortaliças continuasse a acompanhar a tendência do deslocamento, dos quais se destacam: a melhoria da malha rodoviária que liga a capital a outros municípios (Campinas, por exemplo) e o baixo consumo devido à queda do ritmo de crescimento do país a partir de 1985.

O deslocamento do cinturão verde esteve associado principalmente ao crescimento urbano da cidade de São Paulo, pois se, de um lado, fora aumentada a demanda por produtos hortícolas, de outro, esse processo empurrou para lugares mais distantes as atividades agrícolas, que antes eram realizadas nos arredores da região metropolitana. Para Vieira (1988, p.55): *“A permanência de atividades ligadas ao abastecimento alimentar junto às áreas urbanizadas pode apresentar vida curta, pois na medida em que o processo avança, as terras vão sendo mais valorizadas e as atividades econômicas, que não conseguem acompanhar, acabam sendo abandonadas ou expulsas para as áreas mais distantes”*.

Os produtos com menor durabilidade afastaram-se menos, como é o caso da alface que, nos últimos anos, é um dos produtos mais cultivados em Ibiúna, enquanto os legumes como tomate e pimentão, foram para áreas mais distantes. Como em geral a agricultura de Ibiúna recebeu novas tecnologias, isso acabou por favorecer a diversificação de seus produtos. A partir dos anos de 1970, houve maior diversidade da produção. Os cultivos da alface, couve-flor, repolho, abobrinha, cenoura, pimentão e tomate foram os produtos mais comercializados nesse período (UENO, 1985).

Dessa forma, a produção de folhosas, como é o caso de Ibiúna, é realizada principalmente para o abastecimento regional que envolve distâncias que não ultrapassam 300 km. Essa é a razão da existência dos cinturões verdes nas médias e grandes cidades. Somente o Estado de São Paulo produz cerca de 40% da produção

nacional de folhosas e, colabora no abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (SAA, 2003). Estar próximo ao mercado consumidor é um grande avanço para o tipo de produto que Ibiúna comercializa: *“Como Ibiúna está bem próximo à capital paulista, tornou-se o maior centro fornecedor de produtos agrícolas ao povo paulistano”* (CCI, 1998, p.22).

Esse dinamismo, associado à chegada de novas tecnologias na agricultura paulista, possibilitou um rearranjo espacial da produção hortícola especializações na produção de ovos, de batata, de frutas, de hortaliças etc. Conforme SEABRA (1969, p.223):

A expansão para outras áreas reflete, em numerosos casos, um melhor aproveitamento das condições naturais em geral, na medida em que se descobrem e se utilizam novas zonas também em função das épocas em que estas permitem a produção de determinados gêneros em melhores condições que outras. Esse fato é política consciente destas organizações, isto é, o objetivo de se ter disponível para comercialização diversos produtos no maior tempo possível durante o ano.

A entrada de tecnologias, associadas ao novo período, colaborou para o desenvolvimento da atividade hortifrutigranjeira que demonstrou, desde o início, requerer condições propícias para um bom desempenho, sendo necessária a aplicação de uma variedade de técnicas agrônomicas e a utilização de insumos industriais. Nesse sentido, o cinturão verde, desde sua constituição, esteve marcado pela integração entre indústria e agricultura. Essa união corrobora para reafirmar as colocações do capítulo anterior, que tinha como pressuposto as transformações da agricultura brasileira a partir de mentalidades político-econômicas que viam na modernização agrícola o instrumento de fomento ao desenvolvimento do país, o que possibilitou a entrada de grandes indústrias de insumos químicos e maquinarias no território brasileiro.

O deslocamento do cinturão direcionava-se também para Minas Gerais e Paraná⁷⁶, Estados que possuem altos graus de mecanização da agricultura. Dessa forma, a racionalidade dos atores hegemônicos, mesmo afastando determinadas atividades agrícolas do Estado de São Paulo, colocava-as em áreas que já possuíam

⁷⁶ Refere-se aos benefícios fiscais que esses estados davam às empresas que se instalassem por lá. Muitos agricultores de Ibiúna deslocaram-se para Minas Gerais que hoje é o maior produtor de batata, feijão e tomate, enquanto o Paraná produz batata, feijão e cebola. Disponível no site <http://www.agricultura.gov.br_2004> Acesso em: 15/07/2005.

certos graus de modernização agrícola ou que eram suscetíveis a ela. Todavia, a crescente especialização em tornar áreas inapropriadas em férteis é uma das principais conquistas do binômio ciência e técnica. A ampliação das zonas hortifrutigranjeiras e a criação das áreas especializadas acompanham, *“O processo de crescimento dos mercados paulistano e carioca, sobretudo, a criação de importantes centros de produção, mais ou menos especializados, em áreas distantes do principal mercado: a cidade de São Paulo”* (SEABRA, 1969, p.221). No mesmo sentido, a criação de organizações dava suporte para o deslocamento dessas atividades, uma vez que foram criadas: as CEASAs; Paraná, Recife e Porto Alegre.

Diante do afastamento de determinados cultivos, os EDR (Escritórios de Desenvolvimento Rural) foram reorganizados de acordo com a especialização a que cada um deve desempenhar. Ao analisar os principais produtos de Ibiúna, foi feita uma pesquisa de quais outros municípios produziam os mesmos produtos, como também quais cultivos que se destacam em outros EDRs⁷⁷, no ano de 2005. Dessa forma, o EDR de Mogi e Sorocaba (que integra Ibiúna) são os líderes na produção de alface, brócolis e cenoura. O EDR de Sorocaba mantém destaque, pois possui sozinho o predomínio de cebola, couve-flor e repolho, seguido pelo EDR de São Paulo que também leva vantagem na produção desses cultivos. Os EDRs de Jaboticabal e de São João da Boa Vista ficam na terceira posição nos cultivos da cebola e do repolho.

É observada a importância do EDR de Sorocaba, que aparece como protagonista no cultivo de alguns principais produtos do cinturão verde de São Paulo. Todavia, a EDR de Mogi das Cruzes também tem grande destaque. Outros produtos que não se destacam no EDR de Sorocaba, mas apontam para a especialização de determinados cultivos estão associados aos EDRs de Assis e de Orlândia com a produção de milho e aos de Itapeva, Campinas e Mogi das Cruzes que lideram a produção do tomate.

⁷⁷ O EDR é uma proposta de regionalização do Estado de São Paulo com base nas atividades agropecuárias. Estão divididos entre os municípios de: Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Barretos, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Catanduva, Dracena, Fernandópolis, Franca, General Salgado, Garatinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jaboticabal, Jales, Jaú, Limeira, Lins, Marília, Mogi das Cruzes, Mogi-Mirim, Orlândia, Ourinhos, Pindamonhagaba, Piracicaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Registro, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, Tupã e Votuporanga (IEA, 2006). Disponível no site <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>> Acesso em 28/07/2006.

Os dados da tabela 11 demonstram o predomínio do EDR de Sorocaba no escoamento da produção da abobrinha, da beterraba e do repolho, enquanto houve uma maior participação do EDR de Mogi em relação ao pimentão e à alface. Assim, o EDR de Sorocaba foi um dos principais responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana em 2005, em relação aos produtos da tabela. Os dados demonstram ainda a superioridade do EDR de Sorocaba sobre o de Mogi das Cruzes, demonstrando que muitos produtos apresentam índices acima de 30%.

Tabela 11 – Produção dos EDRs Mogi das Cruzes e Sorocaba (%), 2005

EDR 2005	Abobrinha	Alface	Beterraba	Cenoura	Pimentão	Repolho	Total de todos os EDR*
Mogi das Cruzes	7,43	28,37	34,34	20,40	13,65	13,91	100%
Sorocaba	16,55	6,71	35,11	35,40	4,22	46,01	100%

*total de 40 EDR.

Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola). Ano: 2005. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Embora o tomate não seja um dos principais produtos dos EDR de São Paulo, de Sorocaba e de Mogi, é o cultivo que prevalece no Estado de São Paulo, com 11.014 toneladas produzidas em 2004, concentradas nos municípios de Itapeva e região de Campinas. A produção total de tomates é de cerca de 40.803 toneladas em todo o país, espalhadas nos Estados de São Paulo, com 26,99%, de Goiás, com 18,49%, de Minas Gerais, com 16,48%, da Bahia, com 8,37% e do Rio de Janeiro, com 6,58%, segundo dados do IBGE (2006)⁷⁸.

A concentração da batata aparece como outro fator de especialização dos lugares. No Estado de Minas Gerais, esse cultivo aparece com 28,75%, seguido pelo Paraná, com 23,81%, por São Paulo, com 23,52%, pelo Rio Grande do Sul, com 14,02% e pela Bahia, com 1,94%. Em relação à cebola, produto forte no município de Ibiúna nas duas décadas anteriores, agora tem como principais produtores os Estados de Santa Catarina, outros municípios de São Paulo, do Rio Grande do Sul, da Bahia e do Paraná, respectivamente (IBGE, 2006).

⁷⁸ Dados referentes aos anos de 1990 a 2004. Disponível no site <<http://www.ibge.gov.br/estatísticas>> Acesso em 28/07/2006.

Se, no censo agropecuário de 1995/96, destacava-se, em Ibiúna, a produção de repolho, brócolis, alface, escarola (que ainda são alguns dos principais cultivos), havia também a produção de milho e de cenoura. Atualmente, essas duas culturas não têm grande expressividade no município, assim como a batata e a cebola.

Quando analisados, esses EDRs demonstram que a tendência (mesmo em escalas pequenas como na região do cinturão verde) à especialização produtiva no uso dos espaços agrícolas é evidente, uma vez que cada área é utilizada de acordo com o cultivo de maior demanda, como é o caso da alface, do repolho, do brócolis, da couve-flor, da cenoura, da cebola, do coentro, da escarola e da salsa, produzidos próximos dos mercados consumidores.

Outro ponto importante a ser levantado, por um lado, refere-se à diminuição da área produzida dessas culturas e, por outro lado, ao aumento da produção. Assim, as novas tecnologias utilizadas no campo são as responsáveis pela redução da área e pelo aumento da produtividade dos cultivares no território brasileiro. Todavia, se houve uma redução da área houve também concentração entre os agentes hegemônicos que ditam os circuitos de produção, as tecnologias utilizadas e as sementes que os agricultores devem adquirir.

O interesse cada vez maior pela informática no campo é outro destaque que reflete a expansão do meio técnico-científico e informacional. O gerente de vendas da distribuidora de ovos JB, Valnei José Brandão, comentou, anteriormente, anotavam-se os pedidos num bloco de notas. Agora com o uso do *palm*, os dados vão direto para o computador, que monta planilha, emite nota fiscal e programa as entregas para o dia seguinte. Se antes esse processo levava 7 horas, agora é feito em 1 hora e meia (O ESTADO DE SÃO PAULO, CADERNO G, 2006).

Em Ibiúna, os agricultores, trabalhadores cooperados e trabalhadores dos circuitos inferior e superior garantem a realização das formas de produção e comercialização do EDR de Sorocaba, mesmo sendo submetidos às normas, às idéias e ao capital de agentes externos. No processo de abastecimento da região metropolitana, a horticultura envolve um conjunto de pessoas e lugares que são dependentes entre si para que a realização das formas de produção e de comercialização extrapole a esfera local e siga para outros Estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Um dos principais colaboradores no processo de racionalização de produção e comercialização da horticultura é a CEAGESP. Por meio dessa organização passam diariamente toneladas de produtos vendidos em todo o país. Grande parte das hortícolas folhosas vem do município de Ibiúna que se torna um dos principais responsáveis pelo escoamento e abastecimento de hortalças nos mercados da região metropolitana de São Paulo.

3.2 - A importância de Ibiúna para o abastecimento da CEAGESP

Acompanhando o ritmo das políticas agrícolas no Estado de São, foram inauguradas, em 1966, as CEASAs. Sua criação esteve relacionada à história do Mercado Central e da Cantareira. Devido às constantes inundações (figura 07), ao sufocamento da comercialização e aos grandes congestionamentos de trânsito nos arredores do Mercado da Cantareira, foi necessário construir novos centros de abastecimento (UMBELINO DE OLIVEIRA, 2004). Em 1969, as CEASAs receberam uma nova denominação – CEAGESP, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que buscava um maior controle e racionalização concentrada do cultivo de produtos hortícolas. No final da década de 1970, teve início o processo de descentralização e construção de mais centrais de abastecimento.

Fotografia 07: Enchentes na região do Mercado da Cantareira levaram diversos japoneses à CEAGESP - Autoria: CEAGESP, fevereiro /2007.

Conforme dados de Santana (2006, p.141), o destino dos hortifrutigranjeiros comercializados na CEAGESP, no ano de 1983, eram as feiras livres, com 48,4%, os supermercados, com 12,1%, e os mercados, com 11%. Numa linha do tempo, após 10 anos, ficava ainda para as feiras livres um montante de 28,8%, os supermercados compravam 16,7% e os mercados, 3,3%. O destaque foi a sensível perda dos mercados em relação às feiras e supermercados e a queda pela metade da participação das feiras livres. Já os supermercados tiveram um aumento considerável durante esse período.

Durante os anos de 1983 a 1993, as feiras livres dominavam a comercialização dos produtos na CEAGESP. Na década de 1990, outra forma de comércio que ganhou destaque foram os sacolões, que representavam 12,8% do total de hortícolas comercializado pela organização. Também a participação de outros CEASAs contribuiu com 18,7%, ficando na segunda posição, logo atrás das feiras com 28,8% (SANTANA, 2006).

Conforme entrevista recente, Watanabe (2007) aponta que a CEAGESP contribui com algo em torno de 60% do comércio de hortaliças do país. Na atualidade, conforme Watanabe (2006)⁷⁹: *“Quem mais compra aqui são supermercados, feiras, varejão, sacolões e consumidor”*.

Contudo, verifica-se que a organização vem perdendo o mercado de produtos para os supermercados, principalmente porque essas redes detêm cerca de 50% das vendas de produtos hortifrutigranjeiros. Grandes redes varejistas⁸⁰, como os supermercados, vêm criando suas próprias centrais de compras para o setor de hortifrutigranjeiros e apresentam entre outros fatores um menor custo logístico, decorrência de pedidos mais concentrados (negocia-se de uma só vez todos os pedidos), operações de carga e descarga mecanizadas etc.

⁷⁹ Entrevista realizada por nós, no dia 08 de outubro de 2006, concedida por Hélio Watanabe, responsável pelo controle de produção e comercialização da CEAGEESP.

⁸⁰ O setor varejista no Brasil costuma ser classificado da seguinte forma: a) redes de auto-serviço: produtos alimentícios dispostos em formato *self-service* e conforme o número de caixas na saída ele pode ser: supermercado, lojas de conveniência e hipermercado; b) tradicionais: venda dependente de atendimento, requerendo a presença de vendedor ou balconista, com menos de três caixas, caracterizadas pelo comércio de alcance local ou de vizinhança: armazéns, padarias e mercearias. Os supermercados são exigentes quanto à padronização, classificação e qualidade do produto; o transporte é, geralmente, por conta dos distribuidores; a compra é realizada de forma centralizada (a partir de 2000 toneladas) e não se utiliza a tabela de preços da CEAGESP; a assiduidade nas entregas é muito importante e trabalham com nichos de mercado como produtos orgânicos (SOUZA, 1998, p.12).

Hoje a movimentação de mercadorias das CEASAs responde também por cerca de 60% do abastecimento de hortícolas da Grande São Paulo. Verifica-se, desse modo, sua grande atuação na comercialização de hortícolas e armazenagem de grãos, conforme afirmado por Watanabe (2006)⁸¹, que apontou para a importância do fator distância como condicionante da produção da alface, que é um dos produtos menos resistentes. Inseriu Ibiúna como um lugar que contribui para esse tipo de cultivo:

Você pode pegar algumas folhagens, alface, escarola, agrião, acelga, tem uns produtos que são produzidos quase que em sua totalidade aqui. Alface você não vai trazer de Campinas, Santa Bárbara, porque é muito longe. Ainda tem que ser produzido num raio próximo de São Paulo, em Ibiúna, por exemplo, porque são perecíveis.

A especialização por determinados cultivos também aparece na tabela 12, uma vez que os principais produtos de Ibiúna, em 2004, foram repolho, alface, brócolis, catalonha, coentro, couve-flor, escarola, rúcula e salsa. Em Piedade, município vizinho de Ibiúna, destacaram-se a alface, a beterraba, a cebolinha, a cenoura, o nabo e o rabanete. No município de B. Mirim, o produto mais destacado foi o agrião, enquanto os demais municípios não tiveram significativa expressividade na questão da entrada de produtos na CEAGESP. O município de Mogi das Cruzes, um dos principais abastecedores de hortifrutigranjeiros da região metropolitana, na tabela não recebe maior destaque, porém, é um dos mais importantes do cinturão verde no que concerne à comercialização diretamente em feiras, supermercados, sacolões etc., que não passam diretamente pela CEAGESP.

⁸¹ Entrevista realizada por nós em 08 de outubro de 2006, concedida por Hélio Watanabe, responsável pelo controle de produção e comercialização da CEAGESP.

Tabela 12 – São Paulo - Maiores volumes de hortaliças comercializadas na CEAGESP/SP, 2004 (principais produtos por municípios selecionados, em toneladas)

Produtos	Ibiúna	Piedade	Sorocaba	B. Mirim	Mogi das Cruzes
Agrião	97,3	42,9	15,8	1.352,8	860,2
Alface*	6.526	5.258,3	118	452,9	1.217,1
Beterraba	421,9	943	3,1	18	55
Brócolis	4.411	2.311,1	174,5	65,8	192,9
Catalonha	283,3	104,2	1,7	5,5	17,7
Cebolinha	147,7	324,8	15,3	6,5	32,6
Cenoura	196,3	626,8	0,3	73,2	18,9
Coentro	968	1.069,3	336,5	40,1	77,4
Couve-flor	2.232	318,1	522,1	13,1	94,1
Escarola	1.393	421,6	14,8	91,2	580,8
Nabo	723	1.279,1	61,1	37,9	26,8
Rabanete	310,7	1.370,5	51,4	90,9	113,1
Repolho	37.151	9.334,2	2.134,1	456,1	1353,5
Rúcula	611,3	365	19,3	52,2	34,7
Salsa	1.061	522	25,8	6,2	27,1

*Estão somados a quantidade total que engloba a alface americana, crespa, lisa e romana.

Fonte: SANTANA (2006). In: A organização e inserção da produção de pequenas unidades agrícolas no mercado paulistano: os agricultores do bairro rural de Santo Ângelo.

De acordo com informações obtidas com Watanabe (2007), na CEAGESP, no ano de 2006, as relações comerciais concentravam-se em nove empresários, num total de 150. Esse pequeno número de empresas detinha as vendas de mais de 50% do volume dos produtos como repolho, brócolis, alface, cenoura, batata etc.

Contudo, os dados da tabela 13 indicam uma redução da entrada de produtos provenientes de Ibiúna entre os anos de 2004 e 2006, com exceção ao coentro e à salsa. O repolho sofreu queda, passando de 37.151 T para 27.788 T. O brócolis foi o cultivo que sofreu a maior queda, passando de 4.411 T para 2.754 T. A alface, apresentava em 2004, um montante de 6.526 T comercializadas e, em 2006, passou para 6.279 T. Em 2004, a quantidade de entradas de coentro na CEAGESP era de 968 T, e passou para para 989 T. A couve-flor, em 2004, era comercializada com um total de 2.232 T e, em 2006, esse número foi para 1.659 T. A escarola, em 2003, apresentava 1.393 T e passou para 1.211 T no ano de 2006. A salsa era comercializada em 2003 com 1.061 T. A partir de 2006, sua comercialização passou para 1.108 T. Por fim, o pimentão também sofreu queda, passando de 1.230 T, em 2003, para 804 T, no ano de 2006. Esse fenômeno pode indicar que Ibiúna, assim como Mogi das Cruzes, pode estar realizando gradualmente uma restrição de relações

comerciais com a CEAGESP e colocando seus produtos em outros pontos que não passam por essa organização⁸².

Tabela 13 – São Paulo - Comercialização na CEAGESP/SP dos produtos cultivados em Ibiúna (em toneladas)

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	37.151	4.411	6.526	968	2.232	1.393	1.061	1.230
2005	32.318	4.547	7.710	795	1.450	1.297	1.005	1.924
2006	27.788	2.754	6.279	989	1.659	1.211	1.108	804

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Esse fato está associado a mudanças de relações comerciais a partir da década de 1990. Assim, muitos atacadistas e varejistas optam por encomendar pedidos diretamente aos agricultores ou redes centrais de comercialização e distribuição, comprando a mercadoria dos agricultores e as vendendo para as grandes lojas.

Todavia, é necessário frisar que, embora a CEAGESP esteja perdendo mercado, ainda é o principal colaborador da entrada dos produtos de Ibiúna. Também controla e forma preços nacionais e, conforme Santos (2001, p.149), é um importante órgão de regulação dos calendários da circulação de mercadorias, interferindo nos circuitos de produção, uma vez que oferece locais de armazenagem e serviços como operações em bolsas de mercadorias.

A tabela 14 demonstra que, em geral, alguns produtos cultivados no Estado de São Paulo e que mantêm relações com a CEAGESP, tiveram queda no volume, como é o caso do repolho, do coentro, da couve-flor e da escarola. Já outros, como o brócolis, a alface e o pimentão, tiveram aumento de entrada.

⁸² As manifestações contrárias à comercialização com a CEAGESP vêm de agricultores e de organizações de Ibiúna. Alegam que encargos com frete, comissões de 18%, despesas com engradados, pagamentos após dois meses, controle de vendas, cheques sem fundo etc., são alguns dos principais pontos que afastam os agricultores da organização. Quem ganha, na CEAGESP, são aqueles que possuem boxes próprios e que vendem diretamente sua produção ao comprador.

Tabela 14 – São Paulo – Produtos que deram entrada na CEAGESP/SP, 2004 a 2006 (em toneladas)

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	62.216	14.758	27.263	2.147	10.296	4.791	2.594	35.914
2005	63.951	14.447	28.003	1.789	8.859	5.028	2.454	38.085
2006	61.351	17.410	28.169	1.726	9.736	4.562	2.697	41.336

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe e Cláudio I. Fanale. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Quando sobrepostos os dados das tabelas 13 e 14, observa-se que é bastante significativa para a CEAGESP a parceria com o município de Ibiúna, uma vez que produtos como o repolho, o coentro e a salsa atingem mais de 40% do total geral das entradas na organização. A tabela 15 demonstra também que a couve-flor, que em 2004 apresentava números de 21,67%, passou para 17,03% em 2006. A entrada da escarola teve uma tênue queda, pois em 2004, apresentava um índice de 29,07% e, em 2006, passou para 26,54%. A entrada da salsa em 2004, apresentava índices de 40,90%, foi para 40,95% e se manteve equilibrada, com um aumento para 41,08% em 2006. O pimentão é um dos produtos menos cultivados em Ibiúna e apresenta pouca influência na CEAGESP, com porcentagem em 2004 de 3,42%, caindo para 1,94% em 2006. Os índices do cultivo do pimentão demonstram a tendência de deslocamento desse produto para outras regiões mais distantes da capital. Os dados ainda demonstram que, de 2004 a 2006, há uma redução de participação de Ibiúna em relação à quantidade total que entrou na CEAGESP, com exceção dos cultivos do coentro, com 57,30%, e da salsa, com 41,08%, que tiveram aumento na participação.

Tabela 15 – São Paulo - Porcentagem (%) da entrada dos produtos de Ibiúna (SP) em relação à quantidade total que entra na CEAGESP/SP, 2004-2006

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	59,71	27,99	23,93	45,08	21,67	29,07	40,90	3,42
2005	50,53	31,47	27,53	44,43	16,36	25,79	40,95	5,05
2006	45,29	15,81	22,29	57,30	17,03	26,54	41,08	1,94

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe e Cláudio I. Fanale. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Todavia, se para os comerciantes instalados na CEAGESP é vantajoso que Ibiúna estabeleça laços com essa organização, a maioria dos agricultores não se encontra satisfeita. Contudo, mesmo apresentado problemas, sobretudo, em relação às insatisfações dos produtores, a organização é um dos maiores centros atacadistas de alimentos do mundo. O entreposto “[...] *superado apenas pelos mercados de Paris e Nova York, tornou-se o terceiro centro de comercialização de perecíveis do mundo e o maior da América Latina*” (UMBELINO DE OLIVEIRA, 2004, p.154).

Outro fator importante que colaborou para o fortalecimento da CEAGESP esteve associado à criação da CAC. Essa cooperativa, até meados da década de 1990, abastecia a organização com produtos vindos da região de Cotia e Ibiúna. Envolvida por crises econômicas, a CAC encerrou suas atividades ainda na metade dos anos de 1990.

Contudo, a CAC teve um papel importante para Ibiúna, sendo a responsável por uma maior organização da horticultura no município. Após seu fechamento, foi substituída pela CAISP (Cooperativa Agropecuária de Ibiúna – SP) que até os dias atuais vem se consolidando no mercado paulista.

3.3 – A antiga CAC e a constituição da CAISP como impulsionadoras do setor de produção e comercialização no município

A inserção das cooperativas no país, de início, teve um caráter concentrador, marcado fortemente pelo poder público. Com diferenças regionais, o cooperativismo esteve associado à entrada dos imigrantes⁸³ italianos, alemães e japoneses, que trouxeram consigo experiências em cooperativas em seus países.

A CAC teve origem em Cotia, em 1927, e, em 1938, teve construída uma filial em Ibiúna, com a ajuda dos governos do Japão e do Brasil, sendo os imigrantes japoneses que fundaram a entidade. A cooperativa tinha como objetivo facilitar as

⁸³ Segundo Edvaldo Del Grand, presidente da OCESP (Organização de Cooperativas do Estado de São Paulo), o movimento cooperativista no Brasil fortaleceu-se com a chegada de imigrantes europeus que fundaram as primeiras cooperativas no Sul do País, no qual houve um processo de crescimento, retração e que nos dias atuais: “O modelo cooperativo de produção agropecuária está presente nas mais diferentes culturas e cadeias produtivas - pecuária, grãos, pescados. São mais de 1.500 empreendimentos agropecuários, o Estado de São Paulo concentra cerca de 45% do total das cooperativas de todo o país. A cooperativa também pode ser o canal para a obtenção de crédito e incorporação de tecnologia, uma vez que oferece assistência técnica aos associados e faz a intermediação da compra de máquinas e insumos. Só em São Paulo, as cooperativas agropecuárias movimentaram R\$ 9,6 bilhões em 2005 - um terço dos resultados de toda produção agropecuária do Estado.” Disponível no site <<http://www.portaldocooperativismo.org.br>> Acesso em 05/08/2006.

compras de insumos e máquinas, o que garantiu a inserção dos agricultores nos modelos da modernização agrícola, ainda que precariamente. Uma vez que nem todos tinham condições econômicas de atualizar sozinhos seus instrumentos de trabalho, muitos se tornaram filiados à cooperativa.

Os anos de 1930 marcaram uma série de incentivos às cooperativas, atrelados às mudanças ocorridas no país, uma vez que era necessário criar condições para a: *“expansão da indústria nacional, além da preocupação do Estado com o abastecimento do mercado interno, em virtude das dificuldades advindas da Segunda Guerra Mundial”* (SILVA SAMPAIO, 2003, p.85). A partir de então, surgiram várias cooperativas, principalmente no Estado de São Paulo.

Nos anos 50, as cooperativas passaram a desfrutar mais amplamente de isenções fiscais, tendo como objetivo aumentar a oferta de produtos hortifrutigranjeiros à crescente população da grande São Paulo que se aproximava dos 3 milhões de habitantes (IBGE, 2000). Todavia, o aumento da produção de hortifrutigranjeiros foi inferior ao crescimento da população, o que resultou num aumento dos preços dos produtos.

Até a década de 1950, as organizações cooperativistas mantinham-se, essencialmente, ligadas às atividades hortifrutigranjeiras. Na década de 1960, houve uma grande expansão espacial dessas organizações, ampliando o número e o gênero de produtos comercializados pelas cooperativas. Em 1967, as cooperativas deixaram de receber investimentos públicos e muitas acabaram sendo fechadas, ficando para as grandes uma maior concentração e comercialização dos produtos, como foi o caso da CAC e da Rio-Sul, que, nos anos de 1980, eram as principais abastecedoras da CEAGESP ⁸⁴.

Na década de 1980, devido às crises de conjuntura econômica e política, num contexto em que se propagava a idéia do Estado mínimo, os orçamentos destinados às cooperativas diminuíram e muitas tiveram suas atividades encerradas nesse período:

⁸⁴ As cooperativas eram controladas pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os maiores ramos do cooperativismo brasileiro até a década de 80 – o agrícola e o de crédito – tinham por principal fonte de financiamento externo os recursos governamentais. A redução dos recursos orçamentários governamentais face à crise que abateu o Estado Brasileiro a partir de então, aliada ao processo inflacionário crescente, fez com que os recursos financeiros destinados às cooperativas minguassem e o endividamento aumentasse. Concomitantemente a isto, o fechamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, a redução contínua do preço das *commodities* agrícolas, além de graves problemas administrativos desencadearam uma grande crise financeira nas cooperativas agrícolas, resultando no fechamento de muitas delas (SILVA SAMPAIO, 2003, p.95).

Com a promulgação da Constituição de 1988, as cooperativas ganharam autonomia, a exemplo do direito de se constituir e de funcionar sem ingerência do Estado. No plano econômico, esse período caracterizou-se pela abertura de mercado, implementação de novas tecnologias e reestruturação produtiva que, entre outras coisas, acabaram por fechar várias indústrias, o que significou o aumento das taxas de desemprego. Nesse sentido, a formação de cooperativas tornou-se uma possibilidade de inserção desse contingente. A partir de então, seriam os agentes da sociedade civil que começariam a fomentar a organização das cooperativas, diferente de outras épocas, em que ficava para o Estado a definição de políticas de organização dos trabalhadores em cooperativas (SILVA DOWBOR, 2006, p.17).

A CAC tinha, em 1993, cerca de 18,5 mil cooperados, que comercializavam mais de 200 produtos agropecuários em 300 estabelecimentos comerciais, propiciando um faturamento de mais de US\$1 bilhão anual, oferecendo mais de 8.000 empregos diretos. Além de estar presente em todos os Estados da federação, exceto o Amapá, a cooperativa ainda exportava para os mercados da Comunidade Européia e Japão (GONÇALVES & VEGRO, 1994). Todavia, a crise econômica, dada a partir do governo Collor de Mello⁸⁵, provocou o endividamento dos associados, com menor liquidez, fazendo com que se encerrassem as atividades da CAC em meados dos anos 90.

⁸⁵ Na década de 1990, ocorreram importantes planos econômicos como os Planos Collor I e II no início da década e o Plano Real no início da segunda metade. “O ambiente macroeconômico dessa década pode ser caracterizado por períodos de altas taxas de juros e de câmbio valorizado que causaram impactos em toda economia e, em particular, na agricultura e, por conseguinte também no desempenho das cooperativas agropecuárias” (BIALOSKORSKI, 2005, p.02).

Um ano após o encerramento de suas atividades em Ibiúna, foi inaugurada a CAISP que apresenta bastante influência em relação à quantidade de compradores e regiões abrangidas pela cooperativa.

Fundada em 1995, por um grupo de japoneses, a CAISP comercializa a produção da horticultura convencional, orgânica, higienizada e hidropônica. Atende uma ampla rede de supermercados: Extra, Barateiro, Pão de Açúcar, Sonda, Big, Roldão, Rikoy, Macro, Pastorinho, Assai, além de pequenas e médias lojas de hortifrutigranjeiros da capital. É a maior fornecedora da região para redes de supermercado da grande São Paulo, interior e baixada santista (JORNAL DA ECONOMIA, 2005). O quadro de cooperados abrange 28 agricultores, que são responsáveis pelo abastecimento da capital, interior e litoral.

Dos 28 associados, 16 são cooperados convencionais, 12 orgânicos e, por volta de 30 agricultores não associados que colaboram com a CAISP, devido ao fato dos cooperados não conseguirem absorver a demanda do mercado. Conforme entrevista com o senhor Cláudio Markuns⁸⁶, a cooperativa procura abastecer o mercado em todo o período do ano, uma vez que faz programações de cotas que devem ser cumpridas pelos agricultores mensalmente. A questão das cotas, conforme o sr. Markuns, é um instrumento de controle que garante a entrega pontual das mercadorias. Sem essa racionalização da produção, a CAISP não estaria entre as cooperativas que mais crescem na atualidade. O objetivo da cooperativa é colaborar com os agricultores, fortalecendo-os no mercado e enquadrando-os nos padrões que esse mercado exige:

A cooperativa não visa lucro. O foco dela é comercializar os produtos dos cooperados. Quando as perdas existem, há um percentual que é designado nesse sentido. E caso a mercadoria do cooperado ou de terceiros não esteja enquadrada no padrão de qualidade, essas mercadorias são barradas no controle e o produtor arca com o prejuízo.

⁸⁶ Entrevista realizada por nós, no dia 10 novembro de 2006, concedida pelo agrônomo Cláudio Markuns, responsável pelo processo de qualidade dos produtos da CAISP.

A CAISP coloca no mercado, mensalmente, de 45 a 60 toneladas de hortaliças que abastecem mais de 100 lojas espalhadas pelo litoral, interior e capital. As relações comerciais com outros agentes iniciam-se a partir do momento do recebimento de pedidos enviados diariamente à cooperativa. A partir de então, os responsáveis pelos contatos acionam os associados para enviar a quantidade que cabe a cada agricultor. Se, por exemplo, houver a necessidade de produzir 1000 caixas de salsa, cada cota de agricultor gira em torno de 3% a 5%. Se o agricultor não cumprir o estipulado, existem algumas sanções que passam pela esfera da diminuição de sua participação na próxima colheita.

Os produtos que mais ganham destaque na cooperativa são: a alface, com 245 T (somados os três tipos), o cheiro verde, com 37 T, a couve, com 77 T, a escarola, com 45 T, a rúcula, com 18 T, o repolho, com 62 T e a couve-flor, com 12 T. As três maiores demandas de produção são a alface (principal cultivo comercializado), a couve e o repolho, conforme a tabela 16.

Tabela 16 – Ibiúna (SP) - Principais produtos com entrada na CAISP, 2005

Produtos	Toneladas	Produtos	Toneladas
Alface crespa	177	Rúcula	18
Cheiro verde	37	Repolho	62
Couve manteiga	77	Couve-flor	12
Escarola	45	Alface hidropônica	28
Alface lisa	40		

Fonte: CAISP/2005. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Não existem vínculos com a CEAGESP, por a CAISP acreditar que não há vantagens de comercialização, uma vez que os preços pagos são muito inferiores aos dos supermercados. As exigências e atrasos nos pagamentos são outros problemas que a cooperativa enfrentou na negociação com essa organização.

Na CAISP, os maiores lucros vêm em primeiro lugar com a comercialização hidropônica. Em segundo, aparece a produção orgânica que, desde meados da década de 1990, vem ganhando mercado. Em terceiro, aparece a produção convencional.

A procura por produtos que apresentam diferenciais que agregam valor, como é o caso dos hidropônicos (com maior durabilidade e mais fáceis de limpar) e dos orgânicos (ausência de agrotóxicos), acaba por selecionar a classe sócio-econômica que irá consumir os produtos, uma vez que esses apresentam preços mais elevados que os convencionais. Dessa forma, a cooperativa acaba por direcionar o destino da produção. Uma vez que o mercado tem preferências, a cooperativa acaba restringindo a atuação dos cooperados convencionais e dá prioridade àqueles agricultores que apresentam maior agregação de valor nos produtos e que por isso trazem maior taxa de lucros à cooperativa.

Em relação aos cultivos orgânicos, para Markuns, o mercado de orgânicos ainda está pouco valorizado, pois *“muitos entram na agricultura orgânica por causa da lucratividade e depois adquirem essa consciência ambiental do solo, saúde etc”*.

A função da CAISP é planejar e controlar a produção, sendo que cada área tem um responsável que visita as propriedades, barracões de armazenagem, analisa a água, orienta os usos de equipamentos de trabalho, o uso de defensivos, o manejo do solo, os adubos verdes e a rotação de culturas.

A Secretaria da Agricultura do município não dispõe de técnicos e instrumentos suficientes e surgem inúmeros problemas em comum com a CAISP. Há na secretaria apenas um engenheiro agrônomo, o senhor Rombini, responsável por todos os agricultores do município e acaba não visitando constantemente todas as propriedades rurais agrícolas, por restrição de tempo e funcionários, o que acarreta dificuldades aos produtores até em relação aos órgãos ambientais:

Só tem um computador, mas está reservado para o Programa de microbacias. Tinha de ter seis pessoas para auxiliar os agricultores. A Secretaria é conveniada com o município, mesmo assim os produtores levam multas de erosão de solo, multas de embalagens, vacinação de animais. Não tem pessoal suficiente e especializado para orientar os agricultores para evitar tais multas (ROMBINI, 2006)⁸⁷.

⁸⁷ Entrevista realizada por nós, no dia 06 de outubro de 2006, concedida por Carlos Rombini, agrônomo responsável da Casa da Agricultura de Ibiúna.

Os associados da CAISP comercializam também com outros órgãos empresariais. Já os não associados são responsáveis por grande demanda e são bastante influentes na cooperativa, uma vez que sua participação torna-se fundamental para o abastecimento dos mercados. Conforme Markuns, durante todos os meses eles são acionados para suprir a falta de produtos. Um não associado que colabora frequentemente com a cooperativa é o sr. Carlos Tikamori, um dos maiores agricultores na produção de alface hidropônico do município, que conta com grande capacidade de instrumentos de trabalho disponíveis.

Outro problema encontrado não somente na CAISP como em outros tipos de relações comerciais, está associado ao capital. Na CAISP, os custos administrativos com os agricultores estão distribuídos na provisão, manutenção, emissão de notas fiscais etc., que, somados, giram em torno de 56%. Ou seja, se o agricultor vende uma unidade de alface por R\$ 1,00, cerca de R\$ 0,56 centavos fica para a cooperativa, soma-se a isso os descontos com frete, produção, embalagem etc. Dessa forma, o agricultor não consegue grandes vantagens nessa relação comercial. O próprio Cláudio admite que os custos estão altos. Em contrapartida, argumenta que as taxas são necessárias, uma vez que há dificuldades de inserção no mercado, principalmente nas grandes redes, como o Pão de Açúcar, que cobra um desconto financeiro de 13,5%, somente para estabelecer relações comerciais com a CAISP. Essa rede de supermercados é a maior cliente da cooperativa, fornecendo cerca de 45% da renda total da cooperativa. Para Markuns, ainda é compensatório trabalhar com a rede Pão de Açúcar, pois em outras redes, como o Carrefour e a CEAGESP, o retorno é bastante inferior ao capital investido.

Existem importantes funções das cooperativas agropecuárias que auxiliam a geração de renda para os produtores rurais como, a barganha por melhores preços, a possibilidade de agregar valor ao produto, o acesso ao mercado e a possibilidade de adoção de tecnologia. Todavia, é preciso estudos mais precisos sobre uma possível gestão empresarial que começa a despontar em cooperativas, como a CAISP.

Na esfera do abastecimento de supermercados, Ibiúna é bastante influente, como já visto, principalmente nas redes dos grandes supermercados. Contudo, os lucros na agricultura não animam a maioria dos agricultores, mesmo aqueles que têm maior retorno de capital. Assim, algumas características comuns ao processo de abandono da

agricultura vêm se repetindo igualmente nas décadas de 1980 e 1990. Para Markuns, o mercado tem de entender como é custoso o trabalho no campo:

É preciso fazer o preço baseado no custo de produção e hoje em dia isso está invertido, pois é o mercado que dita os preços. Então, quando você vê uma promoção, são eles que nos ligam e ditam o preço que eles querem e não se importam em saber se você tem aquela mercadoria ou não. É difícil negar porque tem muita gente querendo entrar e a concorrência é muito grande. Se você não faz, tem outro que faz. O que falta é a união dos agricultores. Eles não sabem a força que têm

Em Ibiúna, assim como nos municípios que participam do abastecimento do mercado de hortaliças da região, os maiores problemas encontrados na relação entre agricultura e comercialização estão associados principalmente à falta de preparo do agricultor em relação à comercialização direta com os compradores, como também ao conjunto de normas impostas pelas instituições privadas e públicas⁸⁸.

Em relação ao despreparo para a comercialização, como verificado em entrevistas de campo, a maioria dos agricultores admitiram não saber vender e, por isso, vendem para os atravessadores/intermediários sua produção, pois não encontram um canal direto com o consumidor. A frase do senhor João Albuquerque⁸⁹ resume as demais entrevistas captadas no campo: *“Nós só sabemos plantar! Para melhorar as condições da agricultura, é preciso começar a lidar com o ramo da comercialização”*.

Nesse contexto, os principais agentes que comercializam as hortaliças saídas de Ibiúna são os: atacadistas (como a CEAGESP), intermediários individuais, pequenos varejistas e as grandes e médias redes de supermercados. Algumas redes de supermercados possuem centrais de compra próprias que adquirem as hortaliças diretamente do agricultor. Na ausência desse canal direto, a figura do intermediário

⁸⁸ Em relação à esfera pública, tem-se como órgãos de controle legais: 1º. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária pertencente ao Ministério da Saúde. 2º. MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego. 3º. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 4º. INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. 5º. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CEAGESP – Centro de Qualidade em horticultura. Produto em Ordem. Circular técnica. CQH, n° 13, maio/2006).

Outros órgãos como a prefeitura municipal de São Paulo decidiram por meio de decretos que, a partir de fevereiro deste ano, fica proibido o manuseio de alimentos como hortaliças, por meio de caixas de madeira. Os agricultores deverão armazenar suas mercadorias em caixas de plástico ou de papelão (JORNAL DO ENTREPOSTO - CEAGESP, fev, 2007).

⁸⁹ Entrevista realizada por nós, em 04 de novembro de 2006, concedida por João Dias Albuquerque, agricultor orgânico de Ibiúna.

acaba por ter importância e, na medida em que o grau de incerteza aumenta (excesso de oferta), prevalece a venda direta a qualquer intermediário.

No município há um *agricultor/comprador* ligado à agricultura convencional que trabalha com a rede de supermercados Carrefour. As vantagens deste tipo de comercialização são para ele: a garantia da venda e o recebimento mensal, apesar dos custos de transporte e embalagem que geralmente ele assume. Assim, o capital investido e de retorno na relação com o Carrefour não é satisfatório, uma vez que, conforme o senhor Eduardo Sumida, são descontadas pela empresa outras taxas (logística, financiamento e publicidade), que chegam a 15% de desconto.

Na propriedade desse agricultor, os instrumentos de produção são modernos e existem, além de trabalhadores braçais, funcionários no setor de administração da empresa. Assim, o sr. Sumida (2005)⁹⁰ é um dos poucos agricultores que supera o estereótipo daquele agricultor que apenas produz e não participa de todas as etapas do processo produtivo hortícola, tornando-se alienado do processo final do seu trabalho. O sr. Sumida produz, vende e administra sua produção.

Outro agricultor convencional entrevistado foi o senhor Vilmar Monteiro, que trabalha, desde criança, na agricultura. Depois saiu para outros setores, mas acabou por voltar e está, há cerca de 20 anos, na lavoura. Diferente de Eduardo Sumida, o sr. Valmir Monteiro vende toda a produção para intermediários, não tem assistência técnica própria, não tem crédito rural, não está associado a nenhuma cooperativa, utiliza irrigação manual e por gotejamento na propriedade com área de 6 hectares. Ele possui um pequeno trator na propriedade, mas aluga outro por acreditar ser a melhor solução, uma vez que não tem capital para a compra de outro instrumento de trabalho. Na lavoura, estão ele, a esposa, seus dois irmãos e cunhados que trabalham diariamente, sem folga aos sábados, domingos e feriados, fato rotineiro em todas propriedades visitadas.

Seus principais compradores são os feirantes e outros intermediários de Ibiúna, que vendem a produção no local e para o município de Cotia (região metropolitana de São Paulo), *“Nós plantamos sempre para as mesmas pessoas e eles vêm aqui pegar a*

⁹⁰ Entrevista realizada por nós, no dia 23 de agosto de 2005, concedida pelo sr. Eduardo Sumida, agricultor convencional de Ibiúna.

*produção. Não vendo direto para as lojas porque não tenho dinheiro e nem condições de transporte adequado*⁹¹”, afirma o agricultor.

O retorno de capital também é baixo, pois o sr. Vilmar Monteiro vende uma unidade de alface por R\$ 0,20 centavos para os intermediários, que repassam por aproximadamente R\$ 0,40 centavos para os supermercados e feiras, que, por sua vez, revendem por R\$ 0,70 centavos a unidade de alface ao consumidor final. Esse preço varia conforme a estação, demanda, condições do produto etc. Assim como os demais agricultores, o sr. Vilmar Monteiro alega que vende sua produção por preços baixos por temer futuros boicotes vindos dos intermediários. Para ele, uma maior regulação governamental de preços seria uma alternativa para a crise. Sem incentivos do governo, o agricultor recorre a bancos privados e paga taxa de 7%. “Quer dizer, o meu lucro vai para o banco”⁹²”, afirma.

Diante dessas informações, os maiores obstáculos averiguados referem-se à ausência de canais diretos de comercialização e aos preços que deveriam ser praticados. Essa ausência de condições faz o intermediário ter maior poder de controle das informações e dos produtos, conforme aponta Souza (1998):

O desconhecimento sobre o mercado do seu produto pode causar desde remuneração abaixo do mercado até a perda total da produção. Um produtor informado sobre os pontos que envolvem a comercialização - canais disponíveis, preços praticados, condições de mercado, consumo, tendências, conjuntura, qualidade, classificação, padronização, embalagem - possui maiores possibilidades de vender melhor sua mercadoria, conseguindo lucros maiores. No entanto, não é esta a realidade do produtor paulista, ao contrário, além dos problemas da produção, como quebras por ocorrência de eventos climáticos ou pragas e doenças, crédito etc., ele conhece pouco, ou mesmo, desconhece o mercado dos seus produtos, levando-o a inviabilizar ganhos, mesmo quando obtém safra com alta produtividade e qualidade, tornando-se vulnerável aos comerciantes não idôneos, o que é consequência da desinformação e da falta de planejamento na produção (SOUZA, 1998, p.07).

⁹¹ Entrevista realizada por nós, no dia 24 de agosto de 2005, concedida pelo sr. Valmir Monteiro, agricultor convencional de Ibiúna.

⁹² Ibidem

Com isso, são estabelecidas cooperações que hierarquizam, por meio de normas, idéias e mentalidades os fluxos da horticultura dessa região.

Enquanto a maioria dos agricultores têm dificuldades no momento da comercialização, há aqueles que estão entre os maiores agricultores e compradores de hortícolas de Ibiúna (num total de 9), como é o caso do João Matsusako⁹³, que comercializa diretamente com a CEAGESP, supermercados, restaurantes etc. Em entrevista, esse agricultor relatou que participa de todas as etapas, desde a produção, a venda e o transporte dos produtos que saem em sua totalidade de Ibiúna para a capital paulista, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso. Diferentemente dos demais agricultores, ele diz preferir trabalhar com a CEAGESP, pois é mais fácil responsabilizar-se pela colocação dos produtos nessa instituição e, a partir daí, as relações comerciais se dão entre os compradores e os consumidores.

Contudo, no caso dos supermercados, o agricultor responsabiliza-se desde a entrada do produto na loja até o momento da compra pelo consumidor final, ou seja, a loja se abstém dos problemas que esses produtos possam vir a ter, mesmo estando em seu interior. O consumidor deverá entrar em contato com o produtor da mercadoria diretamente. O sr. Matsusako trabalha há mais de 18 anos com a CEAGESP, possuindo crédito rural. Aponta que as principais dificuldades, na lavoura, estão ligadas ao clima (pois devido à instabilidade climática, perdem-se muitos produtos, sendo que as outras dificuldades dizem respeito à instabilidade econômica do país (uma vez que determinados produtos acompanham o dólar), à escassez de incentivos públicos e ao excesso de burocracia que impede melhores condições ao agricultor.

Dois pontos são necessários na análise deste caso que, embora enfoque um dos agricultores com maior poder econômico, representa alguns diferenciais em relação aos demais: o agricultor produz e vende diretamente ao consumidor (a maioria dos agricultores não conseguem vender diretamente ao consumidor, atacadistas) e se refere à CEAGESP como local bom para comercializar, mas, para tanto, é necessário ter em vista que ele possui um box próprio (nenhum dos entrevistados tinha box na CEAGESP, pois o aluguel é considerado caro).

⁹³ Entrevista realizada por nós, no dia 14 de março de 2006, concedida pelo sr. João Matsusako, um dos maiores agricultores de Ibiúna, possui lavouras, mas também compra a produção de outros agricultores. Diferentemente dos demais, o sr. João, mora na capital paulista.

Outro ponto a ser esclarecido diz respeito ainda à CEAGESP, uma vez que o principal objetivo da instituição é o aluguel dos *boxes* (maioria dos contratos por consignação), a mesma não tem nenhum controle na negociação entre agricultor e comprador. Todavia, a organização faz indicações relativas ao controle de agrotóxicos, de armazenagem e de modernização dos produtos, bem como a cotação de preços. Em outras palavras, essa instituição acaba por colaborar na proposta de normas para aqueles que desejam comercializar no local, porém a inspeção fica por conta do comprador e agricultor.

Outro processo que surge na região refere-se às novas formas que fogem da esfera de comercialização da CEAGESP, como é o caso das centrais de distribuição rurais (CDR). Além disso, as variações de preço e normas ligadas ao Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, redes de supermercados, entre outros, impedem os agricultores com pouca capitalização de continuar a trabalhar com a CEAGESP, chegando até mesmo a abandonar a agricultura. Todavia, essas centrais apresentam outro conjunto de normas, e algumas etapas do processo produtivo que antes eram de responsabilidade do agricultor agora passam para as CDRs.

A cadeia produtiva da horticultura é um dos ramos que pede uma rede de organização articulada, uma vez que trabalha com produtos de baixa durabilidade. Assim, é necessário o controle da logística dos transportes, a conservação dos produtos em lugares arejados, além de curtas distâncias entre o mercado consumidor e o local de produção, valor agregado (padronização, processamento e certificação de produtos e embalagens), estratégias e estruturas de mercado, entre outros pontos importantes da cadeia.

Devido às novas demandas, no Brasil, a introdução do sistema de Centrais de Compras (CC - que regulam o preço) e Centrais de Distribuição (CD - que regulam a logística) vem se processando, desde meados da década de 1980, substituindo gradativamente organizações como a CEAGESP, feiras, sacolões, já que, nos últimos anos, cresce a busca de novos sistemas de aprovisionamento da produção. Desse modo, essas centrais exercem diretamente o seu poder de mercado, desenvolvendo fornecedores e coordenando o fluxo de produtos para as suas lojas. As redes de supermercados acabam por assumir diretamente as atividades de informação de mercado, compra e logística, que eram desempenhadas, no passado, pelas CEASAs.

Essas novas centrais de compra e distribuição normalmente são encontradas nos arredores dos grandes centros consumidores. Nelas, a carga é desmontada, processada (limpeza, embalagem e etiquetagem) e remontada, segundo as necessidades de demanda dos compradores. As vantagens da implementação desse sistema giram em torno da redução dos custos de distribuição e estocagem, maior flexibilidade para a prática da segmentação e diferenciação de produto. As orientações transmitidas das centrais aos agricultores apontam basicamente para a necessidade de maior produtividade, regularidade e pontualidade na entrega, o que faz com que os agricultores menos capacitados ou aqueles que não possam fornecer grandes quantidades com regularidade e qualidade, acabem por sair desse mercado (BELIK; CHAIM, sd)⁹⁴. As centrais compram as hortícolas, higienizam, embalam, certificam e distribuem os produtos. Possuem sistemas de beneficiamento com autorizações de qualidade, de padronização, de higiene sanitária e de assistência técnica de agrônomos particulares.

Duas grandes redes envolvidas são o Carrefour e o Makro (SANTANA, 2006). Contudo, se, de um lado, essas novas centrais substituem os antigos locais de comercialização, de outro, reproduzem as mesmas insatisfações dos agricultores, colocadas anteriormente. Num território organizado para as empresas, as normas não oficiais dadas por estas, muitas vezes, tornam-se leis. A densidade normativa intensifica as funções de cada lugar:

[...] É a imposição das leis de mercado e de outras normas globais que, revogando a multiplicidade de marcos normativos nos países e lugares, torna maior a densidade normativa. A densidade normativa é, a um só tempo, causa e consequência do enraizamento e preenchimento de funções num lugar a partir das escalas de ação (SILVEIRA, 2004, p.93).

⁹⁴ Instituto de Economia da Universidade de Campinas - SP. Disponível no site <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo173.htm>> Texto sem data. Acesso em: 15/01/2007.

Contudo, a hegemonia não vem somente dos grandes agentes hegemônicos. Um exemplo disso está na Guerra fiscal entre os municípios que desejam que firmas multinacionais se instalem em seus territórios, incentivadas por políticas de doação de terrenos, construção de infra-estruturas etc (MENDES, 2006)⁹⁵.

Em Ibiúna, o poder público utiliza as belezas ditas 'naturais' como quedas d'água, parques ecológicos, entre outros, ligados ao meio ambiente para atrair turistas e novos moradores para o município. Diante disso, a reorganização do espaço local é constante e as atividades agrícolas acabam sendo afastadas para áreas mais distantes, assim como novos usos agropecuários começam a se destacar no município, de acordo com as mentalidades coordenadas por um conjunto de agentes, sobretudo, o Estado, as empresas e a imprensa em geral.

3.4 - Os mais recentes circuitos de produção: hidroponia, orgânicos, criação de avestruz e cabras em Ibiúna

O caso da hidroponia⁹⁶

A partir de experiências no Japão, o sr. Carlos Tikamori foi um dos primeiros agricultores a trazer a Ibiúna a produção hidropônica. Sua família, de origem japonesa, veio trabalhar nos cafezais e, posteriormente, na agricultura de hortaliças, após a segunda guerra mundial. Desde criança, o sr. Tikamori trabalha na lavoura. Esteve ligado ao ramo da horticultura convencional, porém, com a queda de preços, em meados da década de 1990, optou por ir trabalhar no Japão, onde permaneceu durante alguns anos. Aprendeu técnicas agrícolas e, na sua volta para o Brasil, implementou-as em sua propriedade.

⁹⁵ Refere-se à aula de geografia econômica como um dos requisitos de aprovação do concurso, realizado em 2006, para professor de Geografia Econômica da Universidade de São Paulo.

⁹⁶ Cf. o produtor agrícola Carlos Tikamori, a hidroponia é um sistema de cultivo dentro de estufas, onde as plantas não crescem fixadas ao solo. São colocadas em canais nos quais circulam uma solução nutritiva, composta de água, nutrientes em quantidades que atendam a necessidade de cada espécie vegetal cultivada. Entrevista realizada por nós, no dia 20 de maio de 2006, concedida pelo senhor Carlos Tikamori, agricultor que cultiva hortícolas hidropônicas.

Devido ao cultivo em ambiente fechado, o ataque de pragas e doenças é baixo, diminuindo ou eliminando as pulverizações. A técnica foi difundida após a segunda guerra mundial. Em São Paulo, essa técnica entrou em expansão a partir dos anos 90. O cultivo sem solo proporciona alta produtividade quando comparado ao sistema tradicional de cultivo no solo. <<http://www.naturalink.com.br/tecnologia.htm>> Acesso em 01/07/2006.

Há cinco anos, está no ramo da hidroponia (figura 08), ocupando uma área de 45.000 m². Utiliza-se de instrumentos modernos, cujo exemplo são as estufas, que garantem um maior controle de temperatura e eliminação de doenças na alface e rúcula, que são os principais cultivos. Outros instrumentos, ligados às sementes mais resistentes, aos fertilizantes e às técnicas hidropônicas garantem maior produção numa menor área. A figura 08 retrata o momento em que as mudas das hortaliças estão afixadas em tubos, por onde passa a água, carregada de nutrientes que irão fazer com que as mudas se desenvolvam. Na propriedade, existem inúmeras estufas que garantem que esse processo se realize completamente, uma vez que protegem as hortaliças das chuvas e de outros fenômenos climáticos.

Fotografia 08: Propriedade do sr. Carlos Tikamori. Plantação de hortaliças hidropônicas. Todas as hortaliças cultivadas no método hidropônico ficam em estufas como esta. Existem várias estufas, como tratores, fertilizantes, irrigadores etc. Além disso algumas famílias, além de trabalhar, moram na propriedade do sr. Tikamori.
Autoria: Elisânela Couto – 01/01/2006.

É necessária a especialização nesse tipo de cultivo, que requer cuidados especiais, como a compra de fertilizantes, uma vez que parte dos produtos são importados dos Estados Unidos. A maior durabilidade dos cultivos da hidroponia está associada ao manejo, devido ao fato da raiz da planta colaborar para manter o produto por mais tempo.

Anteriormente, o agricultor comercializava também com a rede Carrefour, mas decidiu cancelar as relações, uma vez que não compensava o esforço, pois as exigências que o supermercado fazia eram maiores que os retornos financeiros.

Outro circuito complementar que está se conformando diz respeito ao conjunto de agricultores-compradores de Atibaia, de Jundiaí, de Campinas, de Mogi das Cruzes e de Vargem Grande Paulista, os quais começam a procurar os produtos hortícolas de Ibiúna. Segundo Carlos Tikamori⁹⁷, *“eles acham Ibiúna o paraíso das hortaliças. Vendemos a preços irrisórios nossos produtos para não passarmos fome e quem ganha são eles”*.

Para Tikamori, as vantagens do produto hidropônico são maiores, em relação aos produtos convencionais, pois a produção é mais rápida, o capital de investimento é garantido⁹⁸ e a venda é mais estável quando comparada à convencional, já que o produto agrega maior valor, por ser mais limpo e possuir maior durabilidade. Embora o agricultor também trabalhe com a agricultura convencional (em menor escala), a produção de hidropônico é bem maior. Uma vez prontos para a venda, os produtos são embalados e vendidos para os compradores.

A divisão sexual do trabalho também existe na agricultura em Ibiúna. No caso dessa propriedade, são as mulheres que selecionam as mudas para colocá-las na bandeja, local em que a muda irá crescer até um tempo estipulado para depois ser remanejada (figura 09). Conforme o entrevistado, esse serviço é feito por mulheres devido ao fato das mudas necessitarem de maiores cuidados quando colocadas nas

⁹⁷ Entrevista realizada por nós, no dia 20 de maio de 2006, concedida pelo senhor Carlos Tikamori, agricultor que cultiva hortícolas hidropônicas.

⁹⁸ O custo da produção de cada pé de alface gira em torno de 0,18 centavos que é vendido por 0,54 centavos. Algumas vantagens que esse cultivo apresenta: produção em pequenas áreas próximas aos centros consumidores em razão da utilização de baixo volume de água e do controle de qualidade da mesma, do uso de pequenas quantidades de fertilizantes, redução do uso de defensivos, redução do número de operações durante o ciclo da cultura, antecipação da colheita, melhor qualidade, melhores preços dos produtos obtidos, maiores possibilidades fora de época, redução dos riscos provenientes de adversidades climáticas e rápido retorno econômico. Um dos fatores negativos é a utilização de maior quantidade de energia e necessidade de mão-de-obra especializada (SILVA; SCHWONKA, 2001, p.02).

bandejas. As mulheres também plantam e colhem a produção, sendo que nessa propriedade moram cinco famílias. A introdução de novas tecnologias redefiniu a organização do trabalho feminino no interior da casa e na produção, bem como das mulheres nas atividades agrícolas, a partir da necessidade e divisão sexual do trabalho.

Fotografia 09: Propriedade do sr. Carlos Tikamori. Funcionária seleciona as mudas e coloca-as na bandeja. O galpão onde a moça está também guarda os insumos químicos utilizados na produção. Existem seis mulheres que trabalham no estabelecimento e fazem essa seleção de mudas. Autoria: E. Couto – 01/01/2006.

Um número muito grande de mulheres que nasceram na área rural divide seu tempo entre as horas no trabalho da lavoura e no trabalho doméstico. Em entrevista a uma família de mulheres que trabalham na agricultura, a senhora Ana Soares, sua filha Mafalda Oliveira, de aproximadamente 40 anos, e suas netas, de 18 a 24 anos, apontaram que as principais dificuldades são a desvalorização de seu trabalho e de seus produtos. Além disso, o trabalho árduo, que se inicia às 5h da manhã, sem horário para terminar, é outro fator desgastante.

Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) revelam, para o ano 2004, que as mulheres ocupadas nas atividades agrícolas representavam 16% da população economicamente ativa feminina. Segundo MELO (2002), a divisão do trabalho nas unidades de produção familiar provoca uma masculinização não só da produção, mas de todo o meio rural. Por trás do processo da divisão sexual do trabalho estão os condicionamentos culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família.

O caso da agricultura orgânica (AO): as mudanças de usos de cultivos convencionais para cultivos orgânicos em Ibiúna

A AO⁹⁹ é o sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, compostos sinteticamente. Sempre que possível, baseia-se no uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças.

No Brasil, ainda na década de 1970, a produção orgânica esteve associada aos movimentos que buscavam o retorno do contato com a terra como forma alternativa em oposição às idéias consumistas da sociedade moderna. Dessa forma, o movimento contrapunha-se ao pacote tecnológico da agricultura moderna (que se baseia na utilização de insumos sintéticos e agroquímicos) que se expandia no território brasileiro.

Com o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por uma alimentação mais saudável, houve maior expansão dos produtos orgânicos e, na década de 1980, foram criadas muitas cooperativas de produção e consumo de produtos naturais, que estão até os dias atuais em atividade, bem como os restaurantes dedicados a esse tipo de alimentação. Na década de 1990, estimulados pela ECO 92, propagaram-se os pontos comerciais de venda de produtos naturais e, no final da década, os produtos orgânicos entraram mais assiduamente nos supermercados. A

⁹⁹ A primeira etapa de reconhecimento da AO consiste na elaboração de normas associadas à produção, transformação, identificação e certificação da qualidade de produtos vegetais e animais. A lei: *Duplamente orgânica* (BRASIL, 2003) exprime um projeto político para a agricultura familiar, preconizando a integridade cultural das comunidades rurais e reconhecendo a existência de diferentes sistemas de certificação nacional e internacional. Cerca de 20 organismos realizam auditorias por terceiros e atuam no Estado, no país ou internacionalmente. A maioria desses organismos provém do Estado de São Paulo (BELLON, 2005, p.384).

existência de um mercado crescente e rentável tem atraído novos empreendedores que visam, essencialmente, aos lucros que podem advir da atividade e, embora mantenham os preceitos técnicos da agricultura orgânica, se distanciam cada vez mais da filosofia que deu origem ao movimento (ORMOND, 2002, p.09).

Recentemente, as grandes redes de supermercados vêm se destacando como um dos principais canais de comercialização, apresentando-os como produtos de alta qualidade, selecionados, classificados, rotulados e embalados. Todavia, assim como na questão dos agricultores convencionais, a distância entre quem produz e quem consome aumenta.

A cadeia produtiva da horticultura é constituída pelas etapas de: produção de insumos, produção agropecuária (os pequenos agricultores em sua maioria dedicam-se à produção de hortifrutigranjeiros e são ligados a associações de produtores, cooperativas ou empresas de processamento, responsáveis pela comercialização; eventualmente, fazem comercialização direta em feiras) e processamento (empresas, cooperativas ou associações de agricultores que atuam na coleta de produção e fazem seleção, higienização, padronização e envase de produtos e são responsáveis pelo transporte e comercialização da produção, pela distribuição, pelo consumo e pela certificação).

Na atualidade, a produção da Região Sudeste representa 60% da produção orgânica brasileira (RODRIGUES, 2006) e Ibiúna segue consolidando-se entre um dos principais municípios que ganham força nesse ramo da horticultura.

A certificação é o resultado de trabalhos desenvolvidos por organizações não-governamentais (associações e cooperativas de produtores e consumidores) que estabeleceram padrões e normas internas para produção e comercialização da agricultura orgânica e criaram selos de garantia para seus produtos (selos de certificação), direcionados principalmente ao mercado interno. À medida que os agricultores passaram a ter interesse no mercado exportador, surgiu a necessidade de certificação dos produtos por instituições de reconhecimento internacional.

Para que isso fosse possível, a produção, o armazenamento e o transporte teriam que obedecer aos padrões internacionais. A fim de regulamentar o setor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabeleceu pela Instrução Normativa 007/99, de 17 de maio de 1999, as normas disciplinares para produção, tipificação, processamento, distribuição, identificação e certificação da qualidade de

produtos orgânicos, sejam eles de origem animal ou vegetal. Os procedimentos constantes da referida instrução estão em sintonia com os praticados na maioria dos países da Europa, bem como nos Estados Unidos e no Japão. Atuam no Brasil, cerca de 19 certificadoras, das quais 12 são de origem nacional e sete estrangeiras (ORMOND, 2002).

As organizações ligadas aos certificados tornam-se, gradativamente, mundiais e buscam, na normatização, um instrumento de controle eficaz no modelo de produção orgânica. Todavia, acabam por excluir e até mesmo retirar da agricultura os produtores que não conseguem inserir-se nessas normatizações.

Há, todavia, uma certificação alternativa, dada por associações de agricultores orgânicos. Tem sido uma via de comunicação e sobrevivência para muitos agricultores, contudo, há uma limitação na medida em que seus produtos não podem sair do país se não tiverem a certificação dada por organismos mundiais. A falta desse certificado restringe a atuação comercial do agricultor aos nichos de mercado mais próximos, como é o caso de relações de vizinhança, parentais e redes de supermercados de pequeno e médio porte.

Um exemplo encontrado na empiria foi a ausência de certificação, como é o caso do senhor Paulo¹⁰⁰, morador do bairro Marsilac, região da capital paulista. Inicialmente, comercializava caqui orgânico, porém não obteve resultados positivos e, por intermédio de orientações dadas pelo *Globo Rural*, da rede *Globo de Televisão*, começou a produzir vinagre de caqui orgânico, aumentando para três vezes mais o capital de retorno que anteriormente obtinha com a produção de caquis. Conforme o agricultor, os custos são muito altos para se obter certificações.

Conforme informações do Sindicato Rural, Ibiúna é o maior produtor de agricultura orgânica do Estado de São Paulo. Se, por um lado, todas as propriedades possuem certificações, por outro, apresentam os mesmos problemas da agricultura convencional, sobretudo, em relação ao preço de seus produtos, que se igualam aos custos que têm para produzi-los. Entretanto, os maiores beneficiados nessa relação são, sem dúvida, os intermediários e as grandes redes de atacado e varejo que

¹⁰⁰ Entrevista realizada por nós, no dia 09 de abril de 2006, concedida pelo senhor Paulo. O agricultor mora no bairro há cerca de 19 anos e, anteriormente, trabalhava como funcionário de agência bancária. Paralela à atividade de agricultor, realiza carreto como forma de cobrir parte das despesas.

sobrevalorizam o produto de três a quatro vezes a mais que o preço dado ao agricultor.

Alguns aspectos que colaboraram para a inserção de Ibiúna no ramo da AO, dizem respeito às novas mentalidades, assim como, ao fato das tradicionais atividades agrícolas continuarem a degradar a qualidade das águas do Rio Sorocabuçu¹⁰¹. Soma-se a isso o elevado custo da produção convencional, a queda de preços e os problemas de comercialização, tornando inviável a continuidade da agricultura convencional. Porém, a maioria dos agricultores de Ibiúna continua a pertencer ao setor convencional de produção hortícola.

É interessante ressaltar que Ibiúna apresenta mais de 40% da superfície total (1.093 km²) inserida na Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica. Abriga parcelas importantes de Áreas de Proteção Ambiental (APA), como da Serra do Mar, criada em 1984, do Parque Estadual de Jurupará, decretado em 1992, e da Zona de Vida Silvestre, criada em 1984. Conforme o mapa 04, o uso do solo vem sendo expandido pela exploração dos cultivos, campos e capoeiras e, ainda é bastante forte a presença da mata atlântica. Esse é outro problema, pois devido à especulação imobiliária intensa, as áreas protegidas acabam sendo ocupadas e dão lugar a loteamentos, a pastagens e a atividades ligadas à horticultura.

Em Ibiúna, as normas, por exemplo, ligadas à legislação ambiental, têm motivado discussões acirradas, devido ao caráter vertical com que foram impostas. A lei garante que essas áreas sejam protegidas, todavia, no cotidiano do município, o que se percebe é a degradação e sua ocupação. Outro problema encontrado diz respeito à represa de Itupararanga, transformada em APA de *Itupararanga* em 1998. A represa abastece, além de Ibiúna, os vários municípios vizinhos, com um total de abrangência de 63% do abastecimento de água à população da bacia do rio Sorocaba, bem como todas atividades agrícolas vizinhas. Contudo, a degradação acelera-se na medida em que aumenta o contingente populacional.

Por constituir-se numa área de APA, Ibiúna necessita enquadrar suas atividades agrícolas e pecuárias dentro das normas estipuladas por órgãos de defesa do meio ambiente como o IBAMA.

¹⁰¹ Esse fato deu origem a um programa de acompanhamento de assistência técnica na microbacia hidrográfica do Verava, considerado o bairro que concentra a AO.

Mapa 4 - Uso e ocupação do solo – Bacia de Itupararanga, região de Ibiúna

Fonte: Edson Mitsuhide Tshako. Seleção Preliminar de locais potenciais à implantação de aterros sanitários na sub-bacia hidrográfica da Represa de Itupararanga (Bacia dos rios Sorocaba e Médio Tietê), 2004.

Os principais responsáveis pela inserção da AO em Ibiúna foram a igreja católica local e agrônomos ligados à questão ambiental. Para eles, uma das formas de conter a crise era trazer para os agricultores de Ibiúna as novas mentalidades do período atual. A partir da década de 1990, a nova reorganização espacial hortícola começou a colocar o município na rota das mentalidades associadas às questões ambientais e ligadas à saúde humana.

Basicamente, são quatro organizações envolvidas com a AO no município e que integram todos os agricultores do ramo: A APPRI (Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna), a empresa Horta e Arte¹⁰², a APPOI (Associação dos Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna) e a CAISP. Na realidade, independentemente da inserção em quaisquer dessas organizações, os agricultores responsabilizam-se por todos os encargos da produção, da assistência técnica e da certificação.

As redes de comercialização dessas organizações estão associadas ao mercado da região metropolitana, ficando para os supermercados e lojas especializadas os principais meios de escoamento da produção que se destina a uma classe socioeconômica com maior poder.

Os agricultores orgânicos de Ibiúna possuem relações com instituições de pesquisa. Algumas delas são a EMBRAPA¹⁰³ o SEBRAE- SP ¹⁰⁴ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e com a união dos próprios agricultores, uma vez que se filiam às associações como forma de fortalecimento da produção e comercialização de seus produtos. Todavia, as dificuldades de sobrevivência, nesse setor, desestimulam grande parte dos agricultores, como é caso do sr. João Dias que,

¹⁰² A empresa abrange a maioria dos agricultores orgânicos e pede exclusividade dos agricultores à empresa.

¹⁰³ A Embrapa é um órgão importante de colaboração com a agricultura orgânica uma vez que alcança avanços na identificação de cultivares adaptadas a sistemas orgânicos, desenvolve substratos apropriados à produção de mudas, adequação do solo e ajustes de técnicas de plantio direto em sistemas orgânicos de produção de hortaliças, frutas e integração com produção de leite. Disponível no site <http://www.cnph.embrapa.br/paginas/areas_pesquisa/agroecologia.htm> Acesso em 03/01/2007. Outra parceria, firmada entre a Embrapa-Jaguariúna em parceria com a Casa da Agricultura, CAISP e outros parceiros, diz respeito a uma pesquisa integrada com análises química, física e biológica em solos com plantio de hortaliças convencional e orgânico. O projeto iniciou-se, no começo de 2006, com a duração de dois anos. Disponível no site <<http://www.bem-vindo-ao-site-da-Embrapa-Meio-Ambiente-ibiuna.htm>> Acesso em 01/02/2007.

¹⁰⁴ Em 2005, foi realizado um convênio entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e o SEBRAE com o objetivo de transformar pequenos agricultores em empreendedores rurais dentro do Sistema de Integração Agroindustrial (SAI). A parceria envolveu um financiamento de R\$ 913.000,00 reais para assistência técnica, treinamento, apoio tecnológico às regiões de Sorocaba e Itapetininga. Disponível no site <<http://www.agricultura.sp.gov.br/noticias=ibiuna>> Acesso em 15/01/2007.

nascido em Ibiúna, desde criança, trabalha na lavoura e, hoje, com 53 anos de idade, não possui perspectivas favoráveis para a agricultura.

Em sua propriedade de 9 hectares, estão os cultivos do tomate, do pepino, da berinjela, da vagem, da couve-flor, da alface e da mandioquinha, que são cultivados o ano inteiro devido às possibilidades trazidas pelo período técnico, científico e informacional. O sr. Dias disse que está no ramo da produção orgânica desde 1995, tendo sido o pioneiro da produção da AO em Ibiúna (anteriormente trabalhava com a agricultura convencional), sendo que, na época, lembra que havia dois mercados apenas que a compravam. Optou por este setor devido à perda de valor econômico da agricultura convencional e pelo desgaste do solo utilizado durante trinta anos com agrotóxicos e ausência de rotatividade das culturas: *“O orgânico chegou para ajudar a terra. Eu fui o primeiro e os demais também seguiram porque a convencional não estava mais dando e muitos acabaram vendendo suas terras. Mas também tem outros que pararam e hoje voltaram a trabalhar com o orgânico”*.

Na propriedade, existem tratores, estufas, irrigadores de gotejamento e microaspersores¹⁰⁵ que racionalizam melhor a quantidade de água evitando desperdícios. O manejo do solo é adequado, com compostagem, possuindo crédito de custeio do PRONAF. As relações de trabalho se dão com sua mulher e quatro funcionários que trabalham na propriedade, enquanto as de comércio se dão com a rede CULTIVAR e a CAISP, que planejam antecipadamente o que será cultivado e a quantidade necessária. Anteriormente, o produtor também mantinha relações com outras empresas, mas, devido a problemas de preços e exigência de normas, acabou por encerrá-las. As dificuldades de inserção das mercadorias constituem outro problema:

¹⁰⁵ O uso de tecnologias mais eficazes tem reduzido o consumo de água no município de Ibiúna. Por exemplo, no cultivo de alface, são utilizados 21 litros de água por metro quadrado por dia no sistema de irrigação por aspersão. Já pelo sistema inovador de gotejamento são consumidos somente 5 litros de água, na mesma área e no mesmo período. Disponível no site <http://www.biodiversidadebrasil.com.br/vgn-ext-templating> Acesso em 29/01/2007.

Eu pensei em vender direto, mas não dá, pois tenho que tomar conta da roça. Mas eu penso em vender no futuro, pois a minha filha já está estudando nessa área. Vendo para os atravessadores porque eles pagam à vista enquanto as outras empresas pagam a prazo. Tive problemas com outra empresa e agora estou na CAISP. Pelo menos eles pagam direito. O problema é que só recebo dois meses depois que entrego. Hoje o que sustenta a agricultura no bairro aqui é o orgânico porque, senão, só teria chácaras e sítios ¹⁰⁶.

As relações de venda são bastante problemáticas para os agricultores orgânicos de Ibiúna. Por exemplo, os compradores pagam em torno de R\$ 3,00 o quilo de tomate para o sr. João, porém, ao chegar na prateleira dos supermercados e setores especializados, o consumidor final poderá pagar um preço de até R\$ 12,00 o quilo. Uma vez colocados nas bandejas, o preço pode ser valorizado, entretanto os custos de produção e de trabalho também aumentam.

A formação do valor e da mais valia são os pilares da economia de mercado, dominantes do sistema capitalista, *“O processo da formação do valor e da mais-valia é o nível mais profundo, dominante, da realidade concreta do sistema capitalista – o das relações sociais de produção que o constituem”* (GODELIER, sd, p.95).

Outro entrevistado foi o sr. João Albuquerque que, com idade de 45 anos, trabalha na agricultura desde os oito anos. Seus dois filhos ajudam-no na lavoura, tendo começado há oito anos no ramo da agricultura orgânica nas mesmas condições que o sr. João Dias. Sua área tem 2,5 hectares e as condições de modernização tecnológica são inferiores, quando comparadas às do sr. João Dias, pois não há presença de estufas e os irrigadores são convencionais por aspersão.

O sr. João Albuquerque estabelece relações comerciais com a Horta & Arte e planta conforme as orientações da empresa. A empresa absorve toda a produção e a mercadoria é comprada de acordo com a demanda do produto. Ou seja, o sr. João Albuquerque vende para a empresa a alface por R\$ 0,50, com embalagem, e, no mercado final, essa mesma alface irá custar de R\$ 2,80 a 3,00 a unidade, *“O lucro é pouco para trabalhar com os orgânicos. Falta mais um pouco de remuneração, pois a maioria fica na mão do atravessador e o mercado lá na ponta fica com uma margem de lucro muito alta”*, conforme relata seu filho Edicarlos, de 25 anos de idade.

¹⁰⁶ Entrevista realizada por nós, 24 de novembro de 2006 com sr. João Dias, agricultor orgânico de Ibiúna.

Para minimização de custos, os agricultores orgânicos do bairro Verava integram-se em associações, visando à obtenção de insumos mais baratos. Essa prática está se tornando comum entre os agricultores.

O caso dos recentes usos agropecuários em Ibiúna: a caprinocultura e a estrutuicultura

Outras atividades ligadas ao espaço agropecuário de Ibiúna começam a se destacar, como é o caso da caprinocultura¹⁰⁷ e estrutuicultura. Os pioneiros a se lançarem em Ibiúna são pessoas que vieram da capital paulista e começaram o negócio por influência do mercado, não tendo nenhum contato direto com essas atividades anteriormente.

Iniciados a partir de 2002 e 1998 respectivamente, com o sr. Aurélio Góes e o sr. Antônio Tavares (criadores de avestruzes e cabras, respectivamente)¹⁰⁸, tinham sítios em Ibiúna e resolveram transformá-los em pequenas instalações agropecuárias.

Comercializam diretamente suas mercadorias com médias e grandes redes de supermercados, como é o caso do leite e do queijo de cabra, vendidos também na própria rede de pequenos mercados (região metropolitana de São Paulo) do sr. Antônio Tavares mas, comercializados principalmente, com as grandes redes de supermercados Wal Mart e Pão de Açúcar, grandes hotéis (Transamérica e Bourbon) e mercados, padarias, mercearias da capital, de Ribeirão Preto, de Jundiaí e de Araraquara. Já o sr. Góes comercializa a carne e as plumas dos avestruzes com Araçatuba, Amparo e, em 2006, havia fechado um importante negócio com o Grupo Perdigão.

Nas duas propriedades, há adequação de instrumentos de produção, de mão de obra especializada, ausência de incentivos governamentais, empréstimos de bancos privados, familiares e funcionários revezam no trabalho e utilizam tecnologias modernas no processo de produção, como é, por exemplo, o caso dos avestruzes em que todos possuem *chips* de identificação que indicam a idade do animal, sexo e

¹⁰⁷ A EMBRAPA tem um conjunto de parcerias e pesquisas que auxiliam diretamente o criador envolvido nesse ramo de atividade. Disponível no site <<http://www.cnpc.embrapa.br/cnpc2.htm>> Acesso em 18/02/2007.

¹⁰⁸ Entrevista realizada por nós, em 20 de maio de 2006, concedida pelos senhores Antônio Tavares e Aurélio Góes, que estão no ramo da caprinocultura e estrutuicultura, no município de Ibiúna.

proprietário, graças a um projeto vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Na propriedade do sr. Tavares, existem vários compartimentos, divididos por funções. No primeiro estão localizados os animais (figura 10). Nesse lugar existem 130 animais divididos por idades (cinco repartições) que recebem os cuidados e a alimentação diária. Esses animais recebem iluminação artificial e técnicas como o uso de música para mantê-los calmos. No segundo compartimento, está localizada a usina. Na entrada, ficam a parte da limpeza de caixas de leite e sistema de desinfecção dos pés para poder entrar na parte onde ficam os alimentos. Todo o processo é acompanhado por técnicos. Nessa sala, fica o pasteurizador e a embaladora de leite.

No terceiro componente, o leite chega da sala de ordenha (os animais são colocados numa esteira mecânica onde o leite é ordenhado) até o pasteurizador através de tubulações de aço inoxidável, sem contato manual. Após a pasteurização, o leite é bombeado por meio de tubulações até a dosadora e embaladora. Após o enchimento do leite no saco plástico, é feito o processo de solda da embalagem, podendo, a partir desse instante, ser levado até os *freezers*, para ser congelado. No quarto compartimento, leite e queijo são armazenados e, no quinto e último compartimento, está o escritório de comercialização desses produtos. Segundo o sr. Antônio Tavares, a atividade da caprinocultura produz 200 litros de leite por dia e, a para cada litro, há um lucro de R\$ 3,00.

Fotografia 10: Uso do espaço utilizado para fins da atividade da caprinocultura. O sr. Antônio Tavares iniciou a atividade em 2002, com 18 cabras hoje o estabelecimento possui 130, sendo a meta estipulada pelo sr. Antônio, chegar a 200 cabeças. A idéia de começar a criação de cabras, surgiu para cobrir os gastos do sítio. Autoria: Elisângela Couto – 01/01/2006.

O sr. Aurélio Góes, dono do criatório de avestruz (figura 11), iniciou essa atividade em 1998, com um casal de aves. Hoje, sua propriedade abriga 350 animais. Considerada uma carne nobre e sem colesterol, esse ramo vem crescendo no país. É possível aproveitar, além da carne, as plumas e os couros, que são utilizadas para a fabricação de fantasias. Anteriormente, o avestruz era considerado como ave exótica pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), passando, posteriormente, a ser considerado como ave doméstica, o que possibilitou sua comercialização. Os avestruzes são divididos por idade e, assim, há na propriedade diferentes áreas, divididas por arames, para evitar que os avestruzes se misturem. Em cada área há casais que se apropriam de cada espaço, formando ninhos. A reprodução da fêmea é alcançada a partir dos dois anos de idade e, do macho, a partir dos três.

Os ovos vão para uma pequena máquina, localizada próxima ao lugar de morada dos avestruzes. Lá, ficam em média 40 dias, para depois voltarem e estarem aptos para se transformarem em avestruzes. O preço de cada ave, segundo informações, do sr. Aurélio Góes, gira em torno de R\$ 700,00 reais. Ibiúna conta hoje

com cerca de 3% no total da participação da cadeia produtiva da estrutuicultura, da qual, o líder, é o município de Campinas, com 26%¹⁰⁹.

Fotografia 11: Uso do espaço utilizado para fins da atividade da estrutuicultura. O estabelecimento possui 350 aves espalhadas numa propriedade de 1 e 1/2 alqueire. Além da carne, as penas também são vendidas e vão servir de adereço aos foliões das escolas de samba. Autoria: Elisângela Couto – 01/01/2006.

Devido aos altos custos envolvidos nessas atividades, os produtos acabam por se tornar inacessíveis à maioria da população. Nesses novos usos agropecuários, foi possível perceber que, na realidade, a preocupação com a rentabilidade econômica é a causa principal, e o território, mais uma vez, é usado enquanto recurso para fins particulares.

As formas de ocupação socioeconômica nas áreas rurais estão associadas aos novos ou recriados usos do tempo e do espaço, como indica Graziano Silva et al. (2002). São introduzidos novos usos na mesma atividade, isto é, são recriadas formas a

¹⁰⁹ A porcentagem refere-se aos seguintes municípios: Campinas com 26%, São Paulo com 13%, Indaiatuba e Santo André com 6%. Ficando para Ribeirão Preto, Avaré, Bariri, Bragança Paulista, Ibiúna, Cosmópolis, Bauru, Duarte, Igarapava, Itacemópolis, Piracaia, Mogi da Cruzes, Presidente Prudente e Pirassununga 3% para cada município. O Estado de São Paulo é hoje o principal empreendedor do país, com algo em torno de 700 agroempreendedores, detendo aproximadamente 55% dos criadores de todo o Brasil. Associação Paulista de Estrutuicultura (AEPE). Disponível no site <<http://www.aviculturaindustrial.com.br>> Acesso em 01/07/2006.

partir de: nichos especiais, cadeias produtivas com novas bases técnicas, integração ao circuito das mercadorias (articulação com supermercados, comercialização sob encomenda), nova divisão do trabalho, surgimento de novas hortaliças e agregação de valor formando os principais seguimentos que fornecem características à idéia de um *novo rural*¹¹⁰: “É como se houvesse uma busca incessante dos capitais para se converter em mercadorias todas as atividades com valores de uso, o que leva à criação de novos mercados e de novas necessidades” (GRAZIANO SILVA, et al. 2002, p.41)

Em Ibiúna, atividades como os pesque-pagues ganham cada vez mais espaço. São mais de 30 propriedades do tipo espalhadas pelo município. As atividades domésticas e de construção civil e o turismo rural são outros setores de atividades que vêm crescendo. Da mesma forma, muitas pessoas que trabalham na lavoura complementam a renda familiar com atividades não agrícolas, caracterizando-se o que se entende por pluriatividade:

[...] um fenômeno que tem se aprofundado em função da queda da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em direção ao espaço rural tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar (MARAFON, 2006, p.27).

Os agentes hegemônicos penetram nessas atividades por meio de financiamentos, dados por intermédio de empréstimos bancários, de infra-estrutura, como também atuam no destino das mercadorias. Estão presentes nas atividades agropecuárias de Ibiúna, desde o início do processo, como é o caso das atividades da caprinocultura e da estruticultura, que requerem instrumentos de produção modernos, como as máquinas encontradas na usina do sr. Tavares, os chips instalados nos avestruzes, a ração que os animais comem, as vacinas, a infra-estrutura dos

¹¹⁰ Embora o debate sobre o *novo rural* não seja o objetivo dessa pesquisa, alguns apontamentos sobre o tema são debatidos por Graziano Silva (2002, p.39) que classifica alguns aspectos ligados ao fenômeno, entre eles: a agropecuária moderna baseada em *commodities*, as atividades não agrícolas ligadas à moradia, lazer e prestação de serviços e as novas atividades associadas aos novos nichos de mercado.

A discussão sobre esse assunto tem motivado debates importantes, como é o caso da discussão dos conceitos de *pluriatividade*, *rururbano*, entre outros. O geógrafo João Rua (2006) aborda tais debates no artigo: *Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades*. In: *Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia*, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

estabelecimentos etc. Mas, é no processo de comercialização que se dá, com mais evidência, a atuação desses agentes, pois quem compra a produção desses pequenos agropecuários são as grandes redes de comércio, uma vez que o acesso é restrito, devido aos preços altos dessas mercadorias. Consequentemente, esses produtos são adquiridos por consumidores que têm um maior padrão econômico.

3.5 – os conflitos do passado que se estendem na contemporaneidade: produção do espaço geográfico desigual

A partir das ações globais, são transmitidos os principais conteúdos difundidos pela informação que é o evento principal da contemporaneidade que alcança todo o território, mesmo que de forma diferenciada. Essa diferenciação dos vetores da globalização nos lugares é possível devido às relações históricas do lugar ligadas ao prático-inerte¹¹¹. Somado a isso é necessário entender o grau de disposição das pessoas e dos lugares para receber os vetores modernos. Nesse sentido, o local e o global complementam-se e se contradizem.

Na contemporaneidade, o espaço urbano tornou-se mais dinâmico devido ao dinamismo do espaço agrícola rural. Na figura 12, apresentam-se algumas formas residuais (lado superior direito), ou as chamadas rugosidades, que persistem na paisagem urbana de Ibiúna com novas funções ligadas ao setor de serviços. Assim, também, alguns hábitos locais coexistem diante dos comportamentos e objetos modernos que chegam a Ibiúna.

As figuras 12 e 13 estão na mesma rua, sempre movimentada. A primeira figura traz um dos primeiros bares de Ibiúna, que vai sendo passado da geração passada até a atual. No interior do bar, existem poucas mesas, poucas imagens publicitárias, mas ele sempre está repleto de pessoas, muitas delas com mais de 60 anos, que se reúnem e trocam experiências do cotidiano. Na fotografia seguinte, com muitos comércios, sempre há muitas pessoas no interior de cada loja, mas com diferentes objetivos. Numa mesma rua, pode-se encontrar temporalidades ligadas, inclusive, a hábitos, formas e comportamentos diferenciados.

¹¹¹ O prático-inerte do qual trata Sartre refere-se às experiências individuais e sociais cristalizadas no passado e que constituem formas sociais. Milton Santos estende a idéia para o espaço no sentido de que as formas espaciais do passado também fazem parte desse prático-inerte (SANTOS, 2002, p.317).

Fotografia 12: um dos bares mais antigos do centro de Ibiúna. Enquadra-se em parte da noção que Milton Santos chamou de *rugosidades*. Esse local , está situado na rua XV de Novembro, uma das principais ruas do município de Ibiúna. Encontra-se em meio às lojas, conforme retrata a figura XX (abaixo). Autoria: Elisângela Couto – 10/09/2006.

Fotografia 13: Rua XV de Novembro - uma das principais ruas do município de Ibiúna. É nela que são encontrados os principais comércio. Aos feriados e finais de semana, torna-se quase impossível transitar nessa rua, devido os congestionamentos. Nesses dias, há uma quantidade considerável de turistas na cidade. Autoria: Elisângela Couto – 10/09/2006.

Mais que abastecer o mercado interno, as racionalidades hegemônicas buscam a modernização da economia rural e o aumento da composição técnica e orgânica do capital na agricultura (SANTOS, 2003, p.190). Os velhos problemas persistem nas paisagens do território brasileiro. Dessa forma, a ação no mundo rural, carregada pelo viés da modernização técnico-científica e comandada pela informação, predomina como manchas no território e o Estado e as grandes corporações empresariais dão o sentido do que entendem por moderno.

O que aconteceu, de fato, foi um aumento das possibilidades técnicas, porém estas continuam a privilegiar poucos sujeitos sociais, mesmo sabendo que a própria técnica, quando direcionada para o bem estar humano, pode transformar e dignificar a existência humana e ser um instrumento de libertação. Todavia, os usos técnicos e científicos são apropriados para outros fins, tornando a parceria modernização e tecnocracia um instrumento opressor para a maioria da sociedade brasileira:

Modernização e tecnocracia, sendo sinônimas nas condições atuais, o movimento para a concentração é apoiado por uma poderosa argumentação técnica [...] O resultado entretanto, é o contrário: pobreza difundida por toda a parte, pobreza concentrada nos pontos de crescimento. Isso, não podemos negar, constitui um dos resultados mais graves da associação funcional do Estado com os monopólios (SANTOS, 2004, p.282).

Dentro da discussão filosófica da razão, Weber (2000) aponta um caminho sem saída que a racionalidade moderna, racionalidade dos fins, reserva para a sociedade, enquanto Habermas (1988) tenta construir a emancipação social a partir de um discurso que tem como fundamento a razão comunicativa, mediada por símbolos e pela linguagem que pode vir a ser uma alternativa à modernização vertical das coisas e dos homens.

Ao pensar nessas reflexões dentro da ciência geográfica, é necessário que se entenda que a racionalidade instrumental conduz caminhos para determinados fins. Todavia, há outros tipos de racionalidades, como aquelas que Santos (1996) chama de *contra-racionalidades*, capazes de denunciar a fragmentação dessa razão instrumental, que reduziu as relações sociais ao nível da individualidade, do consumo etc. Nesse sentido, as ações cotidianas estabelecidas no lugar funcionam como solidariedades

capazes de mudanças, a partir de um bem comum social. Assim, são estabelecidos códigos no lugar, que, embora submetidos aos comandos dos agentes hegemônicos, são capazes de construir identidades que buscam novas formas de existências que transcendam às atuais.

No que diz respeito ao espaço agrícola, marcado por desigualdades, os agentes hegemônicos e os pequenos agricultores entram em conflito, mas de uma forma ou de outra há, *“Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam, de modos múltiplos, frações de capital e trabalho”* (SANTOS, 2003, p.143). Constituído por relações entre agentes hegemônicos e hegemônizados, o espaço agrícola de Ibiúna mantém contradições que aparecem nas condições de trabalho na agricultura, nas condições de mercado e comercialização, assim como na apropriação do trabalho pelas grandes empresas envolvidas com a agricultura.

O trabalho familiar aparece nas propriedades visitadas. Contudo, há também funcionários temporários ou efetivos que colaboram nas atividades agropecuárias. O assalariamento se dá, sobretudo, em propriedades mais ligadas ao grande mercado, como é o caso da hidroponia, da maioria dos agricultores orgânicos, convencionais e ligados à pecuária. Nesses estabelecimentos, a ação dos agentes hegemônicos se faz mais presente, o que obriga esses lugares serem mais racionalizados em relação às demandas desses agentes.

A globalização utiliza dos avanços tecnológicos influenciando no comportamento humano e nas condições existenciais humanas bem como no dinamismo do espaço geográfico. Diante disso, a nova ordem global torna o território brasileiro modernizado parcialmente, pois acompanha os ritmos mundiais, enquanto as contradições dessas modernizações espalham a escassez existencial:

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque acolhem os vetores da globalização, que passam por eles para impor essa nova ordem – que eu espero seja passageira. Mas, de outro lado, produz-se a partir de cada lugar a contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados, isto é, de pessoas que não têm como se subordinar permanentemente à racionalidade hegemônica e que estão juntas, como parte de uma vizinhança (SANTOS, 1999)¹¹².

¹¹² Revista Teoria & Debate. Referente aos meses de fev/mar/abr, 1999b. Texto sem página. Disponível no site <<http://www.geocities.com/madsonpardo/ms/entrevistas/mse08.htm>> Acesso em 15/02/2007.

Assim, em Ibiúna, existem variadas formas e funções que indicam quais os processos determinantes que configuram a paisagem da atualidade. De certo modo, o Estado e o mercado foram os protagonistas das transformações sócio-econômicas daquele município, que ganhou força a partir das ações dos sujeitos sociais que decidiram ali instalar-se. As normas estatais e mercadológicas acabam por impor, no território brasileiro, um conjunto de ideologias modernizadoras capazes de incentivar o que eles alegam ser fundamental para o progresso do país. É de Mónica Arroyo (2005), a pergunta: a porosidade e a fluidez do território serve para quem? Na contemporaneidade das ações o território estaria mais direcionado a ser usufruído pelos agentes hegemônicos.

As ideologias são colocadas como imprescindíveis para o desenvolvimento dos lugares. Ideologias do crescimento e do consumo são os motores das novas formas de produção (SANTOS, 1992).

A questão das normas sempre foi de extrema importância para se entender a configuração territorial brasileira. Na contemporaneidade, o que se percebe é a constante normatização que grupos com poder e influência acabam por impor no território, atingindo aos demais agentes sociais. Não diferente acontece em Ibiúna, com as normas na agricultura, nos comportamentos, nas legislações ambientais etc.

A modernização está presente em Ibiúna por meio da instalação da FAMEC (Faculdade de Educação e Cultura Montessori), dos institutos de pesquisas como a EMBRAPA e a APTA (Agência Paulista de Tecnologias dos Agronegócios)¹¹³, na modernização dos sistemas de engenharia, na rede de bancos e nos movimentos de pessoas que circulam em Ibiúna e que, de alguma forma, possuem relações com o município.

A tecnificação do território, entendida a partir de uma organização sistemática de ações e objetos geográficos, a fim de possibilitar um uso territorial e social para todos os homens, é invertida na medida em que os agentes hegemônicos querem o território cada vez mais racional e eficaz para usos exclusivamente corporativistas e

¹¹³ A APTA é uma organização estadual de ciência e tecnologia da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. É formada por seis institutos de pesquisa e pelo Departamento de Descentralização do Desenvolvimento (DDD), que agrega 15 pólos de desenvolvimento tecnológico dos agronegócios. Dos seis institutos, estão envolvidos mais diretamente com a pesquisa em horticultura; o Instituto Agrônomo (IAC), o Instituto Biológico (IB), o IEA, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) e o DDD (SAA, 2003, p.26).

mercantilistas. Todavia, a técnica inerente à sociedade humana pode constituir-se como instrumento de libertação.

No momento em que se acreditava que, a partir da mudança produtiva da agricultura, sobretudo, a partir do pós segunda guerra, a transformação social e econômica e melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres seria uma consequência dessas mudanças, o que aconteceu não foi o previsto. As transformações da agricultura ficaram restritas à absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade. Porém, a proposta de desenvolvimento social nas relações com os agricultores e moradores das áreas rurais não sofreu grandes mudanças.

Assim em Ibiúna, o *acontecer complementar* apresenta a intensidade de relações sociais entre a cidade e os demais lugares próximos, que fortalecem as ações de comando do lugar. A existência dessas relações integra o município dentro de uma rede de lugares e de ações que são iniciadas desde o pequeno agricultor até a grande empresa de insumos. Um conjunto de verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 1996), dá o comando às diferentes formas que os lugares do território brasileiro assumem por meio das ações políticas, culturais, históricas e econômicas no espaço banal.

A busca por condições existenciais mais humanas faz do território um ente fundamental e indispensável para a realização da existência humana plena. A modernização pela qual se dá no território não apresenta grandes avanços na diminuição da pobreza e da fome, mas, se houver mudanças de mentalidades, uma nova modernização inspirada no homem e no território usado como princípio e fim, pode modificar o território como um componente a serviço da sociedade.

O poder público apóia a
iniciativa empresarial
que traz ao nosso
município a Modernidade
e a certeza de Progresso

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um conjunto complexo de variáveis que determinam a posição de um determinado lugar no contexto global, acompanhamos durante a pesquisa quais os principais eventos que contribuíram para que o município de Ibiúna, ao longo de sua constituição, construísse formas e funções conforme os novos ritmos impostos pelo processo de modernização agrícola do território.

Contudo, a modernização seletiva concentra um conjunto de fluxos e fixos nas regiões que possuem maiores retornos financeiros aos agentes hegemônicos. E, mesmo nessas regiões mais dinâmicas, como o Sudeste, existem distorções sociais que se assemelham às demais. No entanto, devido aos novos conteúdos técnicos e científicos, é possível encontrar porções do território que, durante décadas, não estavam imediatamente nos planos das racionalidades corporativas, como é o caso de parte da região Nordeste e que vêm se tornando dinâmicas, como as áreas de Petrolina e Juazeiro, estudadas por Soraia Ramos (2001).

Todavia, o uso agrícola do território brasileiro nos permite afirmar a existência de modernizações conservadoras (GRAZIANO SILVA, 1996), na medida em que o território ganhou conteúdos tecnológicos, porém manteve, em proporções diferenciadas, a mesma concentração de dinheiro, terras e poder nas mãos dos grandes agentes ligados à atividade agrícola.

A modernização da agricultura torna-se seletiva, na medida em que os lugares são organizados de acordo com seus potenciais econômicos principalmente. É o caso do Estado de São Paulo, em que a origem da dinamização socioeconômica remonta à cultura cafeeira, que tornou possível a expansão e integração territorial do Estado por meio das ferrovias. Posteriormente, esse modelo foi abandonado para ceder lugar ao sistema rodoviário, a partir da década de 1950, devido a processo de industrialização proporcionado pelas bases da economia cafeeira. A partir da década de 1970, por meio de políticas de interiorização do desenvolvimento, o processo de industrialização segue para o interior.

Assim, por meio de ações ligadas à integração entre agricultura e indústria, dadas a partir dos anos de 1960, o cenário agrícola nacional recebeu, ao longo do processo, diferenciações por meio de políticas que se revezavam nas preocupações com o abastecimento interno, assim como com a inserção do país no contexto mundial. Nesse sentido, o território integra municípios voltados para os grandes cultivos, como a cana de açúcar, produzida em grande parte em Ribeirão Preto. Porém, existem

municípios que colaboram com outras atividades agrícolas, como Ibiúna. Entretanto, os investimentos são diferenciados e direcionados para aqueles com maior influência no cenário político e econômico internacional. Esse fato acaba por colaborar para que os sistemas de engenharia mais modernos sejam direcionados para municípios mais atraentes ao capital. No entanto, os mesmos problemas sociais ligados, sobretudo, à condição do trabalhador agrícola persistem no território brasileiro.

Essa seletividade da modernização é resultado da diferenciação entre os lugares, uma vez que alguns apresentam ritmos mais acelerados, como também há outros ritmos do mercado com outras formas de aceleração. A idéia de temporalidades responde como, ao longo do processo de modernização do território, foram construídas temporalidades distintas devido às características de inserção social e do lugar. Sendo assim, a sucessão e coexistência de tempos fazem parte do processo de modernização do território.

As ações sociais e os lugares ganham características particulares na medida em que existe uma divisão territorial do trabalho em que são cristalizadas e vislumbradas as mentalidades do período. De certo, haverá lugares em que as densidades técnicas, científicas e informacionais permanecerão mais concentradas, já, em outros, irão se manifestar com menor intensidade. Assim, em conjunto com os sujeitos sociais, as técnicas e normas particularizam e controlam os lugares e constituem novos usos do tempo e do espaço. Porém, o mesmo poder desses instrumentos em racionalizar as ações e o território pode ser usado pelos agentes sociais como instrumentos que colaborem para dignificar a existência humana. Assim, a questão maior é analisar de que forma as técnicas, a ciência, a informação e as normas estão sendo utilizadas e para quais fins.

Se, de um lado, os agentes hegemônicos utilizam o tempo e o espaço de maneira a atingir fins voltados, na maioria das vezes, para a acumulação de capital, por outro lado, é necessária a mudança de mentalidades em usufruir o tempo e o espaço como forma de reprodução das existências humanas. As racionalidades hegemônicas demonstraram a partir de políticas construídas no território suas intenções de planificar e tornar o espaço geográfico reticular. Os novos usos do espaço geográfico refletem a continuidade dessas idéias na medida em que são mantidas as estruturas de concentração de poder que recriam novas formas de controle social, político, cultural e econômico.

O município de Ibiúna, uma fração de um todo constituído pelo território usado, lugar anteriormente voltado para a extração de madeira, foi alçado à condição atual de ser um dos grandes responsáveis pelo abastecimento hortícola da região metropolitana de São Paulo, fato originado a partir da escassez de alimentos que o mercado urbano enfrentava. A partir de então Ibiúna tornava-se dependente dessa região, uma vez que esta determinava o que produzir, como, quando, para quem produzir e qual o valor das mercadorias.

Assim, os circuitos espaciais existentes nas relações entre o município e a região metropolitana, possibilitaram entender o instante em que a produção é finalizada, os principais percalços associados à venda da produção, que é distribuída aos supermercados, cooperativa, atacadistas, quitandas, sacolões, varejões, intermediários individuais, feirantes e pessoas que comprem diretamente na roça. Muitos agricultores estabelecem contato com sacolões e quitandas, em geral menos exigentes que os supermercados em relação às normas de classificação, embalagem, preços etc. Outra análise importante diz respeito ao fato de que, em grande parte das propriedades, a venda estava concretizada antes mesmo de ter sido plantada.

Há dessa forma ações racionais que subordinam os agricultores que se vêm obrigados a entrarem nesse circuito, pois do contrário, ficarão ainda mais submissos às penas de ter de deixar suas propriedades em função da inexistência de comércio. Na realidade, os agricultores de Ibiúna cumprem uma pequena etapa num circuito espacial de produção muito mais amplo, colaborado por intermediários que não são responsáveis pela liquidez dos produtos.

Diante disso, a noção de circuitos espaciais, proposta por Milton Santos na análise urbana do território, também pode ser verificada nas atividades que permeiam a modernização ocorrida nas áreas rurais. Tais atividades envolvem o circuito superior e inferior que se interagem recriando múltiplas formas de usos do tempo e do espaço. Os processos daí resultantes demonstram que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos hortícolas de Ibiúna são realizados separadamente, uma vez que a produção é realizada no município, porém a distribuição é feita a partir de um conjunto de agentes que comercializarão as mercadorias em outras cidades. A partir daí essas hortícolas seguem para vários comércios que as vendem para seus consumidores.

Mesmo com a grande deficiência no processo produtivo, os pequenos agricultores vêm na figura do intermediário como alguém que fornece garantias da compra de seus produtos. Embora sabendo que os preços pagos são muito inferiores se comparados aos vendidos nas prateleiras, os agricultores encontram-se obrigados a vender para os intermediários, uma vez que não conseguem colocar diretamente seus produtos no mercado. Nesse contexto, o produtor, alienado da totalidade da cadeia produtiva, consegue somente produzir e cultivar, desconhecendo o valor real de seu trabalho e de seu produto. Daí surge o problema de não se enxergar enquanto sujeito participante e fundamental do processo. Tal situação torna o cotidiano dos agricultores cada vez mais ligados às ações dos agentes corporativos.

Situação não menos preocupante fica por conta dos agricultores inseridos nas relações com os compradores fixos, quase sempre supermercados, outras empresas de menor porte e com a cooperativa CAISP. Se, de um lado, há um relativo conforto, de outro, os pequenos agricultores são os mais prejudicados, uma vez que não possuem orientações para inserção de seus produtos num mercado menos competitivo que aquele imposto pelos intermediários. Todavia, a certeza da compra da produção não satisfaz as necessidades existenciais dos agricultores, pois todos os entrevistados disseram ser necessário um conjunto de políticas que partam da esfera pública e privada para garantir condições mais equilibradas a todos os trabalhadores em geral.

Possuir o título de maior produtor de orgânicos do Estado de São Paulo não significa o desaparecimento dos problemas enfrentados pelos agricultores que, se persistirem as dificuldades impostas por meio de normas, de preços que variam e novos valores ligados à saúde e ao ambiente, serão levados a encerrar suas atividades. Inseridos num diferente contexto socioeconômico, os novos usos do espaço agrícola de Ibiúna, ligados às atividades agropecuárias, apresentam menores problemas quando comparados à agricultura.

Diante disso, são democratizadas as etapas do processo de produção e, no momento da repartição dos benefícios, ocorre uma seleção a partir da condição econômica de cada agente na cadeia produtiva. Desse modo, a produção orgânica, hidropônica e os produtos provenientes das atividades da caprinocultura e estruticultura são consumidos por uma classe economicamente mais privilegiada. Todavia, a discussão não se finaliza com a questão do consumo. As formas que são geradas nesses circuitos acabam por negligenciar as condições sociais de um número

bastante significativo de pessoas que depende das atividades do campo para sobreviver. Assim, o espaço agrícola de Ibiúna é visto enquanto fonte de recursos que podem ser obtidos e não como um instrumento capaz de melhorar a existência de seus habitantes.

Na contemporaneidade, as solidariedades organizacionais prevalecem sobre as orgânicas, no momento que representam os interesses dos agentes hegemônicos. Já as solidariedades orgânicas ocupam os interstícios abertos pelos agentes hegemônicos, existentes em Ibiúna dentro das associações de agricultores, que se reúnem esporadicamente para discutir e encontrar caminhos para os problemas da agricultura local.

A fragmentação dos usos do tempo e do espaço traz para a discussão reflexões de como são colocadas as consecutivas modernizações dadas no espaço geográfico. Mais importante é observar como os agentes hegemônicos que fazem política e economia desejam que enxerguemos as mudanças socioespaciais; assim, temos de um lado, um país moderno coordenado pelas racionalidades hegemônicas e, de outro lado, as conseqüências sentidas pela maioria da sociedade envolvida nesse processo de racionalização.

Isso nos remete às questões levantadas por Milton Santos (2000), que nos permitem apreender pelo menos dois sentidos para se entender as mudanças e mentalidades dessa época. Teríamos então o mundo enquanto fábula e como ele é na realidade. O primeiro é o mundo do irreal, constituído por ideais de progresso individual e de consumo como fundamentos da realização plena do sujeito. Há também o outro mundo, mais ligado à realidade: um mundo desprovido de liberdades, desejos e com desigualdades sociais ligadas à pobreza, à miséria e ao descaso, como também, à posição que cada sujeito social acredita ter na sociedade. Todavia, nenhum desses mundos contempla a plena realização existencial, na medida em que o primeiro mundo traz as aspirações baseadas em valores de consumo, incapazes de demonstrar os valores verdadeiros do ser humano. O segundo, o mundo imperfeito, traz a verdadeira realidade, sem lençóis e sem máscaras, como diria Nietzsche (2000). Diante desses mundos, a sociedade é seduzida por um conjunto de imagens, propagandas e idéias levam-na para o reino do consumo, impedindo que o mundo real seja visto em sua essência.

Dessa forma, as 'coisas' acabam sendo colocadas como um fim. A única certeza é a garantia da mais valia, enquanto os homens são considerados, por outros homens, como meios pelos quais será atingido o resultado aguardado. Invertem-se desse modo, as posições: homens tornam-se coisas, coisas realizam-se entre os homens. Entretanto, tal inversão não é totalmente realizada, na medida em que a humanidade não poderá ser vista enquanto coisa a partir do momento do despertar dos homens para a mudança que os coloque como seres conscientes e responsáveis pelos seus atos, como diria Sartre (1947).

No momento contemporâneo, há os dois pontos básicos a serem levantados sobre a questão da liberdade e da necessidade. Como alcançar esses patamares na medida em que as ações investidas no território apontam como fim exclusivo a garantia do maior lucro? A partir da perspectiva da razão instrumental, o território é um dos meios para atingir determinados fins. Todavia, outras possibilidades dão novos indícios de mudanças. A racionalidade instrumental pode ser revertida, uma vez que a razão comunicacional, da qual fala Habermas (1988), contraponha esses valores dados pela crescente racionalização da vida, bem como do espaço.

Tais mudanças podem acontecer na medida em que, devido à crescente escassez (SARTRE, 1947) difundida e acelerada pelo processo de globalização (SILVEIRA, 2005)¹¹⁴, surgem possibilidades que não são permeadas pelo poder de consumo.

Quando essas reflexões são colocadas para a atividade agrícola em Ibiúna, torna-se evidente que há imposições, a partir das normas, da política, dos objetos etc., dados pelos atores hegemônicos que, amparados pelos conteúdos técnicos, científicos e informacionais, mantêm controle sobre os agricultores. Entretanto, as contraracionalidades, por razões diversas, entre elas devido ao fato de não conseguirem acompanhar o ritmos impostos pelas racionalidades hegemônicas, procuram outras alternativas de existência.

Um exemplo da ação cotidiano é o momento do qual um conjunto de agricultores de Ibiúna decidiu fazer reuniões mensais para trocar experiências. E, passados alguns anos, buscam nessa rede de solidariedades orgânicas mais que

¹¹⁴ Refere-se às aulas ministradas pela profa. Dra. Maria Laura Silveira sobre *Teoria e método em geografia*, no segundo semestre de 2006. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo – USP.

estratégias de sobrevivência na agricultura, estão em busca de um caminho para a melhoria de suas existências. Essas ações podem vir a ser um contraponto à crescente racionalização do tempo e do espaço geográfico, tornados reticulares pelas mentalidades hegemônicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Unesp, 1994.

ANTAS Júnior, Ricardo Mendes. MENDES. **Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território**. In: Espaço e Tempo, São Paulo, GEOUSP, nº 16, pp. 81-86, 2004.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Economia rural – conceitos básicos e aplicações**. Chapecó: Grifos, 2000.

ARENDT, Hanah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ARROYO, Maria Mônica. **Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental**. In: SILVEIRA Maria Laura (Org). *Continente em chamadas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp: 211-242.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA. **Normas de produção orgânica AAO: normas de produção vegetal, parte 5**. 2004. Disponível no site <<http://www.aao.org.br/norma210904.pdf>> Acesso em: 01 mar 2004.

BACEN, BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural - 2005 financiamentos concedidos a produtores e cooperativas**. Disponível no site <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2005>> Acesso em 10/12/2006.

BACEN, BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crédito de custeio agrícola**. Disponível no site <<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2005/rel523.pdf>> Acesso em: 10/12/2006

BIALOSKORSK Neto, Sigismundo. **Cooperativas agropecuárias no Estado de São Paulo: uma análise da evolução na década de 1990**. In: Instituto de Economia Agrícola (IEA) - Informações econômicas. São Paulo, vol. 35, n.8 agosto, 2005.

BNDES, BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Crédito rural**. Disponível no site <<http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios>> Acesso em 10/02/2007

BELIK, Walter; CHAIM, Abrahão Nuria. **Formas Híbridas de Coordenação na Distribuição de Frutas, Legumes e Verduras no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia. Disponível no site <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo173.htm>> Acesso em 15/01/2007.

BELIK, Walter (Org) **Políticas de combate à fome no Brasil**. São Paulo: Fundação Seade-Perspectiva, vol. 15 nº 4, out/dez, 2001. Disponível no site <<http://www.scielo.br/scielo.php?script>> Acesso em 05/01/2007.

BELLOM, Stéphane; ABREU, Lucimar Santiago. **Formas sociais de orgânica familiar em áreas de cinturão verde do território de Ibiúna, Estado de São Paulo**. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 381-398, maio/ago, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. **A crise da racionalidade econômica: os novos desafios do capital**. São Paulo: USP, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, CD ROM.

CASTILLO, Ricardo Abid. **Sistemas órbitas e uso do território: integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, USP, 1999.

CATI, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). **Projeto LUPA**. Disponível no site <<http://www.cati.gov.br>> Acesso em jan. e out., 2005, jan. e out., 2006 e jan. e out., 2007.

CONTEL, Fábio Betioli. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – 2007.

_____. **Os sistemas de movimento do território brasileiro**. In: O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001, pp-357-374.

CEAGESP, **Companhia de Entrepósitos de Armazéns Gerais de São Paulo. Produto em ordem**. Centro de Qualidade em horticultura. Circular técnica: CQH, nº 13, maio/2006.

CCI – Centro Cultural de Ibiúna. **História do desenvolvimento da colônia nipo-brasileira de Ibiúna: 1932 – 1998**. São Paulo: CCI, 1998.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Redes estrangeiras compram supermercados brasileiros.** Disponível no site <<http://www.dieese.org.br/bol/esp/estset99.xml>> Acesso em 05/12/2006.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura.** São Paulo: Difel, 1986.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, Denise. **Meio técnico-científico e informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto.** Tese de Doutorado em Geografia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 1996.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século XX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agricultura orgânica.** <http://www.cnph.embrapa.br/paginas/areas_pesquisa/agroecologia.htm> Acesso em 03/01/2007.

FAUCHER, Daniel. **Geografia Agrária.** Barcelona: Omega, 1953.

FAULIN, Evandro Jacóia ; AZEVEDO, Paulo Furquim. **Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações.** In: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Informações econômicas, SP, v.33, n.11, nov. 2003.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [19sd].

GOMES, Cilene. **A (des) localização do Meio-técnico-científico e informacional de Sorocaba.** Dissertação de mestrado em Geografia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

GONÇALVES, José Sidnei ; VEGRO, Celso Luis Rodrigues. **Crise Econômica E Cooperativismo Agrícola: Uma Discussão Sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC).** São Paulo: Agricultura, em São Paulo, SP, 41 (2):57-87, 1994. Disponível no site <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php>> Acesso em 29/03/2006.

GONÇALVES Neto, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil – política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960-1980**. Tese de Doutorado em História, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 1991.

GUEDES, Pinto Luis. **Notas sobre a política de crédito rural**. Universidade de Campinas: UNICAMP, 1981.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Portugal: Edições 70, 1994.

_____. **El cambio de paradigma en Mead y Durkheim: de la actividad teleológica a la acción comunicativa**. In: Teoría de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 2003, pp.07-154.

_____. Teoría de la acción comunicativa. **Racionalidad de acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1988.

HOUAISS, **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001. CD ROM
Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (I

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censos Demográficos** de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1991 e 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censos agrícolas e agropecuários** de 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Área e produção dos principais produtos da agropecuária do Estado de São Paulo**. São Paulo: IEA, 2005.
<<http://www.ciagri.iea.sp.gov.br>> Acesso em 23/01/2006.

ISNARD, Hildebert. **Espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

JORNAL O CRUZEIRO DO SUL. Ibiúna na era da **modernização tecnológica**. Disponível em <<http://www.jornalcruzeirodosul.com.br>> Acesso em: 10/02/2005.

JORNAL DA ECONOMIA. **Cooperativa agropecuária de Ibiúna abastece o mercado de São Paulo e Baixada Santista**. São Paulo: São Roque, 2005. Disponível no site <<http://www.jeonline.com.br/regiao/regiao>> Acesso em 18/01/2006.

JORNAL DO ENTREPOSTO - CEAGESP. **Embalagem: sancionada lei municipal que restringe usos de caixa de madeira.** São Paulo, CEAGESP, fev. 2007.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Produtor luta contra o atraso tecnológico.** In: Agrofolha- agrobusiness, 25 de julho, 2000.

JORNAL FOLHA DO CAMPO. **Região quer mais número de beneficiados.** In: Folha do campo, ed. n° 7, outubro, 2006.

JORNAL GAZETA MERCANTIL. **2.4 bilhões de dólares são investidos na produção de fertilizantes.** In: Agronegócio C-7, 26-27 e 28 de janeiro, 2007.

JORNAL GAZETA MERCANTIL. **Apesar das dificuldades, agronegócio mantém crescimento.** In: Balanço anual – 2005, agosto, 2005, n°29. Revista da Gazeta, ano XXIX, pp- 392-393.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **O campo informatizado: propriedades rurais descobrem, cada vez mais, os benefícios e lucros da tecnologia.** In: Agrícola, Caderno G-tecnologia, outubro, 2006.

_____. **Ibiúna tem um dos piores índices de violência de SP.** In: Caderno **Metrópole.** São Paulo, 17 de novembro, 2006b.

_____. **O nó da safra – usineiros alertam: não há braços nem máquinas para colher os 6,4 milhões de ha de cana.** In: Caderno: Agrícola – agroindústria, 02 de maio de 2007.

KAGEYAMA, Angela. **Mudanças no trabalho rural no Brasil - 1992-2002.** In: Instituto de Economia Agrícola: Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 71-84, jul./dez. 2004. Disponível no site <[http:// www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-6.pdf](http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-6.pdf)> Acesso em 30/08/2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENCIONI, Sandra. **Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade - Jordanópolis, o estudo de um lugar.** Dissertação de Mestrado em Geografia, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 1985.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Sobre o Estado**. In: Obras Escolhidas em Seis Tomos, 4. Lisboa: Edições Avante, 1986.

LINENSE, José Gomes. **Y Una – noiva Azul: historia do município de Ibiúna**. São Paulo: Tempos, 1997.

MARAFON, Gláucio José. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo. rural: reflexões a partir do território fluminense**. In: Campo-território. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MARX, Karl. **A maquinaria e a Indústria Moderna**. In: O Capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Livro 1 – Vol. 1. Cap. XIII — pp. 423-579.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

MASSUQUETTI, Angélica. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97**. Disponível no site <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes> Acesso em 10/02/2006.

MELO, Ligia Albuquerque. **Injustiças de Gênero - o trabalho da mulher na agricultura familiar**. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Minas Gerais, ouro Preto, 2002. Disponível no site <http://www.abep.nepo.unicamp.br/> Acesso em 26/01/2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estatísticas - Crédito rural, Agricultura Brasileira em números - anuário de 2005, Culturas**. Disponível no site <http://www.agricultura.gov.br> Acesso em 10/12/2006 e 15/02/2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. **Município - número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por mês e ano agrícola – Ibiúna (SP)**. Disponível no site <http://www.smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel> Acesso em 25/01/2007.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MOTTA, Diana Meirelles. (Org). **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico - espacial brasileiro. Brasília, 1997**. IPEA – Instituto de Economia Aplicada, 1-46 pp.

Disponível no site <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0530.pd> Acesso em 28/09/2007.

MÜLLER, Geraldo. **O complexo agroindustrial brasileiro**. São Paulo: FGV, 1981.

NAE, Núcleo de Assuntos Estratégicos. **O Plano de Metas de JK: a mística do desenvolvimentismo**. In: Cadernos NAE. Disponível no site <http://www.nae.gov.br/doc/anteriores_1998/3hpejk.pdf> Acesso em 09/10/2006.

NASCIMENTO, Carlos Alves. **Evolução das Famílias Rurais no Brasil e Grandes Regiões: Pluriatividade e Trabalho Doméstico: 1992-1999**. In: Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, ab/jun, 2004. Disponível no site <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em 14/10/2006.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. In: Instituto de Estudos Avançados (IEA) - USP. São Paulo, vol.15 n.43, São Paulo, set./dec. 2001.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. São Paulo: Unicamp, 1996.

NORBERT, Elias. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NORONHA, Elias Oliveira ; HESPANHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. **O cinturão verde no município de Mogi da Cruzes (SP)**. Rio de Janeiro: UERG-IGEO, 2004. Disponível no site <<http://www.igeo.uerj.br>> Acesso em 01/08/2006.

_____. **O pequeno produtor rural e as estratégias de comercialização dos produtos hortícolas no Município de Presidente Prudente/SP**. São Paulo: Presidente Prudente (UNESP) Geografia - GEDRA, 2005. Disponível no site <<http://www2.prudente.unesp.br>> Acesso em 01/08/2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani. Alessandri (Org). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999, pp-63-110.

OLIVEIRA, Vanessa Dias. **O espaço agrário brasileiro no contexto técnico-científico e a emergência de novas formas de trabalho**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), CD ROM.

ORMOND, José Geraldo Pacheco (Org.). **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002. Disponível no site <http://www.naturalrural.com.br/conteudo/agricultura_organica.pdf> Acesso em: 15/12/2006.

ORTEGA Y GASET, José. **Meditação da técnica: vicissitudes das ciências cacofonia na física**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.

PALHETA, Iraci Gomes Vasconcelos. **O novo Brasil agrário – modernização sem mudanças**. In: **Territórios em redefinição: lugar y mundo em America Latina**. 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina, Argentina, Buenos Aires, 1997, CD ROM.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IBIÚNA. **Dados estatísticos**. Disponível no site <<http://www.ibiuna.sp.gov.br>> Acesso em: 2005, 2006, 2007.

PINTO, Luis Carlos Guedes. **Notas sobre a política de crédito rural**. Campinas: Unicamp, 1981.

RAMALHO, Mário Lamas. **Geografias da desigualdade: o uso agrícola do território brasileiro**. Monografia apresentada ao Instituto de Geociências (IG) da Universidade de Campinas, 2002.

RAMOS, Soraia Fátima. **Uso do território brasileiro e sistemas agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE)/ Juazeiro (BA)**. Dissertação de Mestrado em Geografia, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 2001.

RODRIGUES, Geraldo Stachetti. **Gestão ambiental de atividades rurais: estudo de caso em agroturismo e agricultura orgânica**. In: Instituto de Economia Agrícola (IEA). *Agricultura*. São Paulo, São Paulo, v.53, n.1, p. 17-31, jan./jun. 2006.

ROSSINI, Rosa Ester. **Os Dekasseguis do Brasil foram para o Japão e lá estão criando raízes**. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, nº 14, pp. 65-76, 2003.

RUA, João. **Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades**. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SAA, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Plano diretor**. In: Instituto Agrônomo (IA). Centro de Análise e pesquisa tecnológica do

agronegócio da horticultura, 2002. Disponível no site
<<http://www.iac.sp.gov.br/Centros/Horticultura>> Acesso em 29/03/2006.

SANTANA, Antônio Carlos Paz. **A organização e inserção da produção de pequenas unidades agrícolas no mercado paulistano: os agricultores do bairro rural de Santo Ângelo**. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, USP, 2006.

SANTOS, Ângela Maria Medeiros Martins. **Hiper e Supermercados no Brasil. BNDES: Gerência setorial de comércio e serviços, 1998**. Disponível no site
<<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/hiperm>> Acesso em 12/01/2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005a.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005b.

_____. **O retorno do território**. In: Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O dinheiro e o território**. In: GEOgraphia, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF) – Ano:1, No 1, 1999a. Disponível no site
<http://www.uff.br/geographia/rev_01/milton%20santos.pdf>. Acesso em 03/01/2007.

_____. **Entrevista com Milton Santos**. In: Geografia & Poesia. Revista Teoria & Debate. Meses: fev, mar, abr, 1999b. Disponível no site
<<http://www.geocities.com/madsonpardo/ms/entrevistas/mse08.htm>> Acesso em 15/02/2007.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. In: Revista Território, Rio de Janeiro: UFRJ-IAGET, ano IV, n° 6, jan-jul, 1999c, pp. 5-20.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Economia Espacial.** São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Espaço e Sociedade** (ensaios). Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTRE, Jean Paul. **Situations III.** Paris: Gallimard, 1947.

SEABRA, Manoel. **Vargem Grande: organização e transformações de um setor do cinturão-verde paulistano.** Dissertação de Mestrado em Geografia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 1969.

SEABRA, Odette Carvalho Lima. **Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão.** Tese de livre-docência em Geografia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, USP, 2003.

_____. **A cidade, os bairros e a periferia.** In: CARLOS. Ana. Fani. Alessandri. Geografias de São Paulo – representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 271-311.

SEADE, Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil Municipal de Ibiúna.** Disponível no site <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php?loc=554>> Acesso em 01/02 e 31/10/2005 e 15/09/2006.

_____. **Emprego e rendimento.** Participação dos empregos ocupados da agropecuária e no comércio no total de empregos ocupados -2003, Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de Ibiúna. Disponível no site <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php?loc=554>> Acesso em 21/05/2006.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. **Região metropolitana.** Disponível no site <<http://www.planejamento.sp.gov.br/AssEco/textos/RMSP.pdf>> Acesso em 05/05/2006.

SCHEPS, Ruth (Org) **O império das técnicas**. Campinas: Papirus, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI – no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Eduardo Teixeira; SCHWONKA, Fabiano. **Viabilidade econômica para a produção de alface no sistema hidropônico em Colombo – região metropolitana de Curitiba – PR**. Curitiba: UFPR, 2001. Disponível no site <<http://www.calvados.c3sl.ufpr.br/>> Acesso em 04/10/2006.

SILVA, Emanuel Sampaio (Org) **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. uniRcoop • Vol. 1, 2, pp. 75-101, 2003.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: v. 19 n°1, 2002, pp-37-67. Disponível no site <<http://www.atlas.sct.embrapa.br/pdf>> Acesso em 02/09/2006.

SILVA, Mônica Weronica Dowbor. **Possibilidades e limites do cooperativismo pelo prisma de entidades de representação das cooperativas**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. **Globalização, trabalho, cidades médias**. In: Revista: Geo-UERJ (Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 2002, pp.11-17.

_____. **Escala geográfica: da ação ao império?** In: Revista Terra Livre (AGB), Goiânia, n° 23, ano 20, vol. 2, jul-dez, 2004.

_____. **Uma situação geográfica: do método à metodologia**– Rio de Janeiro, (UERJ), Revista Território, n. 6, pp.21-28, 1999.

SOUZA, Rubens Antônio Mandetta. **Comercialização hortícola: análise de alguns setores do mercado varejista de São Paulo**. In: Informações Econômicas, SP, v.28, n.10, out. 1998, pp. 07-24.

SUZUKI, Júlio César. **De povoado à cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis**. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, USP, 1996.

THERY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.

TSUHAKO, Edson Mitsuhide. **Seleção preliminar de locais potenciais à implantação de aterros sanitários na sub-bacia hidrográfica da represa de Itupararanga (Bacia dos rios Sorocaba e Médio Tietê)**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia da USP - São Carlos, 2004.

UENO, Lidia Hathue. **O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980**. Dissertação de Mestrado em Geografia, apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo, USP, 1985.

VIEIRA, Miguel Gomes. **Relações de trabalho no cinturão verde da cidade de São Paulo – área da Cachoeira na Pré Serra da Cantareira**. Dissertação de Mestrado em Geografia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 1988.

VILELA, Pierre Santos. **Distribuição de hortifrutis no Brasil: uma nova oportunidade para os produtores rurais**. Minas Gerais: FAEMIG, 2006. Disponível no site <<http://www.faemg.org.br/arquivos>> Acesso em 21/01/2007.

VITA, Luis Washington. **Da técnica como problema filosófico**. Tese de Doutorado apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1950.

ZARONI, Margarida Maria Hoepfner; CARMO, Maristela Simões. **Tipologia de agricultores e familiares: construção de uma escala para os estágios de modernização da agricultura**. In: IEA – Instituto de Economia Agrícola, Agricultura – São Paulo, v. 53, n° 1, 2006, pp.33-61.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 2000.

_____. **Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1983.